SOCIOLOGIA

Volume 1

Moren Hsu / Unsplash

Bernoulli
Sistema de Ensino

SUMÁRIO

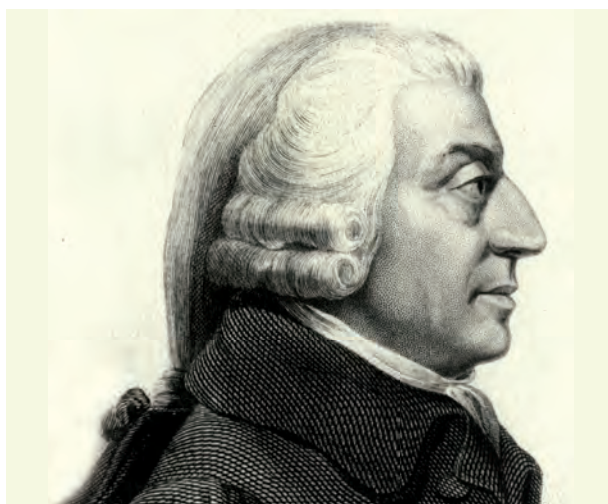
FRENTE A

Este ícone aparecerá sempre ao lado dos tópicos trabalhados no decorrer deste volume. A cada leitura, marque ✓ conforme a legenda e acompanhe o progresso do seu aprendizado.

SOCIOLOGIA

FRENTE A | MÓDULO 01

Positivismo e Revolução Industrial

O ILUMINISMO E O ESPÍRITO CIENTIFICISTA

James Tassie / Domínio Público

Adam Smith.

Ao longo do século XVIII, consolidou-se, na cultura europeia, a valorização da razão como fonte de conhecimento e como fundamento da ação dos indivíduos em sua realidade, rechaçando qualquer forma de crença ou conhecimento considerado emocional ou obscuro, principalmente a fé religiosa. Desse modo, um forte sentimento anticlerical se desenvolveu, rejeitando a visão teocêntrica de mundo defendida pela Igreja ao longo da Idade Média.

Os filósofos da Ilustração ou Iluminismo visavam construir uma sociedade laica e racional, e propuseram intervenções baseadas em uma racionalidade prática que produziu novas concepções políticas, sociais e jurídicas baseadas na "luz da inteligência". Entre essas concepções destaca-se o liberalismo, doutrina que manifestava os principais ideais políticos e econômicos da classe burguesa. O filósofo e economista britânico Adam Smith (1723-1790), considerado o principal teórico e pai do liberalismo econômico, defendia em seu livro *A Riqueza das Nações,* de 1776, a liberdade de comércio e uma reduzida intervenção do Estado na economia, em nome da liberdade individual e da livre-iniciativa dos indivíduos no mercado. O liberalismo foi a doutrina burguesa mais relevante na consolidação do capitalismo – ao longo dos séculos XVIII e XIX –, especialmente durante o período tratado como Revolução Industrial.

Por outro lado, as visões burguesas de mundo desenvolvidas a partir do Iluminismo também buscavam explicar as mudanças que ocorriam na sociedade europeia, além de justificar a dominação colonial sobre as Américas e o neocolonialismo que se instaurava na África e na Oceania. Apoiadas naquele espírito cientificista, foram produzidas uma série de doutrinas sociais que almejavam conceder explicações rigorosas e científicas para a vida em sociedade, contudo nem sempre com sucesso.

O conceito de liberdade desenvolvido no século XVIII, a partir do Iluminismo, recebeu grande atenção e serviu de mote para o aprofundamento das pesquisas científicas, cada vez menos influenciadas pelos limites religiosos. A ciência se desenvolveu largamente, aprofundando-se e se especializando em diversos domínios, até então pouco explorados, como a Química e a Biologia, além da Física, cujo desenvolvimento já estava em processo desde o século anterior.

Nesse contexto, desenvolveu-se a postura **cientificista**, que expressava o espírito predominante da época: grande devoção à ciência e à razão e crença na noção de progresso, sustentando a ideia de que a humanidade estaria em constante e contínuo processo de desenvolvimento rumo ao seu aprimoramento.

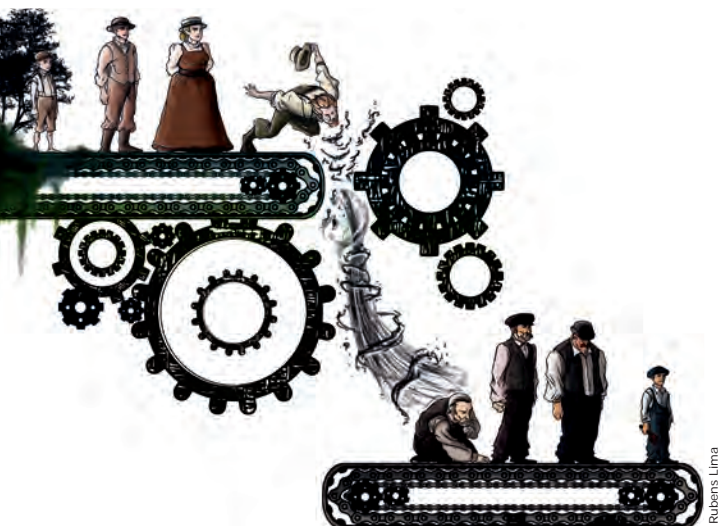
PRINCÍPIOS EXPLICATIVOS

O pensamento filosófico do século XVIII ao começo do XIX compreende um conjunto de contribuições da maior importância para as ciências sociais em geral e a Sociologia em particular. O Liberalismo, Iluminismo, Jacobinismo, Conservantismo, Romantismo e Evolucionismo são algumas das principais manifestações do pensamento europeu desse tempo. São expressões da revolução cultural simbolizada nas obras de filósofos, cientistas e artistas como Rousseau, Kant e Hegel, Goethe, Beethoven e Schiller, Adam Smith, Ricardo, Herder e Condorcet, entre outros.

[...]

Por um lado, tratava-se de transferir ou traduzir para o campo da sociedade, cultura e história os procedimentos que já se haviam elaborado e continuavam a elaborar-se nas ciências físicas e naturais. Por isso é que, em trabalhos de Sociologia, passados e presentes, ressoam perspectivas organicistas, evolucionistas, funcionalistas e outras, oriundas daquelas ciências.

> [...]
>
> Por outro lado, tratava-se de criar novos procedimentos de reflexão, de modo a fazer face às originalidades dos fatos, acontecimentos e dilemas que caracterizam a vida social no Mundo Moderno. A emergência da sociedade civil, urbano-industrial, burguesa ou capitalista, passava a desafiar o pensamento em uma forma nova, pouco comum. [...] O pensamento se torna capaz de dar conta da originalidade dos fatos, acontecimentos e dilemas mais característicos das sociedades que se formam com o Mundo Moderno.
>
> [...]
>
> Estes são alguns momentos lógicos bastante frequentes na reflexão sociológica: dado e significado, quantidade e qualidade, parte e todo, aparência e essência, singular e universal, causa e sentido, negatividade e contradição, sincrônico e diacrônico. Devido ao seu contínuo diálogo com a Filosofia, a Sociologia guarda a peculiaridade de pensar-se continuamente, de par-em-par com a reflexão sobre a realidade social.
>
> IANNI, Octavio.
> A Sociologia e o mundo moderno. *Tempo Social*, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 7-27, jan. / jun. 1989.

AS REVOLUÇÕES INDUSTRIAIS

O êxodo rural provocado pela Revolução Industrial transformou trabalhadores rurais em operários industriais.

O desenvolvimento das ciências da natureza a partir da Revolução Científica do século XVII, reforçada pelo Iluminismo, trouxe os fundamentos para o avanço tecnológico, que, por sua vez, conduziu a Europa às revoluções industriais.

Não há consenso entre os historiadores sobre as fases da Revolução Industrial, porém é habitual dividi-la em três fases. Na primeira fase, entre 1750 e 1800, desenvolve-se a máquina a vapor, que vai substituir diretamente o trabalho humano e a tração animal; na segunda, entre 1850 e 1870, a eletricidade e os combustíveis fósseis passam a alimentar as novas máquinas; e já no século XX, após as duas grandes guerras, tem lugar a chamada Terceira Revolução Industrial, com o advento da energia nuclear e das tecnologias de informação.

As novas tecnologias da Primeira e da Segunda Revolução Industrial modificaram por completo a estrutura da sociedade europeia ao desestruturar as bases econômicas do feudalismo. A produção de bens e riquezas passa a ser majoritariamente industrial por meio da mecanização do trabalho. As máquinas a vapor, a combustão ou elétricas substituem aos poucos o esforço humano, tanto no trabalho agrícola quanto nas atividades laborais urbanas. O modo de produção capitalista se consolida de forma definitiva, tendo, no liberalismo, uma doutrina política guardiã da visão de mundo dos detentores do capital.

O que devemos, de fato, considerar, para além das dicotomias entre os benefícios e malefícios advindos da Revolução Industrial, tomando por base os aspectos econômicos, é justamente analisar e compreender como as mudanças na base econômica da sociedade feudal trouxeram alterações para o modo como os indivíduos estabelecem suas relações com outros indivíduos, em um mundo capitalista. Há que se recordar que

> a maioria dos habitantes da Inglaterra do século XVIII vivia em áreas rurais, embora as cidades já começassem a expandir-se. Em 1695, uma vez mais seguindo Gregory King, cerca de um quarto da população da Inglaterra e do País de Gales habitava as cidades e vilas onde havia mercados, mas a maioria destas últimas nada mais era do que burgos populosos. Além de Londres (com aproximadamente meio milhão de habitantes), havia somente três cidades na Inglaterra com mais de 10 000 habitantes: Norwich, Bristol e Birmingham. [...] Apenas um em cada cinco ingleses viviam em cidades.
>
> DEANE, Phyllis. *A Revolução Industrial*.
> Rio de Janeiro: Zahar Editor, 1973. p. 19-20.

A vida humana se constrói socialmente à medida que o homem se lança à natureza para daí elaborar sua existência. Logo, o desenvolvimento do sistema capitalista, ao se constituir em torno da exploração do trabalho assalariado, na posse da propriedade e da constante criação de necessidades, rompe com a lógica que até então dominava a vida em sociedade nos períodos pré-capitalistas.

A classe burguesa, por exemplo, foi a classe que deteve – e ainda detém – os meios de produção, para daí gerar os produtos que seriam apropriados por outros indivíduos no mercado capitalista. Logo, o mercado cria um novo espaço de interação social para os indivíduos. Assim, surge o trabalho assalariado, que nada mais é que a força de trabalho transformada em mercadoria e, como tal, passível de ser negociada.

O mundo moderno emerge baseado na crença de que a ciência e a técnica são elementos capazes de conduzir a humanidade ao progresso e, paralelamente, a um estado de felicidade e igualdade. A principal característica desse novo mundo é a constituição de uma sociedade urbana e industrial dividida em classes.

Todavia, a superação do antigo regime pela nova ordem social burguesa não se deu sem questionamentos e / ou lutas sociais. O século XIX insere também o surgimento de uma nova figura na construção da história humana: a classe proletária. Ao passo que a noção de liberdade individual foi de suma importância para a consolidação do capitalismo, esse mesmo modo de produção deixou para a classe operária uma situação de opressão frente à força do capital burguês.

Da contradição entre o trabalho e o capital, surgiram revoltas no continente europeu, como o Cartismo na Inglaterra, em 1835, além de uma onda de greves e revoltas que se espalhou por países como Alemanha, Itália e Rússia, sendo fortalecida pelas revoluções operárias na Inglaterra e na França desde a década de 1830 e culminando com a Primavera dos Povos em 1848.

Concomitantemente, o imperialismo europeu já deixava profundas marcas nas suas colônias localizadas na África, Ásia e Oceania. A elevada industrialização produzia necessidades de mercado que a própria Europa não conseguia atender: por exemplo, um maior dispêndio de matéria-prima, por um lado, e uma necessidade de um mercado consumidor maior para escoamento de superprodução, por outro. Conforme observou o escritor inglês Joseph Conrad acerca da colonização belga no Congo,

> a conquista da terra (na maior parte dos casos, roubá-la a quem tem a cor de pele mais escura ou o nariz mais achatado) não é coisa bonita de se ver quando se olha muito de perto.
>
> CONRAD, Joseph. *O coração das trevas*. São Paulo: Abril Cultural, 2010. p. 20. [Fragmento]

Assim, a técnica e a ciência deixavam de cumprir seu papel esperado – de trazer a emancipação do homem – para reforçar o controle de um sistema político-econômico que demonstrava ser gerador de grandes desigualdades, tanto dentro quanto fora da Europa.

Foram justamente esses impactos, oriundos de um mundo em constante transformação social, que levaram os primeiros cientistas sociais a desejarem interpretar as mudanças de uma forma sistemática e rigorosa. Imbuídos de um espírito científico, nomes como Karl Marx e Émile Durkheim se dedicaram a estudar os mecanismos sociais, econômicos e políticos dessa nova estrutura de uma sociedade que passava a se sustentar por meio de máquinas e fábricas, apresentando pobreza e exploração sob sua sombra.

Ao se estabelecer enquanto uma ciência que busca compreender as bases do mundo moderno, ou, em termos mais específicos, entender de qual maneira o desenvolvimento da sociedade capitalista gerou mudanças no modo como os indivíduos se relacionam, a Sociologia tratou de temas considerados como grandes questões. Assim sendo, a nova e emergente ciência lançou seu foco sobre diversas problemáticas, como a relação entre capital e trabalho, tradicional e moderno, sagrado e profano, ideologia e utopia e, também, as diferenças entre comunidade e sociedade.

AS FILOSOFIAS SOCIAIS DO SÉCULO XIX

A industrialização produziu uma série de modificações na economia, consolidando o capitalismo industrial. As máquinas substituíram, em grande parte, a força de trabalho humana, aumentando a produtividade e reduzindo o tempo da produção e o custo operacional. Por outro lado, as vantagens trazidas pelo uso das máquinas vieram acompanhadas de problemas sociais relevantes, especificamente: desemprego, miséria, êxodo rural, inchaço urbano, exploração da mão de obra operária, más condições de vida e trabalho, alta concentração de renda e desigualdade social.

Nesse complicado contexto, começa a surgir um maior número de iniciativas teóricas tanto para tentar compreender as mudanças vivenciadas pela Europa, recém-industrializada, quanto para explicar as novas realidades humanas em contato através do imperialismo. Havia um grande afã em tentar entender a economia e a nova sociedade industrial, identificando seus elementos constituintes, porém era evidente que existia um espírito propositivo. Este último buscava estabelecer metas e ações para produzir um futuro que se imaginava ainda “melhor” (obviamente, segundo os ideais da classe social burguesa que havia assumido o poder, ligados à industrialização e à implementação do modelo civilizacional europeu).

Logo, foram produzidas algumas filosofias sociais, que procuravam, ao mesmo tempo, explicar e intervir na realidade social. Essas filosofias sociais estavam inspiradas pelos ideais científicos que faziam sucesso no século XIX, compartilhando a euforia cientificista surgida após as descobertas realizadas no âmbito da Física de Isaac Newton, da Química de Lavoisier e da Biologia de Lamarck e Darwin.

O que William Bottomore, em sua *Introdução à Sociologia* (1987), chama de “pré-história da sociologia”, isto é, sua gênese como ciência, corresponderia a um período de aproximadamente cem anos, em torno de 1750 a 1850, desde os escritos políticos de Montesquieu até os trabalhos de Augusto Comte e Karl Marx. Nesse período, a Sociologia (no caso, as filosofias sociais) era dotada de um caráter enciclopédico – buscando abarcar a totalidade da vida social e da história humana – sendo fortemente orientada pela noção de evolução e concebida como ciência positiva, ou seja, de caráter idêntico às ciências da natureza.

Porém, as primeiras filosofias sociais não alcançaram o *status* de ciência. O darwinismo social e o evolucionismo, duas vertentes teóricas com ampla aceitação no decorrer do século XIX, tiveram seu valor científico contestado por revelarem comprometimentos ideológicos e também em razão de apresentarem graves erros conceituais e metodológicos, além de terem estreita relação com a finalidade política de justificar a dominação europeia durante o período colonial.

Evolucionismo social

Entende-se por evolucionismo um conjunto de teorias sociais defensoras da tese de que as sociedades humanas se encontram em um contínuo processo de desenvolvimento, que consiste na passagem de estágios mais simples, ou "primitivos", para estágios mais avançados. É comum associar o evolucionismo à Teoria da Evolução das Espécies de Charles Darwin, porém a teoria social surgiu antes mesmo da publicação mais famosa de Darwin. No entanto, não há como negar o grande impacto que a obra do naturalista britânico produziu nas teorias sociais após sua publicação, em 1859, fornecendo fundamentos "empíricos" extraídos da natureza para sustentar as teses sociais do evolucionismo social.

O evolucionismo social surgiu inicialmente a partir de estudos da Antropologia, com Lewis Morgan (1818-1881) e Edward Tylor (1832-1917), reforçados pelas teorias de Herbert Spencer (1820-1903), cuja popularidade foi ampla na Inglaterra vitoriana. É interessante observar que autores como Morgan e Tylor eram considerados "antropólogos de gabinete", isto é, teóricos que se baseavam nos relatos de naturalistas e viajantes para formular suas teorias, mas que não tiveram contato direto com os povos de que trataram. Por isso, não devem ser considerados "etnógrafos", termo que designa os pesquisadores de campo da Antropologia.

Prosseguindo, o evolucionismo social foi largamente utilizado como paradigma para estudar as sociedades não europeias que estavam sendo contatadas a partir do colonialismo e do imperialismo. As comunidades científicas europeias sentiam necessidade de explicar a enorme diversidade de povos, raças e costumes ao redor do mundo, e, paralelamente, a antropologia evolucionista fornecia as explicações de um modo compatível com os sistemas de crenças em voga na Europa.

A perspectiva do evolucionismo social – ou cultural – é a de classificar as culturas de acordo com seu desenvolvimento tecnológico, adotando como padrão de julgamento o modelo industrial europeu do século XIX. Segundo esse critério, a cultura urbana industrial europeia é considerada superior, mais avançada e desenvolvida do que as demais culturas. A partir desse paradigma etnocêntrico, todas as demais sociedades seriam julgadas e hierarquizadas.

Os evolucionistas adotavam o método comparativo como procedimento de análise, porém os critérios estabelecidos partiam do pressuposto da superioridade da raça europeia, apresentando como evidência principal dessa superioridade o grau de desenvolvimento tecnológico alcançado pelos povos europeus. Para o evolucionismo social, todas as culturas obedeceriam a uma linha evolutiva linear, universal e determinista, o que permitiria compará-las entre si e classificá-las segundo uma mesma hierarquia. As diferenças eram consideradas marcações temporais, que enquadrariam a cultura em um determinado estágio de progresso em relação ao estágio considerado superior.

Isto posto, os evolucionistas sociais, assim como os positivistas, forneceram argumentos para a "Missão Civilizadora", sustentando a tese de que os povos superiores possuiriam a obrigação moral de auxiliar os povos inferiores a evoluírem e, consequentemente, a saírem de seu estado primitivo. Até a década de 1870, o discurso hegemônico acreditava na possibilidade de civilizar os povos inferiores; já no final do século XIX, a partir da influência do darwinismo social, passa-se a defender que alguns povos são qualitativamente inferiores e, portanto, não poderiam ser civilizados, devendo ser subjugados e, em alguns casos, exterminados.

O evolucionismo social hoje é considerado uma teoria pseudocientífica, uma vez que esteve mais ligado às justificações de ordem política para a dominação europeia do que a uma investigação realmente isenta e imparcial sobre as sociedades humanas. As teorias sociais importadas equivocadamente do método das ciências naturais produziram doutrinas ideológicas com efeitos devastadores, como comprova a história do imperialismo europeu sobre a Ásia e a África.

Darwinismo social

A teoria da evolução de Charles Darwin, publicada a partir de sua obra *A origem das espécies*, lançada em solo inglês em 1859, tornou-se rapidamente um fenômeno nos círculos intelectuais e científicos da Inglaterra e no mundo Europeu.

Após uma extensa coleta de dados ao redor do mundo, a bordo do navio Beagle, Darwin produziu sua teoria que propunha que todas as espécies estavam submetidas a um processo contínuo e permanente de evolução, marcado pela seleção dos mais bem-adaptados. Aqueles que não conseguissem se adaptar estariam fadados à extinção.

A expressão "darwinismo social" foi cunhada pelo historiador britânico Richard Hofstadter, já no século XX, visando descrever os ramos do evolucionismo social, que passam a se sustentar em uma interpretação da Teoria da Evolução de Darwin, em que se pretendia fazer uma leitura da sociedade pelo viés das ideias do naturalista britânico. Os objetivos dos darwinistas sociais eram explicar a transformação das sociedades, a industrialização e a revolução tecnológica e justificar as diferenças culturais entre os povos europeus e os não europeus, valendo-se de forma específica da noção biológica de raça.

O nome mais destacado do darwinismo social foi o economista britânico Herbert Spencer, responsável por reunir a teoria biológica darwinista e a teoria econômica de Malthus para entender os mecanismos da sociedade com base em critérios evolucionistas. Com isso, ele pretendia explicar as grandes diferenças técnicas e tecnológicas entre a sociedade europeia e os povos não europeus. Segundo Spencer, os povos africanos seriam biologicamente inferiores em relação aos europeus e isso justificaria os seus atrasos tecnológicos. Em outras palavras, os africanos seriam uma raça menos capacitada e menos adaptada às árduas exigências da vida em sociedade. Nesse contexto, consolida-se o conceito de raça, fundamentado em aspectos biológicos, que divide a espécie humana em subgrupos possuidores de características físicas, comportamentais e cognitivas específicas.

Spencer faz uma interpretação própria da Teoria da Evolução de Darwin. Enquanto o naturalista britânico afirmava como lei da adaptação que "o mais apto sobrevive", Spencer afirmava que "o mais forte sobrevive", privilegiando as dinâmicas de poder.

Esse poder seria essencialmente tecnológico-militar, tendo como ápice e paradigma a "civilização europeia". A mudança de perspectiva proposta por Spencer está intimamente associada ao Imperialismo e à necessidade de se encontrar justificativas "científicas" para as ações de dominação europeias.

O raciocínio dos darwinistas sociais se ampara em um **determinismo biológico**. Ou seja, as características sociais, comportamentais e intelectuais dos indivíduos seriam estabelecidas pela estrutura genética do grupo biológico ao qual pertencem. Isto é, os brancos possuiriam aptidões e virtudes quantitativa e qualitativamente diferentes dos negros e de outras raças, virtudes essas que seriam inatas e permitiriam estabelecer uma hierarquia entre as raças. Os brancos, por serem *naturalmente* mais inteligentes e capazes, seriam senhores naturais das raças menos evoluídas, logo, de todas as demais. Boa parte do discurso imperialista do século XIX se fundamentava nessa noção de superioridade natural. Os europeus estariam submetidos ao "fardo do homem branco", isto é, à obrigação moral de "civilizar" os povos atrasados, ainda que esse processo de civilização implicasse o extermínio dos povos "primitivos".

Ao mesmo tempo, o discurso evolucionista seria utilizado para explicar as diferenças entre pobres e ricos na nova sociedade capitalista industrial. Transpondo o raciocínio biológico para o sociológico, Spencer afirmava que as sociedades humanas funcionariam de modo similar à cadeia alimentar dos animais, vigorando naquela as mesmas leis gerais desta. Assim, os indivíduos e as sociedades estariam submetidos à adaptação e à sobrevivência do mais forte. Então, em uma sociedade competitiva como a capitalista, os ricos seriam os mais adaptados e, portanto, os mais fortes, enquanto os pobres seriam os menos adaptados e mais fracos. Seria natural, portanto, a dominação e a exploração do pobre pelo rico. Os darwinistas sociais buscavam naturalizar o que era social, atribuindo a responsabilidade da desigualdade social à natureza, com o intuito de mascarar os jogos das forças políticas e econômicas.

Racismo científico

O darwinismo social é parte do que ficou conhecido como **racismo científico**, que consiste em um conjunto de teorias marcadas pelo determinismo biológico e que propunham a raça como fator determinante para estabelecer diferenças e hierarquias entre os grupos humanos. Além do darwisnimo social, outras teorias similares tiveram grande repercussão no mundo ocidental, como a frenologia, a craniometria e a eugenia.

A frenologia e a craniometria são especializações do darwinismo social que utilizavam como método de investigação social a análise de crânios humanos. Postulando o determinismo biológico-racial, teóricos como Robert Knox (1792-1862) e Cesare Lombroso (1835-1909) defendiam um vínculo direto e imediato entre características fisiológicas do crânio de cada raça e as particularidades comportamentais, morais e intelectuais dos indivíduos. O livro mais conhecido de Robert Knox, publicado em 1850, resumia: *Race is Everything* (Raça é tudo). Em outras palavras, para frenólogos e craniometristas, seria possível "ler" por meio das medidas cranianas (tamanho, volume, proporção, distâncias entre cavidades, formato, entre outras medidas) as características sociais próprias de cada raça, deduzindo, assim, o comportamento individual a partir dos traços raciais.

Boa parte da criminologia – disciplina que se dedica a diversas teorias do direito criminal e penal –, até meados do século XX, ainda se baseava nesse pressuposto determinista, no qual se buscava a verificação mediante pesquisas empíricas. Por exemplo: entre dois indivíduos acusados de praticar um assassinato, o formato do crânio daquele que possuísse as "características fisionômicas de um assassino" poderia ser decisivo para sua condenação.

A eugenia foi proposta como "ciência" a partir dos estudos do francês Francis Galton (1822-1910), primo de Darwin, publicados em 1883. O termo grego *eugenia* pode ser traduzido por "bom nascimento" ou "boa origem" e foi utilizado por Galton para descrever uma nova ciência que buscava, a partir de uma seleção artificial, contribuir para aprimorar a herança genética das raças humanas. A eugenia visaria, portanto, acelerar o processo de seleção natural, favorecendo as raças mais fortes e eliminando as raças mais fracas. Em outras palavras, significava favorecer os aspectos genéticos identificados com o dominador branco e suprimir as características consideradas inferiores das demais raças, principalmente da raça negra.

Até o início do século XX, a eugenia teve ampla aceitação no mundo ocidental, tendo sido registradas várias associações eugenistas na Europa, nos EUA e inclusive no Brasil, que buscavam um "aprimoramento social" a partir do aprimoramento genético. Porém, sua função social foi severamente questionada quando passou a ser apropriada pelo nazismo, concedendo sustentação "científica" para os campos de concentração e para o holocausto. O argumento utilizado pela ciência nazista para eliminar judeus, negros, ciganos, homossexuais – e outros povos tidos como inferiores – era justamente o de purificar a raça germânica-ariana, eliminando as interferências que estes consideravam nocivas e distorcidas.

Críticas ao evolucionismo social e ao racismo científico

A tentativa de transpor critérios físicos e biológicos para a interpretação da sociedade produziu leituras da realidade que levaram à disseminação de visões preconceituosas e à legitimação de dominações políticas. O evolucionismo social, incluindo as teorias do racismo científico, foi o braço teórico do imperialismo europeu, justificando as ações da Inglaterra, França, Bélgica e Itália por meio da tese da superioridade racial europeia. Além disso, essas teorias buscavam apresentar justificações para as desigualdades econômicas, acentuadas durante a Revolução Industrial, tratando fenômenos sociais e historicamente produzidos como se fossem biológicos, necessários e condicionados por forças naturais. O ápice da crítica a essas filosofias sociais ocorreu após a Segunda Guerra Mundial, momento em que as consequências das doutrinas racistas atingiram seu apogeu com o nazismo.

Em razão de seus erros teóricos, metodológicos e seu comprometimento ideológico, as doutrinas supramencionadas foram duramente criticadas e superadas do ponto de vista científico. Mas veremos em capítulos posteriores que sua influência ainda permanece bastante visível, especialmente na questão racial, em que se percebe discursos de cunho darwinista social, possuindo espaços no senso comum e na própria política.

Positivismo

O positivismo pode ser considerado um conjunto de teorias políticas, científicas e sociais que foi fortemente influenciado pelo otimismo em relação à razão e à ciência, sentimento que se difundia no século XIX em torno da industrialização e do imperialismo europeu. Inaugurado pelo francês Henri Saint-Simon (1760-1825), o positivismo estabelece uma relação ambígua com o Iluminismo: ao mesmo tempo que compartilhava a crença no poder da razão e no progresso da humanidade, discordava da visão política iluminista, que criticava as instituições sociais e a legitimidade do Estado por considerá-las uma ameaça à liberdade. Simon chamou o Iluminismo de "filosofia negativa" e se opôs a ele criando o positivismo.

No entanto, foi somente com o filósofo francês Auguste Comte (1798-1857) que o positivismo atingiu seu auge. Comte formalizou as crenças positivistas e garantiu visibilidade à doutrina, tornando-a conhecida ao redor do mundo. Seu livro *Curso de Filosofia Positiva*, lançado em 1848, tornou-se uma espécie de "livro sagrado" do positivismo.

Nele, Comte defende as linhas mestras de sua doutrina, que giram em torno do desenvolvimento do "espírito positivo", não se resumindo à mera cientificidade objetiva, mas englobando também aspectos subjetivos. E é também atribuída a Comte a criação do termo "sociologia", proposto no livro supra-citado, para descrever uma ciência específica cujo objeto seria a sociedade.

Em sua acepção, o positivismo defende que o único conhecimento verdadeiro é o resultante da ciência experimental. Desse modo, qualquer outra forma de conhecimento – da fé religiosa à filosofia – é desconsiderada em nome do conhecimento positivo. Tudo o que não puder ser provado pela ciência será caracterizado como pertencente aos domínios teológico e metafísico e, assim, não se constituirá como ciência.

Maíra Damásio

Auguste Comte.

Por isso, algumas das características do positivismo são o "cientificismo" ou "culto à ciência" e a grande valorização da tecnologia. Esta última é considerada o braço material da ciência e permite realizar as ações necessárias para que o conhecimento se torne efetivo. Para Comte, a industrialização era vista como a forma superior de elaboração do trabalho e cumpriria finalidades que extrapolavam o domínio da economia. Ou seja, pela tecnologia e pela industrialização, a humanidade poderia satisfazer as suas necessidades crescentes, superar as desigualdades, acabar com a pobreza e reduzir o esforço do trabalho. Dessa forma, o progresso industrial traria, necessariamente, progresso social. Conforme afirma o lema positivista: "saber para prever, prever para agir".

MAYOR, Federico. *Ciência e poder*.
São Paulo: Unesco / Papirus. 1998, p. 55.

Inspirando-se na Física e na Matemática, dos séculos XVII e XVIII, o positivismo comteano partia do pressuposto de que a estrutura social obedecia a "leis naturais" similares às que regem a natureza das coisas. A principal função das ciências seria a de descobrir essas leis, ou seja, as relações de causa e efeito universais e imutáveis que estariam por trás de todos os fenômenos. Caberia à Física Social a incumbência de desvendar as "leis naturais" que regem a vida em sociedade, da mesma forma como a Física descobria as leis da mecânica. O conhecimento dessas "leis sociais" permitiria aos seres humanos aprimorar a ordem natural.

Dentre as leis naturais que regem a sociedade, é importante destacar a lei do **progresso**. Essa lei corresponderia ao desenvolvimento linear, necessário e universal das sociedades, partindo de estágios mais simples para estágios mais complexos. Por ser universal e necessário, todas as sociedades humanas estariam submetidas a ele. Paralelamente, por ser linear, todas as sociedades humanas evoluiriam seguindo as mesmas etapas. O modelo de evolução seria, obviamente, o padrão civilizacional europeu, obedecendo à sua história social. Desse modo, todas as demais sociedades humanas seriam avaliadas a partir do parâmetro das nações consideradas mais civilizadas, isto é, com maior desenvolvimento tecnocientífico: Inglaterra e França.

- Busca por leis universais que regem todos os fenômenos;
- Os fatos são a base da elaboração das leis;
- Objetividade e neutralidade;
- Rejeição às explicações metafísicas e religiosas;
- O método científico (observação e experimento) é o instrumento para alcançar o conhecimento.

Princípios positivistas na obra de Comte.

A Lei dos Três Estados

Segundo Comte, a humanidade se desenvolveria em três estágios sucessivos que corresponderiam ao nível de progresso do espírito.

1. Estado teológico: as explicações sobre a realidade envolvem seres ou forças sobrenaturais (como os deuses). Procura pelo "porquê" das coisas, busca da essência, do absoluto. O mito e a religião dominam esse estado.
2. Estado metafísico: inicia-se um caminho mais racional de explicação, porém ainda sem o rigor da ciência. Mantêm-se a busca abstrata pelo absoluto e pela essência da realidade. A Filosofia assume o lugar da religião, mas mantém a abstração.
3. Estado positivo: etapa final e definitiva, não se busca mais o "porquê" das coisas, mas sim o "como", por meio da descoberta e do estudo das leis naturais e das relações de causa e efeito. O estudo do particular substitui a busca abstrata pela essência. A ciência toma o lugar da religião e da Filosofia.

Os 3 estados.

SOCIOLOGIA

Positivismo no Brasil

[...] O projeto sociopolítico de Comte pressupunha uma evolução ordeira da sociedade, incompatível com revoluções e mudanças bruscas. Curiosamente, no Brasil os ideais positivistas serviram para alavancar uma troca de regime, com a Proclamação da República. O aparente paradoxo se explica, em parte, pelo fato de a influência positivista ter resultado em pensamentos muito diversos no Brasil, conforme se combinou com outras correntes ideológicas. Nenhum setor teve maior presença da ideologia comtiana do que as Forças Armadas, de onde saiu o vitorioso movimento republicano e a ideia de adotar o lema "ordem e progresso". Várias das medidas governamentais dos primeiros anos da República tiveram inspiração positivista, como a reforma educativa de 1891 e, no mesmo ano, a separação oficial entre Igreja e Estado. O positivismo ficou de tal forma conhecido no Brasil que o prenome de Comte foi aportuguesado para Augusto, e a corrente filosófica tornou-se tema de um samba de Noel Rosa e Orestes Barbosa. A canção, intitulada "Positivismo" e lançada em 1933, termina com os versos: "O amor vem por princípio, a ordem por base / O progresso é que deve vir por fim / Desprezaste esta lei de Augusto Comte / E foste ser feliz longe de mim". [...]

Disponível em: <https://novaescola.org.br/conteudo/186/auguste-comte-pensador-frances-pai-positivismo>. Acesso em: 13 set. 2018.

HIGIENISMO SOCIAL E EUGENIA

[...] Do ponto de vista social, a burguesia se inspirará na Biologia e nas teorias incertas sobre a hereditariedade para consolidar o poder econômico recém-conquistado, reabilitando o direito de sangue, não mais em seu aspecto religioso como a nobreza pregava até então, mas do ponto de vista biológico e científico. Os burgueses tornaram-se os mais capazes, os mais fortes, os mais inteligentes e os mais ricos. Será pela meritocracia que o mérito natural substituirá o sangue azul. A superioridade hereditária burguesa fará contraponto também com a inferioridade operária e formará uma hierarquia social em que a aristocracia perderá sua primazia. O triunfo burguês afasta a nobreza e os pobres com o respaldo da ciência. A partir de então, além da raça, etnia e cultura se tornarão sinais da natureza que indicarão superioridade ou não, e tais sinais justificarão a dominação de um grupo sobre o outro.

[...] Diante desse quadro social e político de crise, higienistas e eugenistas entram em ação para pensar o social e "testar" suas teorias. Higienistas pregam a higiene moral da sociedade. Não somente a saúde, mas também a conduta passa a ser objeto de estudo da higiene. Nessa perspectiva, a doença torna-se um problema econômico e requererá o isolamento e a exclusão dos menos adaptados.

[...] As políticas de reformas urbanas e de educação moral higiênica não agradavam de modo algum a Francis Galton, o pai da eugenia, pois iam contra a lei da seleção natural. Melhorar as condições de vida dos grupos de degenerados era o mesmo que incentivar a degeneração da "raça inglesa". Londres tornou-se um mau exemplo de vida social e disciplina. Ali morava todo o resíduo social, a escória, a multidão fora da norma. Uma ameaça ao desenvolvimento econômico e humano.

Mesmo com o surgimento das *workhouses* [casas de trabalho], instituição estatal que empregava "desocupados" provisoriamente até a reintrodução ao mundo do trabalho, o assistencialismo ainda era muito mal visto. Até mesmo casas de caridade eram desqualificadas e consideradas uma muleta para aqueles "vagabundos" vistos como um "fardo social". A partir desse ponto de vista sobre a multidão que estava fora da vida regulada pelo trabalho foram elaboradas soluções mais radicais para o problema inglês: eliminar todos aqueles que contribuíam para a degeneração física e moral, impedindo-os de procriar ou de se perpetuar na sociedade. O medo crescente da multidão amotinada reclamando direitos e melhores condições de vida era uma ameaça à burguesia. Muitas das conquistas trabalhistas vieram dessas reivindicações. Nesse contexto surgiu o Welfare State, [estado de bem-estar social], a partir de pressões resultantes do crescimento capitalista que forçaram o Estado a se transformar estruturalmente para apoiar de maneira socioeconômica as demandas da população. Visava essencialmente criar organismos e serviços estatais de amparo aos indivíduos do corpus social.

Para os eugenistas, o Welfare State era antinatural, e permitir que o menos apto viva, através do assistencialismo, era considerado parasitismo. Nesse sentido, combater esse tipo de parasitismo era contribuir para o progresso da sociedade, já que, com a eliminação do fardo social que sobrecarrega o Estado, o progresso da civilização estaria garantido. Isso quer dizer que o grande impedimento para o sucesso da eugenia dependia de poupar os nascimentos daqueles que invariavelmente viveriam sob a tutela do Estado, além de estimular os casamentos e a procriação daqueles que elevariam o conjunto da raça inglesa.

DIWAN, Pietra. *Raça Pura*: uma história da eugenia no Brasil e no mundo.
São Paulo: Contexto, 2007. p. 32-37.

CATECISMO POSITIVISTA

Sem deter-vos especialmente em cada fase enciclopédica, como na nova educação ocidental, limito-me a pedir-vos que aprecieis em separado as duas partes desiguais que compõem historicamente o conjunto da filosofia positiva. Esta divisão espontânea consiste em decompor a ordem universal em ordem exterior e ordem humana. A primeira, a que correspondem a cosmologia e a biologia, constituiu, sob o nome de filosofia natural, que se tornou vulgar na Inglaterra, o único domínio científico da Antiguidade, que não pode mesmo senão esboçá-lo sob o aspecto estático. Além de o verdadeiro espírito teórico não comportar, então, um surto mais completo, o regime social devia repelir uma extensão prematura, que por muito tempo só podia dar como resultado comprometer a ordem inicial sem assistir realmente o progresso final. Somente o gênio excepcional de Aristóteles, depois de ter sistematizado, tanto quanto possível, a filosofia natural, preparou a sã filosofia moral, esboçando suficientemente as duas partes essenciais da estática humana, primeiro coletiva e depois individual. Por isso também ele só foi verdadeiramente apreciado na Idade Média, quando a separação provisória dos dois poderes suscitou o surto direto de nossas principais especulações. Mas este precioso impulso social não podia dispensar o verdadeiro espírito filosófico do longo preâmbulo científico que ainda o separava de seu melhor domínio. Eis por que esta divisão provisória se prolongou até nossos dias. Ela deve, assim, presidir à última transição da razão ocidental, dirigida pelo positivismo.

COMTE, Auguste. *Catecismo Positivista*. (Coleção os Pensadores).
São Paulo: Abril Cultural, 1978. p. 221. [Fragmento]

EXERCÍCIOS PROPOSTOS

01. (UPE) Sobre a Revolução Industrial, é correto afirmar que ela compreendeu

A) o abandono da mecanização da indústria e da agricultura.

B) um processo de aceleração no desenvolvimento dos transportes e das comunicações.

C) a eliminação das desigualdades sociais.

D) o fim da aplicação da força motriz à indústria.

E) uma diminuição do controle capitalista no sistema econômico.

02. DPN3 (UFU-MG) Na história do surgimento da Sociologia, a primeira corrente teórica consolidada foi o positivismo. Assinale a alternativa incorreta sobre essa corrente de pensamento.

A) O positivismo tinha uma perspectiva bastante otimista quanto ao desenvolvimento das sociedades humanas e colocava como fundamentos da dinâmica social, das mudanças para estágios superiores, a busca da ordem e do progresso.

B) No positivismo, reconhecia-se que os princípios reguladores do mundo físico e da sociedade humana eram diferentes em essência, mas a crença na origem natural de ambos os aproximava e, por isso, deviam ser estudados sob o mesmo método.

C) O positivismo concebia a sociedade como um organismo constituído de partes integradas e harmônicas, segundo um modelo físico e organicista, que levou o próprio Auguste Comte a chamar a Sociologia de "Física Social", inicialmente.

D) No positivismo, os conflitos e a luta de classes observados na sociedade humana eram inerentes à vida social, tal como na desordem da cadeia alimentar de outros animais, pois todos os seres vivos estavam submetidos às mesmas leis da natureza.

03. (Unicentro-PR) Considerando-se as grandes mudanças que ocorreram na história da humanidade, aquelas que aconteceram no século XVIII – e que se estenderam no século XIX – só foram superadas pelas grandes transformações do final do século XX. As mudanças provocadas pela revolução científico-tecnológica, que denominamos Revolução Industrial, marcaram profundamente a organização social, alterando-a por completo, criando novas formas de organização e causando modificações culturais duradouras, que perduram até os dias atuais.

DIAS, Reinaldo. *Introdução à Sociologia*. São Paulo: Persons Prentice Hall, 2004.

Sobre o surgimento da Sociologia e as mudanças ocorridas na modernidade, é correto afirmar:

A) A intensificação da economia agrária em larga escala nas metrópoles gerou o êxodo para o campo.
B) O aparecimento das fábricas e o seu desenvolvimento levou ao crescimento das cidades rurais.
C) O aumento do trabalho humano nas fábricas ocasionou a diminuição da divisão do trabalho.
D) A agricultura familiar desse período foi o objeto de estudo que fez surgir as ciências sociais.
E) A antiga forma de ver o mundo não podia mais solucionar os novos problemas sociais.

04. DAU4 (UFU-MG) De um ponto de vista histórico, a Sociologia como disciplina científica surgiu ao longo do século XIX, como uma resposta acadêmica para os novos desafios da modernidade. Além das concepções advindas da Revolução Francesa e dos fortes impactos gerados pela Revolução Industrial na estrutura da sociedade, muitos outros processos também contribuíram para essa nova configuração da sociedade.

Em seu desenvolvimento ao longo do século XIX, a Sociologia esperava entender

A) os grupos sociais e as causas da desintegração social vigente.
B) como a Revolução Industrial encerrou a transição entre feudalismo e capitalismo, sem prejuízo da classe trabalhadora, pois foi beneficiada por esse processo.
C) a subjetividade dos indivíduos nas pesquisas sociológicas, como uma disciplina científica com metodologia própria.
D) a Revolução Francesa como um marco revolucionário que modificou o pensamento, apesar de manter as tradições aristocratas.

05. (UPE–2015) Leia o texto a seguir:

Enquanto resposta intelectual à “crise social” de seu tempo, os primeiros sociólogos irão revalorizar determinadas instituições que, segundo eles, desempenham papéis fundamentais na integração e na coesão da vida social. A jovem ciência assumia como tarefa intelectual repensar o problema da ordem social, enfatizando a importância de instituições como a autoridade, a família, a hierarquia social e destacando a sua importância teórica para o estudo da sociedade.

MARTINS, Carlos Benedito. *O que é Sociologia.* São Paulo: Brasiliense, 2006. p. 30.

Com base nele, o surgimento da Sociologia foi motivado pelas transformações das relações sociais ocorridas na sociedade europeia, nos séculos XVIII e XIX, contribuindo para

A) o aumento da desorganização social estabelecida pela Revolução Industrial.
B) a organização de vários movimentos sociais controlados por pensadores como Saint-Simon e Comte.
C) a elaboração de um conceito de sociologia incluindo os fenômenos mentais como tema de reflexão e investigação.
D) a criação da corrente positivista, que propôs uma transformação da sociedade com base na reforma intelectual plena do ser humano.
E) o surgimento de uma “física social” preocupada com a construção de uma teoria social, separada das ideias de ordem e desenvolvimento como chave para o conhecimento da realidade.

06. SPTK (UEG-GO) A sociologia nasce no séc. XIX após as revoluções burguesas sob o signo do positivismo elaborado por Auguste Comte. As características do pensamento comtiano são:

A) a sociedade é regida por leis sociais tal como a natureza é regida por leis naturais; as ciências humanas devem utilizar os mesmos métodos das ciências naturais e a ciência deve ser neutra.
B) a sociedade humana atravessa três estágios sucessivos de evolução: o metafísico, o empírico e o teológico, no qual predomina a religião positivista.
C) a sociologia como ciência da sociedade, ao contrário das ciências naturais, não pode ser neutra porque tanto o sujeito quanto o objeto são sociais e estão envolvidos reciprocamente.
D) o processo de evolução social ocorre por meio da unidade entre ordem e progresso, o que necessariamente levaria a uma sociedade comunista.

07. (UFU-MG) A respeito do contexto histórico de emergência da Sociologia, marque a alternativa correta.

A) A crescente legitimidade científica do saber sociológico, produzido por autores como Auguste Comte e Émile Durkheim, deveu-se à sua forte crítica ao Iluminismo.
B) A Sociologia consolidou-se, disciplinarmente, em resposta aos novos problemas e desafios desencadeados por transformações sociais, políticas, econômicas e culturais, cujos marcos históricos principais foram a Revolução Industrial e a Revolução Francesa.
C) Um dos principais legados do Iluminismo foi a crítica severa às concepções científicas da realidade social, combinada com a reafirmação de princípios e interpretações de cunho religioso.
D) Herdeira direta das transformações sociais desencadeadas pela Revolução Industrial e pela Revolução Francesa, a Sociologia ignorou os métodos racionais de investigação em favor do conhecimento produzido pelo senso comum.

08. (UEL-PR–2016) A ordem e o progresso constituem partes fundamentais da Sociologia de Auguste Comte. Com base nas ideias comteanas, assinale a alternativa correta.

A) A ordem social total se estabelece de acordo com as leis da natureza, e as possíveis deficiências existentes podem ser retificadas mediante a intervenção racional dos seres humanos.

B) A liberdade de opinião e a diferença entre os indivíduos são fundamentos da solidariedade na formação da estática social; essa diversidade produz vantagens para a evolução, em comparação com a homogeneidade.

C) O desenvolvimento das forças produtivas é a base para o progresso e segue uma linha reta, sem oscilações e, portanto, a interferência humana é incapaz de alterar sua direção ou velocidade.

D) O progresso da sociedade, em conformidade com as leis naturais, é resultado da competição entre os indivíduos, com base no princípio de justiça de que os mais aptos recebem as maiores recompensas.

E) O progresso da sociedade é a lei natural da dinâmica social e, considerado em sua fase intelectual, é expresso pela evolução de três estados básicos e sucessivos: o doméstico, o coletivo e o universal.

09. (UEL-PR) A Sociologia é uma ciência moderna que surge e se desenvolve juntamente com o avanço do capitalismo. Nesse sentido, reflete suas principais transformações e procura desvendar os dilemas sociais por ele produzidos. Sobre a emergência da Sociologia, considere as afirmativas a seguir:

I. A Sociologia tem como principal referência a explicação teológica sobre os problemas sociais decorrentes da industrialização, tais como a pobreza, a desigualdade social e a concentração populacional nos centros urbanos.

II. A Sociologia é produto da Revolução Industrial, sendo chamada de "ciência da crise", por refletir sobre a transformação de formas tradicionais de existência social e as mudanças decorrentes da urbanização e da industrialização.

III. A emergência da Sociologia só pode ser compreendida se for observada sua correspondência com o cientificismo europeu e com a crença no poder da razão e da observação, enquanto recursos de produção do conhecimento.

IV. A Sociologia surge como uma tentativa de romper com as técnicas e métodos das ciências naturais, na análise dos problemas sociais decorrentes das reminiscências do modo de produção feudal.

Estão corretas apenas as afirmativas:

A) I e III
B) II e III
C) II e IV
D) I, II e IV
E) I, III e IV

10. (UFU-MG) Surgida no momento de consolidação da sociedade capitalista, a Sociologia tinha uma importante tarefa a cumprir na visão de seus fundadores, dentre os quais se destaca Auguste Comte. Assinale a alternativa correta quanto a essa tarefa:

A) Desenvolver o puro espírito científico e investigativo, sem maiores preocupações de natureza prática, deixando a solução dos problemas sociais por conta dos homens de ação.

B) Incentivar o espírito crítico na sociedade e, dessa forma, colaborar para transformar radicalmente a ordem capitalista, responsável pela exploração dos trabalhadores.

C) Contribuir para a solução dos problemas sociais decorrentes da Revolução Industrial, tendo em vista a necessária estabilização da ordem burguesa.

D) Tornar realidade o chamado "socialismo utópico", visto como única alternativa para a superação das lutas de classe em que a sociedade capitalista estava mergulhada.

SEÇÃO ENEM

01. (Enem–2017) Parecia coisa de encanto. A gente deixava de ir uns poucos meses num lugar e quando aparecia lá ficava de boca aberta vendo tudo mudado: casas novas, negócios sortidos como os da Corte, igreja, circo de cavalinhos, botica, e o mato, o que é dele? Trem de ferro ia comendo tudo, tal e qual como na terra brava depois do roçado quando a plantação brota.

COELHO NETTO. *Banzo*. Porto: Lello e Irmão, 1912.

O relato do texto ressalta o uso da técnica como um instrumento para

A) simplificar o trabalho humano.

B) registrar os hábitos cotidianos.

C) aumentar a produtividade fabril.

D) fortalecer as culturas tradicionais.

E) transformar os elementos paisagísticos.

02. (Enem–2016) A eugenia, tal como originalmente concebida, era a aplicação de "boas práticas de melhoramento" ao aprimoramento da raça humana. Francis Galton foi o primeiro a sugerir com destaque o valor da reprodução humana controlada, considerando-a produtora do aperfeiçoamento da espécie.

ROSE, M. *O espectro de Darwin*.
Rio de Janeiro: Zahar, 2000 (Adaptação).

Um resultado da aplicação dessa teoria, disseminada a partir da segunda metade do século XIX, foi o(a)

A) aprovação de medidas de inclusão social.

B) adoção de crianças com diferentes características físicas.

C) estabelecimento de legislação que combatia as divisões sociais.

D) prisão e esterilização de pessoas com características consideradas inferiores.

E) desenvolvimento de próteses que possibilitavam a reabilitação de pessoas deficientes.

GABARITO

Meu aproveitamento

Propostos

Acertei ______ Errei ______

- 01. B
- 02. D
- 03. E
- 04. A
- 05. D
- 06. A
- 07. B
- 08. A
- 09. B
- 10. C

Seção Enem

Acertei ______ Errei ______

- 01. E
- 02. D

Total dos meus acertos: _____ de _____ . _______ %

Durkheim e Weber

Neste capítulo iremos conhecer as contribuições de dois importantes pensadores para a Sociologia. São eles: Émile Durkheim e Max Weber. Conforme você pôde estudar no primeiro capítulo, a Revolução Industrial foi um fenômeno que desencadeou toda a reflexão sociológica, uma vez que causou a ruptura da forma como se organizava a sociedade feudal e contribuiu para formar as sociedades modernas e capitalistas. Ambos compreenderam o processo de transformação da sociedade feudal para as sociedades modernas de maneira particular, inaugurando vertentes distintas para a análise sociológica que ainda são muito influentes nas teorias que buscam entender cientificamente a vida em sociedade.

A SOCIOLOGIA FUNCIONALISTA DE ÉMILE DURKHEIM (1858-1917)

Émile Durkheim é considerado por muitos como sendo o "fundador da sociologia moderna" ou o "pai da sociologia". Apesar de a disciplina ter sido criada algumas décadas antes, foi esse intelectual francês o principal responsável pela sua institucionalização como ciência e como disciplina acadêmica na Universidade de Bourdeaux, em 1887, tendo sido o primeiro professor a lecionar Sociologia formalmente na história das ciências humanas. Preocupado com a aceitação da Sociologia como ciência, Durkheim se inspirou nos paradigmas positivistas, que eram amplamente aceitos no cenário científico da época, e dedicou boa parte de seus estudos à criação de princípios e métodos de investigação que assegurassem rigor e confiabilidade à pesquisa social, o que foi materializado na sua obra de referência *As regras do método sociológico*, de 1895.

Consciência coletiva e coesão social

Dentre os principais pensadores da Sociologia, Durkheim é aquele que apresenta maior influência da corrente positivista em sua obra. Assim como Comte, Durkheim também entendia que a sociedade se assemelhava a uma grande máquina (metáfora Mecanicista, extraída da Física) ou um organismo vivo (metáfora Organicista, extraída da Biologia). Para esse pensador, o fator que fazia com que os indivíduos se mantivessem unidos em sociedade, era justamente um conjunto de leis naturais, crenças e sentimentos comuns a todos os seus membros.

Esse conjunto de crenças seria como um grupo de regras, normas, padrões de conduta e sentimentos que não estão presentes na consciência individual, mas sim dispersos na própria sociedade. Logo, eles se tornam presentes na vida dos indivíduos mediante as instituições sociais, que são encarregadas de fazer com que os indivíduos internalizem tais regras, a fim de que seja possível a vida em sociedade. Um claro exemplo de uma instituição social é a família, que, por ser o primeiro grupo no qual socializamos, é muito importante para a nossa compreensão das formas de convivência e comunicação na sociedade na qual nos inserimos.

Instituição social

Uma das noções mais importantes da Sociologia de Durkheim é a de instituição social. As instituições sociais correspondem a conjuntos de regras, comportamentos e valores que são parte da consciência coletiva e tornam-se referência para os comportamentos dos indivíduos, normatizando a vida social. A família, o Estado e a religião são os exemplos mais usuais de instituições sociais, mas não os únicos. Cada sociedade pode ter uma grande variedade de instituições, e elas podem variar ao longo do tempo. Porém, as mudanças tendem a ser mais lentas porque as instituições funcionam como pilares de sustentação da vida social, ancorando-se em tradições e costumes arraigados.

Émile Durkheim.

Maira Damásio

Fica evidente na obra de Durkheim que ele considera a existência de uma predominância da coletividade sobre a individualidade. Em outras palavras, o indivíduo seria pouco mais do que um "produto do meio", sendo determinado ao longo da sua vida e de seu processo de socialização ligado aos padrões considerados "normais" pelo grupo social ao qual pertence.

É nesse espírito que Durkheim concebe o conceito de consciência coletiva. Embora todo indivíduo possua uma consciência individual, ele é fortemente influenciado e determinado pelas formas padronizadas de comportamento do grupo social, que corresponde à consciência coletiva. Pode-se afirmar, com Durkheim, que a consciência coletiva determina a consciência individual.

Em outras palavras, a consciência coletiva, para Durkheim, é um sistema, cuja existência se manifesta fora das consciências individuais, isto é, fora dos indivíduos, mas que os controla por meio da pressão moral e psicológica, ditando, assim, as maneiras de comportamento esperadas pela sociedade.

Assim, segundo o raciocínio de Durkheim, as consciências individuais poderiam ser reduzidas, em última instância, à consciência coletiva. A consciência coletiva exercerá maior ou menor influência sobre o indivíduo, de acordo com o tipo de sociedade no qual ele se insere. Quanto maior a influência da consciência coletiva, maior a coesão social. Em sociedades que apresentam maior desenvolvimento da divisão social do trabalho, a consciência comum se torna mais reduzida, abrindo mais espaço para o desenvolvimento das personalidades individuais.

Mesmo com a maior possibilidade de haver uma individualização, a coesão não sofre grandes abalos, pois a interdependência passa a ser calcada na diferenciação entre os indivíduos. Por esse motivo, as sociedades industriais precisariam criar uma nova ordem moral, para que a coesão social possa ser possível em um contexto em que há maior diferenciação entre os indivíduos, ao contrário do que ocorria nas sociedades pré-industriais, que apresentavam menor diferenciação individual.

Os conceitos de consciência individual e consciência coletiva propostos por Durkheim.

Podemos afirmar que a Sociologia, para Durkheim – assim como para Comte –, é uma ciência comprometida com as transformações práticas. A busca por explicações objetivas e científicas para os fatos sociais é um passo necessário para o aprimoramento da vida social, cujo aspecto central se assenta na noção de coesão social.

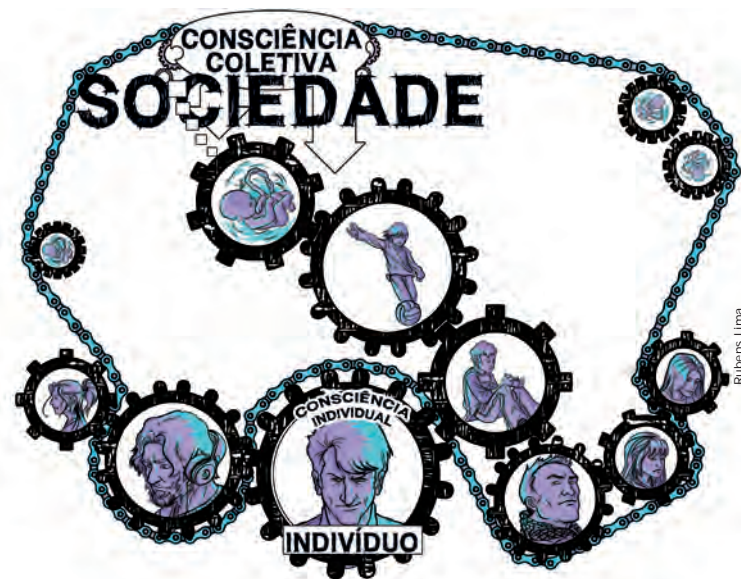
Sua Sociologia receberá o nome de Funcionalista (Positivismo Funcionalista) justamente porque busca explicar o todo em razão de suas partes, identificando as funções específicas que são cumpridas por cada parte da sociedade em benefício da coesão social. Seu método de análise, de cunho cartesiano, procurava isolar a parte do todo, analisá-la minuciosa e metodicamente e, depois, reintegrá-la ao todo para enxergar sua função.

O objeto de estudo da Sociologia: Os fatos sociais

O método positivista imperou nas ciências naturais durante todo o século XIX e foi o paradigma científico norteador do surgimento da Sociologia.

Durkheim entendia que, em rigor, a Sociologia deveria se ocupar do estudo dos **fatos sociais**, que elucidaremos mais adiante. Isso significa que a Sociologia deve se concentrar na busca pelos mecanismos, pela origem e pelo funcionamento das instituições sociais, das crenças, valores e comportamentos que mantêm os indivíduos vivendo em sociedade. Na realidade, as instituições sociais exercem grande influência sobre os indivíduos. Logo, para Durkheim, o fato de os indivíduos se manterem vivendo em grupos está mais relacionado a essa força externa do que propriamente à vontade individual dos sujeitos. Contudo, de qual maneira seria possível para a Sociologia compreender, de modo satisfatório, a forma como se procede a ação dessa força externa sobre os indivíduos? O conceito de fato social pode nos ajudar a compreender essa questão.

Em sua obra *As regras do método sociológico*, publicada primeiramente em 1895, Durkheim procura estabelecer as fronteiras entre a Sociologia e as demais ciências, especialmente as ciências naturais. A confecção da pesquisa social teria como modelo o método científico desenvolvido nas ciências experimentais, guardando, contudo, as especificidades próprias dos fenômenos sociais.

O grande mérito desse pensador está em dar autonomia, rigor e objetividade para a pesquisa social, separando-a das demais ciências e conferindo maior respeitabilidade dentro do cenário científico do século XX. Durkheim entendia que a sociedade era um fenômeno que se estabelecia a partir de leis gerais e permanentes. A sociedade seria uma síntese de partes interdependentes que, ao executarem suas funções, contribuiriam para o funcionamento do todo,

tal qual um organismo vivo. Porém, para Durkheim, as partes só fazem sentido em função do todo, em nome do papel que desempenham para a coesão social. Por isso, o "todo" é mais importante do que as partes consideradas separadamente.

Para ele, era também importante estabelecer qual seria a postura ideal do sociólogo. Primeiramente, o cientista social deveria se afastar de quaisquer prenoções, ou seja, afastar-se das noções de senso comum que já são conhecidas pelo pesquisador ao investigar um fenômeno social. Dessa maneira, o pesquisador deve ter uma relação de exterioridade com o seu objeto. Assim, na perspectiva de Durkheim, é fundamental para a pesquisa científica a posição de objetividade e neutralidade do sociólogo, para que suas ideias e opiniões não interfiram na análise do social.

De acordo com Durkheim, o objeto da Sociologia não é a sociedade, mas os fatos sociais. A "sociedade" é um conceito amplo e vago, não passível de recorte e captura pela experiência empírica.

Durkheim também considerava, de certa maneira, uma tarefa árdua os estudos dos fatos sociais. Para o autor, os fatos sociais seriam invisíveis e intangíveis, ou seja, não poderiam ser observados diretamente. Contudo, suas propriedades podem ser analisadas indiretamente, isto é, por intermédio dos seus efeitos e tentativas de expressão, como textos religiosos, leis ou regras e códigos de conduta socialmente prescritos.

Além disso, o sociólogo deve tratar os fatos sociais como **coisas**. Nos moldes de Durkheim, a explicação para isso é que, reduzido a uma coisa, o fato social pode ser apreendido e compreendido pelo sociólogo. Ou ainda, Durkheim, ao tratar os fatos sociais como coisas, queria alegar que a vida social pode ser estudada de forma tão sistemática quanto os fenômenos e objetos analisados pelas ciências naturais.

Os fatos sociais não podem ser confundidos com fatos psicológicos ou orgânicos porque, ao contrário destes, são construções sociais, adquiridas pelo indivíduo ao longo do processo de socialização. Assim, a ciência que deve se preocupar com os fenômenos da esfera social é, especificamente, a Sociologia. Como já vimos, Durkheim entende que a Sociologia deve se preocupar em compreender os elementos que permitem ao homem viver em sociedade, sendo essa a prerrogativa dos fatos sociais.

Para definir o que pode ser considerado um fato social, Durkheim discrimina três características que precisam coexistir: a coercitividade, a exterioridade e a generalidade.

- Coercitividade: os fatos sociais se impõem sobre o indivíduo, exercendo grande pressão para uma adesão daquilo que o grupo considera bom, certo ou normal. A coerção social se manifesta por meio das "sanções legais" ou "espontâneas", claramente visíveis quando alguém tenta se comportar de forma diferente do grupo. O próprio grupo social é um agente de socialização coercitivo, pois "força" a adequação dos indivíduos ao padrão adotado.
- Exterioridade: os fatos sociais existem independentemente da vontade do indivíduo. Desde quando nasce, este é exposto a regras, valores, comportamentos que existiam antes dele e aos quais ele será coagido a se adequar. O indivíduo não cria seu comportamento nem adere a ele de forma espontânea e intencional. Ele simplesmente assimila e reproduz o que é praticado pelos outros ao seu redor.
- Generalidade: os fatos sociais não se resumem a alguns eventos isolados nem a algumas pessoas específicas. Uma das características mais marcantes é justamente o fato de eles envolverem uma grande coletividade e se repetirem ao longo do tempo. Os fatos mais comuns e assíduos revelam-se os mais relevantes para o estudo, uma vez que definem as práticas e os comportamentos do conjunto da sociedade.

É fato social toda maneira de fazer, fixada ou não, suscetível de exercer sobre o indivíduo uma coerção exterior; ou ainda, toda maneira de fazer que é geral na extensão de uma sociedade dada e, ao mesmo tempo, possui uma existência própria, independentemente de suas manifestações individuais.

DURKHEIM, E. *As regras do método sociológico*. São Paulo: Martins Fontes. 2007, p. 13. [Fragmento]

Dessa forma, fica bem claro que os fatos sociais podem ser mais cristalizados em determinada sociedade, por exemplo, as leis e regras jurídicas; ou mais flexíveis, como determinadas correntes de opinião que podem existir em uma sociedade em certo momento. A principal característica do fato social é ser exterior à consciência individual e, portanto, não depender da vontade dela para existir.

Os fatos sociais que são regulares em uma determinada sociedade podem ser considerados "normais", enquanto os fatos sociais atípicos, ou que fogem à regularidade, são considerados "patológicos". Essa distinção não é valorativa, mas analítica: os fatos sociais podem ser normais, mesmo que sejam considerados ruins do ponto de vista moral. Por exemplo, uma certa taxa de crimes em uma cidade é normal, porque é regular dentro de um determinado período em certas condições. Porém, sua variação brusca pode indicar um quadro patológico e exigir medidas políticas e sociais específicas. Aliás, o uso da expressão "patológico" denuncia a influência das ciências biológicas na teoria de Durkheim. Por isto, o autor, em seus escritos, tende a enxergar a sociedade a partir do modelo organicista e ver qualquer ruptura com ordem estabelecida como "doença" que exige um diagnóstico e um respectivo tratamento.

Uma sociedade pode fugir ao seu estado "normal" e entrar em um quadro de **anomia social** quando suas bases institucionais e valorativas entram em crise e os laços sociais ficam "afrouxados", deixando de oferecer o suporte psicossocial aos seus membros. Em um quadro anômico, tendem a ocorrer mais fatos sociais patológicos. Em outras palavras, a anomia, concordando com Durkheim, seria a ausência de sentimentos de propósito e a existência de medo e desespero instigados pela vida moderna, por meio das mudanças ocorridas de forma acelerada.

Divisão social do trabalho e formas de solidariedade

A Revolução Industrial gerou vários impactos na vida social europeia no século XIX: além de deslocar a população do âmbito rural para a cidade, introduziu, por meio do desenvolvimento do sistema capitalista, diferentes formas de os indivíduos se colocarem em relação social uns com os outros. Esse fato é de suma importância para a Sociologia de Durkheim. Ele denomina como “divisão social do trabalho” não apenas as especializações das funções econômicas típicas do modo de produção capitalista, mas também o surgimento de instituições especializadas, como o judiciário, o sistema educacional, entre outras.

Para Durkheim, a divisão social do trabalho é um fenômeno que tem o poder de servir de moral a ser seguida pelos indivíduos, já que, quanto mais acentuada for a divisão social do trabalho, maior a interdependência entre os indivíduos nas sociedades modernas. O trabalho é uma categoria fundamental para se entender a sociedade. Ao longo da História e nas diferentes sociedades, os homens se dividiram e se organizaram em diferentes funções sociais para fornecer as necessidades básicas de sobrevivência. Essa organização ficou conhecida como divisão social do trabalho.

A categoria do trabalho ganha um significado especial na obra de Durkheim. Por romper com as estruturas sociais vigentes nas sociedades tradicionais, a sociedade pós-Revolução Industrial era entendida por Durkheim como uma sociedade anômica, por não ter formado ainda uma moral capaz de manter os indivíduos agregados socialmente.

Na concepção de Durkheim, a nova ordem moral da sociedade industrial estaria ligada ao trabalho, uma vez que os valores da sociedade moderna estariam ligados ao industrialismo.

Para Durkheim, a divisão social do trabalho tem a importante função de estimular a solidariedade entre os indivíduos. Solidariedade, para ele, é o modo como os indivíduos se colocam em relação e, consequentemente, dão significado às ações individuais. Existem dois tipos de solidariedade: a solidariedade mecânica e a solidariedade orgânica.

Durkheim estava preocupado com as mudanças ocorridas na sociedade do seu tempo. Sua preocupação era muito guiada para a questão da solidariedade moral e social. A manutenção da solidariedade, para o sociólogo francês, é sustentada quando os indivíduos logram êxito ao se integrar aos grupos sociais e são regulados por um conjunto de costumes e valores, comuns ao resto dos membros da sociedade.

O fio condutor do processo evolutivo que liga as sociedades mais simples às mais complexas, para Durkheim, é o progresso da divisão do trabalho social. Por conseguinte, as sociedades mais simples seriam caracterizadas pela existência de uma solidariedade mecânica; e as mais desenvolvidas, por uma solidariedade orgânica.

Na solidariedade mecânica, o trabalho e as relações sociais eram organizados com base na tradição e nos costumes, como os laços de parentesco e as oficinas de artesanato. Essa forma de organização é predominante nas sociedades pré-capitalistas, como no feudalismo europeu. Notemos que, nas sociedades pré-industriais, os níveis de especialização da sociedade não são tão altos; assim, a divisão do trabalho recai sobre aspectos como o sexo e a idade, por exemplo. Nesse contexto, a família e a religião são as grandes instituições que contribuem para a coesão social, e os indivíduos se mantêm em grupo devido às semelhanças que apresentam entre si. Logo, o que assegura a coesão social do grupo em sociedades de solidariedade mecânica é, justamente, a correspondência de valores pelos membros.

Já a solidariedade orgânica predomina no capitalismo e se configura como uma maior divisão social do trabalho, em que os indivíduos atuam de forma mais participativa e criam laços de interdependência social e econômica. Nas sociedades modernas, as profissões assumem um papel importante no tocante à manutenção da coesão de uma sociedade, pois a solidariedade orgânica é típica das sociedades com uma divisão do trabalho social mais acentuada. Por meio das profissões que os indivíduos desempenham, a divisão social do trabalho cria um sistema de direitos e deveres pautados na ética do trabalho. Assim, a coesão social propiciada pela solidariedade orgânica se baseia na diferenciação entre os indivíduos. Ao mesmo tempo, a coesão social está assentada nos códigos e regras de conduta que são estabelecedores de direitos e deveres, cuja expressão se manifesta por meio de normas jurídicas: em outras palavras, o direito.

O suicídio

Um dos fatos sociais que Durkheim se propõe a estudar de forma inédita é o suicídio. Em primeiro lugar, a própria afirmação de que o suicídio constitui um fato social era controversa. Isso porque a visão predominante era a moral / religiosa, e ela atribuía o suicídio a uma decisão puramente individual de pessoas consideradas mentalmente doentes ou fracas de caráter.

Logo, afirmar que o suicídio era um fato social significava postular que esse fenômeno possui causas sociais e que suas motivações não residem exclusivamente no indivíduo.

Na extensa obra publicada em 1897 intitulada *O suicídio*, Durkheim aplica seu método sociológico explicativo para identificar as diversas relações de causa e efeito que estão por trás de uma decisão tida como individual. O sociólogo verificou que o suicídio é prática recorrente em praticamente todas as sociedades, sendo presente em praticamente todas as épocas. Porém, nessa prática é possível perceber a existência de regularidades entre a decisão individual e fatores como sexo, idade, condição social, religião e contextos históricos.

Assim, Durkheim diferenciou três tipos de suicídio:

- Suicídio egoísta: tipo de suicídio predominante no mundo ocidental moderno. Se caracteriza pela ruptura de vínculos entre indivíduo e sociedade. O indivíduo não se sente integrado aos grupos sociais, faltando-lhe laços emocionais para viver. Não é raro que este tipo de suicídio, marcadamente individualista, seja acompanhado de sintomas psicossociais como a depressão.

Países como o Japão, com grande presença do individualismo, alta competitividade, pressão sobre o desempenho individual e isolamento social, possuem taxas muito elevadas de suicídio do tipo egoísta.

- Suicídio altruísta: diferentemente do egoísta e mais raro nas sociedades ocidentais, o suicídio altruísta seria definido pela subsunção do indivíduo à sociedade, à uma causa coletiva ou a uma crença. Nessa modalidade, o indivíduo "doa" a sua vida em nome de uma coletividade ou ideia que concede sentido à sua existência particular.

  Os pilotos *kamikazes* japoneses na Segunda Guerra Mundial e os homens-bomba de alguns grupos político-religiosos radicais podem ser considerados exemplos de suicidas altruístas.

- Suicídio anômico: o suicídio anômico é mais uma classificação quantitativa do que qualitativa, podendo apresentar traços tanto do suicídio egoísta quanto do altruísta. É identificável em quadro de anomia social – crises econômicas, guerras, fases de instabilidade social –, quando as taxas normais de suicídio tendem a apresentar grandes variações.

  Exemplo de suicídio anômico ocorreu durante o Crash da Bolsa de Nova Iorque em 1929, quando parte significativa da população perdeu dinheiro, bens e empregos, o que gerou um caos econômico e grande instabilidade psicossocial em muitos indivíduos. Algo similar se repetiu no ano de 2008, com a crise imobiliária que levou muitas pessoas e empresas à falência.

Durkheim reforça a conclusão de que o suicídio não é um fenômeno meramente individual, mas um fator que possui várias causas sociais que se impõem sobre a decisão dos indivíduos. Os estudos de Durkheim acerca da possibilidade de contágio social vêm sendo confirmados em estudos atuais sobre o chamado "efeito de contágio". O IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada) realizou pesquisa de âmbito nacional em 2013, com dados coletados entre 1980 e 2009, e observou que o índice de mídia (exposição de casos e dados estatísticos de suicídio na grande imprensa) é o terceiro motivador do suicídio, depois de desemprego e violência, para todos os grupos de pessoas. O modelo estimado mostra que o aumento de 1% no Índice de Mídia eleva a taxa de suicídio de homens jovens (idade entre 15 e 29 anos) em 5,34%.

Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=19662>. Acesso em: 17 set. 2018. [Fragmento adaptado]

Em razão desses dados, a maior parte dos órgãos de comunicação adota um acordo tácito, extraoficial, de não dar ampla repercussão a casos de suicídio e evitar a divulgação de dados estatísticos sobre o tema, para que a consciência coletiva não admita a normalidade do suicídio e não estimule novos indivíduos a realizar o ato, mantendo os mecanismos de controle das taxas desse fenômeno.

O que é um fato social?

Antes de procurar qual método convém ao estudo dos fatos sociais, importa saber quais fatos chamamos assim. A questão é ainda mais necessária porque se utiliza essa qualificação sem muita precisão. Ela é empregada correntemente para designar mais ou menos todos os fenômenos que se dão no interior da sociedade, por menos que apresentem, com uma certa generalidade, algum interesse social. Mas, dessa maneira, não há, por assim dizer, acontecimentos humanos que não possam ser chamados sociais. Todo indivíduo come, bebe, dorme, raciocina, e a sociedade tem todo o interesse em que essas funções se exerçam regularmente. Portanto, se esses fatos fossem sociais, a sociologia não teria objeto próprio, e seu domínio se confundiria com o da biologia e da psicologia. Mas, na realidade, há em toda sociedade um grupo determinado de fenômenos que se distinguem por caracteres definidos daqueles que as outras ciências da natureza estudam. Quando desempenho minha tarefa de irmão, de marido ou de cidadão, quando executo os compromissos que assumi, eu cumpro deveres que estão definidos, fora de mim e de meus atos, no direito e nos costumes. Ainda que eles estejam de acordo com meus sentimentos próprios e que eu sinta interiormente a realidade deles, esta não deixa de ser objetiva; pois não fui eu que os fiz, mas os recebi pela educação. Aliás, quantas vezes não nos ocorre ignorarmos o detalhe das obrigações que nos incumbem e precisarmos, para conhecê-las, consultar o Código e seus intérpretes autorizados! Do mesmo modo, as crenças e as práticas de sua vida religiosa, o fiel as encontrou inteiramente prontas ao nascer; se elas existiam antes dele, é que existem fora dele. O sistema de signos de que me sirvo para exprimir meu pensamento, o sistema de moedas que emprego para pagar minhas dívidas, os instrumentos de crédito que utilizo em minhas relações comerciais, as práticas observadas em minha profissão, etc., funcionam independentemente do uso que faço deles. Que se tomem um a um todos os membros de que é composta a sociedade; o que precede poderá ser repetido a propósito de cada um deles. Eis aí, portanto, maneiras de agir, de pensar e de sentir que apresentam essa notável propriedade de existirem fora das consciências individuais.

Esses tipos de conduta ou de pensamento não apenas são exteriores ao indivíduo, como também são dotados de uma força imperativa e coercitiva em virtude da qual se impõem a ele, quer ele queira, quer não. Certamente, quando me conformo voluntariamente a ela, essa coerção não se faz ou pouco se faz sentir, sendo inútil. Nem por isso ela deixa de ser um caráter intrínseco desses fatos, e a prova disso é que ela se afirma tão logo tento resistir. Se tento violar as regras do direito, elas reagem contra mim para impedir meu ato, se estiver em tempo, ou para anulá-lo e restabelecê-lo em sua forma normal, se tiver sido efetuado e for reparável, ou para fazer com que eu o expie, se não puder ser reparado de outro modo. Em se tratando de máximas puramente morais, a consciência pública reprime todo ato que as ofenda através da vigilância que exerce sobre a conduta dos cidadãos e das penas especiais de que dispõe.

Em outros casos, a coerção é menos violenta, mas não deixa de existir. Se não me submeto às convenções do mundo, se, ao vestir-me, não levo em conta os costumes observados em meu país e em minha classe, o riso que provoco, o afastamento em relação a mim produzem, embora de maneira mais atenuada, os mesmos efeitos que uma pena propriamente dita. Ademais, a coerção, mesmo sendo apenas indireta, continua sendo eficaz. Não sou obrigado a falar francês com meus compatriotas, nem a empregar as moedas legais; mas é impossível agir de outro modo. Se eu quisesse escapar a essa necessidade, minha tentativa fracassaria miseravelmente. Industrial, nada me proíbe de trabalhar com procedimentos e métodos do século passado; mas, se o fizer, é certo que me arruinarei. Ainda que, de fato, eu possa libertar-me dessas regras e violá-las com sucesso, isso jamais ocorre sem que eu seja obrigado a lutar contra elas. E ainda que elas sejam finalmente vencidas, demonstram suficientemente sua força coercitiva pela resistência que opõem. Não há inovador, mesmo afortunado, cujos empreendimentos não venham a deparar com oposições desse tipo.

Eis, portanto, uma ordem de fatos que apresentam características muito especiais: consistem em maneiras de agir, de pensar e de sentir, exteriores ao indivíduo, e que são dotadas de um poder de coerção em virtude do qual esses fatos se impõem a ele. Por conseguinte, eles não poderiam se confundir com os fenômenos orgânicos, já que consistem em representações e em ações; nem com os fenômenos psíquicos, os quais só têm existência na consciência individual e através dela. Esses fatos constituem, portanto, uma espécie nova, e é a eles que deve ser dada e reservada a qualificação de sociais. Essa qualificação lhes convém; pois é claro que, não tendo o indivíduo por substrato, eles não podem ter outro senão a sociedade, seja a sociedade política em seu conjunto, seja um dos grupos parciais que ela encerra: confissões religiosas, escolas políticas, literárias, corporações profissionais, etc. Por outro lado, é a eles só que ela convém; pois a palavra social só tem sentido definido com a condição de designar unicamente fenômenos que não se incluem em nenhuma das categorias de fatos já constituídos e denominados. Eles são, portanto, o domínio próprio da Sociologia. É verdade que a palavra "coerção", pela qual os definimos, pode vir a assustar os zelosos defensores de um individualismo absoluto. Como estes professam que o indivíduo é perfeitamente autônomo, julgam que o diminuímos sempre que mostramos que ele não depende apenas de si mesmo. Sendo hoje incontestável, porém, que a maior parte de nossas ideias e de nossas tendências não é elaborada por nós, mas nos vem de fora, elas só podem penetrar em nós impondo-se; eis tudo o que significa nossa definição. Sabe-se, aliás, que nem toda coerção social exclui necessariamente a personalidade individual.

DURKHEIM, E. *As regras do método sociológico*.
São Paulo: Martins Fontes, 2007. p. 1-4. [Fragmento]

A SOCIOLOGIA COMPREENSIVA DE MAX WEBER (1864-1920)

Modernidade, racionalização e desencantamento

Diferentemente do espírito cientificista que dominava a França e a Inglaterra, explicitado nas crenças positivistas, a Alemanha se voltava para preocupações mais teóricas que envolviam a discussão política e a interpretação das diferenças entre culturas, pautadas pela corrente intitulada historicismo – radicalmente distinta do positivismo de Comte e Durkheim. Weber manifestou essas preocupações em sua concepção de Sociologia, esta última radicalmente distinta da compreensão de Durkheim.

Em vez de buscar relações de causa e efeito, estáticas e universais, como Durkheim, Weber buscava compreender as relações sociais em seus múltiplos e variáveis sentidos. Por isso, sua Sociologia é dita compreensiva, privilegiando a interpretação em vez da explicação com base nos métodos das ciências naturais. Isso se explica pela tese de que natureza e sociedade não funcionam segundo princípios similares, conforme defendia Durkheim e também os positivistas. Dessa forma, as ciências que se ocupam da vida social não podem se basear nos métodos das ciências "duras", e sim propor métodos específicos para avaliar a complexidade e a dinamicidade das sociedades humanas. Weber, com isso, inaugura uma outra via de interpretação das sociedades.

A modernidade, processo desencadeado principalmente pelas revoluções Industrial e Francesa, se configura para Weber como o período da história em que o capitalismo se assenta no trabalho assalariado e livre. Assim, a organização industrial capitalista se torna racionalizada, pois a produção se torna voltada para um mercado, tendo uma expectativa concreta de lucro, que não é mais obtido como fruto de oportunidades especulativas. O processo de racionalização corresponde a uma maior importância dada aos aspectos racionais da vida social, intensificado pelo desenvolvimento da técnica e da ciência e pela industrialização capitalista. Paralelamente à racionalização, ocorre o processo de **desencantamento do mundo**, marcado pelo declínio das formas mágicas, míticas e religiosas para explicar e ordenar a vida em sociedade, também em virtude do desenvolvimento da ciência e da valorização da razão. Todavia, mesmo com esse desenvolvimento, Weber percebia que a ciência não poderia ocupar completamente o espaço da religião ao conceder sentido para o mundo.

As empresas capitalistas se tornam organizações bem distintas das organizações produtivas domésticas. Cada empresa, com o desenvolvimento capitalista, passou a racionalizar seus gastos e seus lucros, dando um novo caráter às atividades comerciais. No entanto, o processo de racionalização não se restringiu à esfera econômica e produtiva. De acordo com Weber, o processo de racionalização atinge todas as esferas da vida social. Essa racionalização, aplicada ao campo da ciência e da moral, fez ruir a crença dos indivíduos no sobrenatural e no caráter místico, que manteve a ordem social e que dava sentido à vida humana até o início da modernidade.

Por esse motivo, a autonomia do campo científico, principalmente o que Weber chamou de desencantamento do mundo, ou seja, a racionalidade, passou a ser o caráter preponderante da existência humana.

Dessa forma, há uma mudança de atitude dos indivíduos perante a existência, pois os fenômenos da vida passam a ter a possibilidade de serem compreendidos por meio da ciência. Assim, o mundo perde o seu caráter misterioso, sendo passível de ser previsto pelos indivíduos, cujas ações no mundo social passaram a ser pautadas no cálculo e na previsão. Por isso, a compreensão das motivações das ações dos indivíduos é tão importante para Weber.

Ao contrário de Durkheim, Weber não entendia a sociedade como uma entidade superior aos indivíduos. Para Weber, as regras, os padrões e as convenções sociais são construídos e transformados na própria interação entre os indivíduos. Ou seja, a organização social não é anterior aos indivíduos; pelo contrário, ela surge a partir da relação entre eles. Enquanto a Sociologia de Durkheim parte do coletivo, a Sociologia de Weber parte do individual.

O objeto de estudo da Sociologia: Ação social

Para Weber, a sociedade não seria formada por objetos tão bem definíveis como fatos sociais, mas sim por relações dinâmicas entre os indivíduos. É justamente por isso que ele concebe a noção de ação social como o objeto de pesquisa da Sociologia.

Diferentemente do fato social, que é geral, externo e coercitivo, a ação social é focada no indivíduo e na forma como ele assimila e interpreta os elementos sociais. A ação social é, então, definida como toda conduta humana que é dotada de sentido, isto é, uma interpretação subjetiva dada pelo indivíduo. Weber identifica quatro tipos de ações sociais: a tradicional, a afetiva, a racional com relação a valores e a racional com relação a fins.

- Ação tradicional: é caracterizada pela obediência ao costume e à tradição, sendo marcada especialmente pelos laços familiares.
- Ação afetiva: ação que se caracteriza pela influência de sentimentos, impulsos e emoções.
- Ação racional com relação a valores: ação que se orienta por valores, que podem ser de ordem religiosa, ética, estética ou econômica.
- Ação racional com relação a fins: ação que conta com um cálculo racional visando obter um resultado predeterminado pelos meios necessários.

A classificação proposta por Weber não tem a finalidade de categorizar de forma exclusiva cada tipo de ação. Quando o indivíduo age, ele pode fazê-lo por diferentes motivações, simultaneamente, sem que o próprio agente consiga discerni-las. Essa tarefa cabe ao sociólogo: identificar quais são as motivações predominantes por meio da investigação interpretativa.

Enquanto Durkheim procurava construir seu objeto de pesquisa baseando-se na metodologia das ciências naturais, Weber tentava inserir a Sociologia em uma perspectiva historiográfica e interpretativa. Para ele, não pode ser ignorado o caráter particular e específico de cada formação cultural em nome de elementos gerais.

Weber rejeita também a definição de cientista dos positivistas: o ideal de neutralidade, imparcialidade e objetividade defendido por Durkheim é considerado pelo sociólogo alemão uma utopia inatingível. Em sua concepção, o cientista sempre parte de seus próprios pressupostos, valores e aprendizados para produzir sua ciência. As crenças pessoais estão embutidas no fazer científico e não podem ser completamente extirpadas, de modo que toda pesquisa científica se revela parcial por assumir um ponto de vista prévio, ainda que de forma inconsciente.

Também cabe lembrar que o conhecimento da totalidade da vida social é impossível em razão de sua amplitude. Por isso, para o cientista social, só é possível selecionar um fragmento específico para estudar, e, ao fazer isso, acaba por remeter aos seus próprios valores e crenças.

Em outras palavras, o cientista, como todo indivíduo em ação, age guiado pela sua cultura, tradição ou motivação. Sendo assim, as preocupações do cientista orientam a seleção e a relação entre os elementos da realidade a ser analisada. Por conseguinte, a análise do social sempre envolve uma questão de subjetividade, compreensão e interpretação. Porém, o reconhecimento de que há componentes subjetivos na pesquisa social não retira a legitimidade da Sociologia como ciência. Apesar de não poder ser lida como uma ciência da natureza, a Sociologia deve ser vista como uma ciência, porém uma ciência humana, uma ciência social, que é necessariamente diferente devido ao seu objeto de pesquisa: o ser humano em sociedade. O rigor e a seriedade são obtidos mediante a adoção de métodos de investigação que minimizem a influência da subjetividade.

Desse modo, um fragmento da realidade estudado por um investigador constitui um esforço de sua parte para tentar compreender essa realidade a partir da reconstrução das relações de causa e efeito de determinado fenômeno. Ao fazer esse trabalho dentro dos pressupostos científicos, o investigador consegue extrapolar o âmbito pessoal em sua própria investigação. Por esse motivo, a Sociologia deve se valer do método compreensivo em suas investigações.

O método compreensivo se destaca por sua abordagem qualitativa, em contraposição à abordagem quantitativa do método explicativo adotado pela escola sociológica francesa de Durkheim. Mas como se dá a relação entre o recorte feito em uma realidade social por parte do investigador e a explicação de um determinado fenômeno? Essa relação é mediada pelo conceito de tipo ideal.

O tipo ideal

O método de pesquisa de Weber inaugura uma nova categoria que servirá de instrumento para a interpretação da sociedade: o tipo ideal. Essa categoria foi criada como um conceito teórico e abstrato para representar um conjunto de características que são comuns e recorrentes em um dado fenômeno social. Desse modo, o tipo ideal vai constituir uma ferramenta para o cientista, pois permitirá a comparação do fenômeno em particular com o tipo ideal construído, destacando as semelhanças e as singularidades.

O tipo ideal não existe concretamente, serve apenas de referência comparativa para o pesquisador e é, por isso, um importante instrumento de análise empírica da sociedade. No entanto, o fato de não encontrar existência na vida real não diminui a eficácia dos tipos ideais no que tange à explicação do mundo social. O tipo ideal é um modelo que simplifica a realidade e atende às concepções do próprio pesquisador. Ao analisar as condições de surgimento e consolidação do sistema capitalista, Weber utilizou sua metodologia compreensiva e a construção de tipos ideais para compreender tal fenômeno. Essa pesquisa gerou uma de suas principais obras, *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo* (1905).

Para Weber, a crença de que o êxito no trabalho seria um indicativo da predestinação do indivíduo ao reino dos céus contribuiu, e muito, para que o sistema capitalista se consolidasse na Europa.

Tipos de dominação e concepção de Estado em Weber

Weber também se ocupou da Ciência Política, produzindo algumas das mais aguçadas interpretações sobre o Estado Moderno e suas instituições. A sua definição de Estado se tornou uma referência constante na compreensão da política atual: o Estado é uma relação de homens que dominam seus iguais, mantida pela violência considerada legítima. Assim, o Estado é considerado um aparato administrativo e político que detém o monopólio da violência legítima, considerando-se um determinado território e uma população que aceite a submissão por considerá-la legítima.

A teoria do Estado de Weber vem acompanhada de sua teoria da dominação. A dominação sempre revela uma desigualdade de poder que estabelece a existência de pelo menos dois grupos: um dominante e um dominado. A dominação é legítima quando existe algum nível de concordância e aceitação por parte de quem é subordinado ao poder dominante.

Para Weber, há três tipos ideais que exprimem formas puras de dominação legítima: a dominação tradicional, a dominação racional-legal e a dominação carismática.

- Dominação tradicional: caracteriza-se pela obediência à tradição e aos costumes, normalmente identificados pela presença do poder patriarcal ou do poder dos mais velhos, que são considerados naturais e espontâneos.
- Dominação racional-legal: modelo típico das instituições modernas, caracteriza-se pela obediência a um sistema de regras racionalmente elaborado em concordância com os integrantes do grupo. A dominação racional--legal (ou simplesmente dominação legal) dá início à burocracia: um aparato técnico-administrativo formado por profissionais especializados, selecionados segundo critérios racionais, e que se caracteriza pela impessoalidade do poder. O Estado Moderno é um grande exemplo da aplicação da dominação racional--legal e do modelo burocrático.
- Dominação carismática: caracteriza-se pela crença nas qualidades do líder, que podem ser da ordem da coragem, do heroísmo, dos dons sobrenaturais, da inteligência ou da simpatia, e geralmente são atreladas a uma grande capacidade oratória e ao uso da propaganda ideológica. Alguns exemplos são os grandes líderes políticos, como: Getúlio Vargas, Mussolini e Hitler.

Refletir sobre Durkheim e Weber enquanto fundadores da Sociologia clássica implica diferenciá-los pelo método, porém não se deve atribuir uma hierarquia a eles, do melhor para o pior. As diferenças metodológicas verificadas no decorrer deste capítulo e a própria diferença no tipo de pesquisa que cada autor optou por realizar (o primeiro, a pesquisa quantitativa; e o segundo, a pesquisa qualitativa) devem ser encaradas como modelos consistentes de realização de pesquisas com coerência na aplicação dos métodos e clareza nas explicações / compreensões resultantes.

[...]

A pesquisa quantitativa de Durkheim sobre o suicídio segue a rigor sua proposição metodológica de considerar as taxas de suicídios como um fenômeno social, logo, possuidor das características de um fato social (coercitivo e exterior), o que acaba por explicar o fenômeno supra enquanto um fenômeno social presente nas consciências coletivas, ou seja, algo a ser estudado / pesquisado e explicado pela Sociologia, ciência que o autor está fundando.

[...]

O mesmo rigor que Durkheim apresenta no desenvolvimento de sua pesquisa Weber apresenta na elaboração de sua pesquisa qualitativa, que visa à compreensão de quais motivações estariam orientando as ações dos indivíduos para o desenvolvimento singular do espírito do capitalismo no ocidente e não em outras civilizações. Para tal, Weber cria algumas classificações e tipologias para melhor compreender essa relação multicausal, orientando determinadas ações que, por sua vez, acabam por definir um novo tipo de estilo de vida e, por conseguinte, um novo padrão de relações sociais mais racionalizadas, ocasionando um desencantamento do mundo.

Tanto o primeiro autor (Durkheim) quanto o segundo (Weber) têm contribuições relevantes à Sociologia e às Ciências Sociais como um todo. Seja nas pesquisas de cunho quantitativo ou qualitativo, seja pela forma de explicar para depois compreender ou de primeiro compreender para depois poder explicar, enfim, ambos corroboram de forma essencial para a pesquisa sociológica ainda na atualidade.

O que acaba por reforçar que os esforços em realizar pesquisa (quantitativa ou qualitativa) nas Ciências Sociais têm sua validade e viabilidade quando sustentados por abordagens teórico-metodológicas, capazes de responder a determinados fatos / fenômenos sociais. Ou seja, metodologias capazes de, a partir das particularidades das formas de tratamento da relação sujeito / objeto das Ciências Sociais (Sociologia, Antropologia e Ciência Política), não perder de vista o princípio da refutação e, ao mesmo tempo, validar hipóteses e, consequentemente, conseguir explicar / compreender determinados fenômenos / fatos sociais presentes em determinados momentos históricos.

LEME, Alessandro André.
A Sociologia de Max Weber e Émile Durkheim:
questões preliminares acerca dos métodos.
Fragmentos de cultura, Goiânia, v. 18,
n. 9 / 10, p. 725-744, set. / out. 2008.

SOCIOLOGIA

A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo

A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo é o título de um dos maiores clássicos da Sociologia, publicado em 1905, e parte de um grande esforço de Weber por estudar sistematicamente as religiões e suas diversas relações sociais. Nessa obra, o sociólogo concentrou sua atenção na história dos Estados Unidos, desenvolvendo a tese de que a economia capitalista estadunidense foi fortemente influenciada pela ética de base calvinista, oriunda dos imigrantes puritanos britânicos que chegaram ao Novo Mundo a partir do século XVII.

Os calvinistas (ou puritanos, como eram chamados pejorativamente na Inglaterra) baseavam-se na interpretação do protestantismo reformista de João Calvino (1509-1564), cujo eixo se encontrava na tese da predestinação. Enxergando a salvação como dádiva divina, e não como mérito humano, restava a busca por uma vida digna e disciplinada por meio do trabalho. O código moral calvinista se articula em torno do trabalho, valorizando as ações individuais.

O mundo medieval feudal tinha a religião católica como predominante e apoiava-se num conjunto de valores tradicionais baseados, especificamente, na submissão do indivíduo à instituição, à doutrina e à estrutura estamental rígida. Nessa visão, o lucro e a riqueza eram condenados como fonte de pecado, e o trabalho era visto como fruto da condenação pela desobediência de Adão e Eva, logo, um sofrimento. A reforma protestante trouxe uma nova perspectiva de homem e de mundo, com maior valor dado ao indivíduo (ruptura com a instituição eclesiástica) e à razão (livre interpretação dos textos sagrados). Com a ascensão do capitalismo, o lucro não é mais visto como fonte de pecado, e a riqueza passa a ser considerada sinal da graça divina. Essa mudança de "mentalidade" é acompanhada, na doutrina calvinista, da valorização da disciplina; de uma vida simples, austera e recatada; da dignidade associada à produtividade e à utilidade; e, também, da ascese (evolução espiritual) ligada ao trabalho. O protestante calvinista dedica-se intensa e disciplinadamente ao trabalho, mas não consome seus lucros de forma leviana. Apoiado em ações sociais racionais (com relação a valores e a fins), realiza poupanças ou investe na produção, estimulando a economia de base capitalista. Em suma, enquanto o católico trabalha para viver, o protestante vive para trabalhar.

Os valores éticos do calvinismo, destacados anteriormente, não são a causa do capitalismo nos Estados Unidos, mas devem ser lidos como um dos seus elementos fundamentais. Esse vínculo íntimo entre religião e economia trouxe um novo olhar sobre as complexas relações sociais das sociedades contemporâneas.

Quadro comparativo entre Durkheim e Weber

	Durkheim	Weber
História	Evolucionista	Multilinear, inúmeras possibilidades de trajetórias
Indivíduo	Condicionado pela consciência coletiva	As ações sociais, dos indivíduos interagindo concedem a dinâmica da vida social
Objeto de estudo da Sociologia	Os fatos sociais	O sentido das ações sociais
Sociedade Moderna	Passagem da solidariedade mecânica para a solidariedade orgânica	Processo de racionalização, avanço por todos os campos da vida social
Correntes sociológicas	Funcionalismo-positivismo	Sociologia compreensiva, interacionismo simbólico
Método de análise	Explicação	Interpretação

CONCEPÇÃO DE ESTADO DE MAX WEBER

Se inexistissem estruturas sociais fundadas na violência, teria sido eliminado o conceito de Estado e emergiria uma situação que mais adequadamente designaríamos como anarquia, no sentido específico da palavra. Naturalmente, a força não se constitui no meio único do Estado – ninguém jamais o afirmaria –, porém a força constitui-se num elemento específico do Estado. Na época atual, a relação entre violência e Estado é profundamente próxima. No passado, associações tão diferenciadas – começando pela família – utilizaram como instrumento de poder a força física como algo inteiramente normal. Entretanto, atualmente, devemos dizer que um Estado é uma comunidade humana que se atribui (com êxito) o monopólio legítimo da violência física, nos limites de um território definido. Observem que o território constitui uma das características do Estado. No período contemporâneo, o direito ao emprego da coação física é assumido por outras instituições à medida que o Estado o permita. Considera-se o Estado como fonte única do direito de recorrer à força. Consequentemente, para nós, política constitui o conjunto de esforços tendentes a participar da divisão do poder, influenciando sua divisão, seja entre Estados, seja entre grupos num Estado.

Tal definição corresponde ao uso quotidiano do conceito. Quando se afirma que um problema é político ou que um ministro de um gabinete ou um oficial é um funcionário político, ou quando se afirma que uma decisão é politicamente determinada, faz-se referência ao fato de existirem interesses na distribuição, na manutenção ou na transferência do poder, fatores decisivos na solução daquela questão, na determinação da decisão ou no âmbito de atuação do funcionário. Os que atuam na política aspiram ao poder ou como meio para atingir outros fins, abstratos ou individuais, ou como poder pelo poder, para desfrutar da sensação de status que ele proporciona.

Tal como as instituições políticas que o precederam historicamente, o Estado é uma relação de homens que dominam seus iguais, mantida pela violência legítima (isto é, considerada legítima). Para que o Estado exista, os dominados devem obedecer à suposta autoridade dos poderes dominantes. Daí as seguintes perguntas: quando e por que obedecem aos homens? Ora, em que justificações intrínsecas ou extrínsecas se baseia essa dominação?

Para iniciarmos, em princípio existem três justificações internas como fundamentos da legitimação da dominação. Em primeiro lugar, a autoridade do passado eterno, ou seja, dos costumes consagrados por meio de validade imemorial e da disposição de respeitá-los. É a dominação tradicional exercida pelo patriarca ou pelo príncipe patrimonial de outrora. Há também a autoridade do dom da graça, em que se fundam os poderes extraordinários de um indivíduo (carisma). Essa dominação tem como fundamento a devoção e confiança absolutamente pessoais na revelação, no heroísmo ou em outras qualidades de caráter pessoal. Essa é a dominação carismática, tal como é exercida pelo profeta – ou no campo da política – pelo chefe guerreiro eleito, pelo governante empossado por plebiscito, pelo grande demagogo e pelo chefe de um partido político. Finalmente, temos a dominação imposta por meio da legalidade, fundada na crença na validade do estatuto legal e da competência funcional baseada em normas racionalmente definidas. Essa é a dominação exercida pelo moderno servidor do Estado e por todos os detentores do poder a ele assemelhados.

Supõe-se na realidade que a obediência dos súditos é determinada pelo temor ou pela esperança temor da vingança exercida pelos poderes mágicos ou daquele que exerce o poder ou pela esperança de recompensa neste ou noutro mundo. Interesses dos mais diversificados podem condicionar a obediência. Todavia, ao considerarmos os fundamentos de legitimação dessa obediência, sem dúvida nos deparamos com esses três tipos puros que indicamos: dominação tradicional, carismática e legal.

WEBER, Max. *A política como vocação*. Brasília: Editora UnB, 2003. p. 9-11. [Fragmento]

EXERCÍCIOS PROPOSTOS

01. (UPE–2016) Leia o texto a seguir:

Nas três primeiras décadas do século XX, embora a burguesia já mostrasse sem disfarces a sua faceta conservadora e belicista, defrontando-se com um movimento operário organizado, e testemunhasse também um acontecimento como a instalação do poder soviético na Rússia, conseguia, não obstante, controlar, até certo ponto, as ameaças dos movimentos e dos grupos revolucionários. Além disso, deve-se mencionar que a existência da monopolização das empresas e dos capitais daquelas décadas, embora consideráveis, evidentemente eram menos acentuadas do que são em nossos dias. Dessa forma, a burocratização do trabalho intelectual não era ainda uma realidade viva e concreta que aprisionava e inibia a imaginação dos sociólogos.

MARTINS, Carlos Benedito. *O que é Sociologia?* São Paulo: Brasiliense, 2006. p. 76-77.

O texto faz referência a um período da história da Sociologia. Sobre esse período, é correto afirmar que

A) o conhecimento sociológico foi organizado com base no pensamento iluminista de Descartes.

B) a escola sociológica francesa se tornou uma referência para os estudos da realidade social com base no pensamento de Durkheim.

C) a visão sociológica ofereceria um conhecimento útil para consolidar a desorganização social após a Revolução Francesa e Industrial.

D) a pesquisa de campo ganhou destaque com o pensamento positivista, orientando o caminho metodológico que o sociológico deveria seguir.

E) o pensamento de Augusto Comte representou um importante papel na elaboração do conhecimento sociológico, fundamentado na valorização da economia e dos mitos como instrumento intelectual para compreender as relações sociais.

02. (Unioeste-PR) A Sociologia de Max Weber é considerada uma ciência compreensiva e explicativa. Na sua concepção, compete ao sociólogo compreender e interpretar a ação dos indivíduos, assim como os valores pelos quais os indivíduos compreendem suas próprias intenções pela introspecção ou pela interpretação da conduta de outros indivíduos.

Sobre a sociologia compreensiva de Max Weber, é correto afirmar que

A) segundo o método da sociologia compreensiva de Max Weber, há uma ênfase metodológica sobre a sociedade como a unidade inicial da explicação para se chegar a significados objetivos de ação social.

B) na sociologia compreensiva de Max Weber, a primeira tarefa da sociologia é reformar a sociedade ou gerar algum tipo de teoria revolucionária. Weber herda efetivamente um ponto de vista sociológico compreensivo imputado à escola marxista.

C) para Max Weber, a sociologia está voltada unicamente para a compreensão dos fenômenos sociais. Na sociologia compreensiva o homem não consegue compreender as intenções dos outros em termos de suas intenções professadas.

D) no método compreensivo de Weber, os fenômenos sociais são considerados como a simples expressão de causas exteriores que se impõem aos indivíduos. Weber define a sociologia compreensiva em termos de fatos sociais e não em termos de atividade ou ação.

E) Max Weber entende por sociologia compreensiva uma ciência que se propõe compreender a atividade social e, deste modo, explicar causalmente seu desenrolar e seus efeitos. Para explicar o mundo social, importa compreender também a ação dos seres humanos do ponto de vista do sentido e dos valores.

03. 5TTY (UFU-MG) Assinale a alternativa incorreta. Durkheim afirma que, no estudo dos fatos sociais, o cientista social, ao trabalhar, deve

A) deixar de lado seus valores e sentimentos pessoais em relação ao acontecimento a ser estudado.

B) manter certa distância e neutralidade em relação aos fatos estudados, resguardando a objetividade de sua análise.

C) partir justamente do seu interesse pelo objeto de estudo e de sua visão particular sobre o assunto.

D) encarar os fatos sociais como "coisas", isto é, como objetos exteriores ao cientista, que devem ser medidos, observados e comparados independentemente do que os indivíduos pensem ou declarem a seu respeito.

E) romper com o senso comum, por meio de um rigor analítico, que seria garantido por um método de análise sociológica.

04. (UEL-PR) Segundo Émile Durkheim, [...] constitui uma lei da história que a solidariedade mecânica, a qual a princípio é quase única, perca terreno progressivamente e que a solidariedade orgânica, pouco a pouco, se torne preponderante.

DURKHEIM, É. A Divisão Social do Trabalho.
In: *Os Pensadores*. Tradução de Carlos A. B. de Moura.
São Paulo: Abril Cultural, 1977. p. 67.

Por esta lei, segundo o autor, nas sociedades simples, organizadas em hordas e clãs, prevalece a solidariedade por semelhança, também chamada de solidariedade mecânica. Nas organizações sociais mais complexas, prevalece a solidariedade orgânica, que é aquela que resulta do aprofundamento da especialização profissional.

De acordo com a teoria de Durkheim, é correto afirmar que:

A) As sociedades tendem a evoluir da solidariedade orgânica para a solidariedade mecânica, em função da multiplicação dos clãs.

B) Na situação em que prevalece a solidariedade mecânica, as sociedades não evoluem para a solidariedade orgânica.

C) As sociedades tendem a evoluir da solidariedade mecânica para a solidariedade orgânica, em função da intensificação da divisão do trabalho.

D) Na situação em que prevalece a divisão social do trabalho, as sociedades não desenvolvem formas de solidariedade.

E) Na situação em que prevalecem clãs e hordas, as sociedades não desenvolvem formas de solidariedade e, por isso, tendem a desaparecer progressivamente.

05. KTZE

(Unioeste-PR–2015) “Solidariedade orgânica” e “solidariedade mecânica” são conceitos propostos pelo sociólogo francês Émile Durkheim (1858-1917) para explicar a “coesão social” em diferentes tipos de sociedade. De acordo com as teses desse estudioso, nas sociedades ocidentais modernas, prevalece a “solidariedade orgânica”, onde os indivíduos se percebem diferentes embora dependentes uns dos outros. A lógica do mercado capitalista, entretanto, baseada na competição individualista em busca do lucro, pode corromper os vínculos de solidariedade que asseguram a coesão social e conduzir a uma situação de “anomia”.

De acordo com os postulados de Durkheim, é correto dizer que o conceito de “anomia” indica

A) a necessidade de todos demonstrarem solidariedade com os mais necessitados.

B) uma situação na qual aqueles indivíduos portadores de um senso moral superior devem se colocar como líderes dos grupos dos quais fazem parte.

C) a condição na qual os indivíduos não se identificam como membros de um grupo que compartilha as mesmas regras e normas e têm dificuldades para distinguir, por exemplo, o certo do errado e o justo do injusto.

D) o consumismo exacerbado das novas gerações, representado pelo aumento do número de *shopping centers* nas cidades.

E) a solidariedade que as pessoas demonstram quando entoam cantos nacionalistas e patrióticos em manifestações públicas como os jogos das seleções nacionais de futebol.

06. (Unioeste-PR) O sociólogo francês Émile Durkheim (1858-1917) em sua obra *As Regras do Método Sociológico* ocupou-se em estabelecer o objeto de estudo da sociologia. Entre as constatações de Durkheim é a de que o fato social não pode ser definido pela sua generalidade no interior de uma sociedade. Nessa obra, Durkheim elabora um tratamento científico dos fatos sociais e cria uma base para a sociologia no interior de um conjunto coeso de disciplinas sociais, visando fornecer uma base racional e sistemática da sociedade civil. Sobre o significado do fato social para Durkheim, é correto afirmar que

A) os fenômenos sociais, embora obviamente inexistentes sem os seres humanos, residem nos seres humanos como indivíduos, ou seja, os fatos sociais são os estados mentais ou emoções dos indivíduos.

B) os fatos sociais parecem, aos indivíduos, uma realidade que pode ser evitada, de maneira que se apresenta dependente de sua vontade. Nesse sentido, desobedecer a uma norma social não conduz o indivíduo a sanções punitivas.

C) a proposição fundamental do método de Durkheim é a de que os fatos sociais devem ser tratados como coisas, ou seja, como objetos do conhecimento que a inteligência não penetra de forma natural, mas através da observação e da experimentação.

D) Durkheim considera os fatos sociais como coisas materiais. Pode-se afirmar, portanto, que todo objeto de ciência é uma coisa material e deve ser abordado a partir do princípio de que o seu estudo deve ser abordado sem ignorar completamente o que são.

E) os fatos sociais são semelhantes aos fatos psíquicos, pois apresentam um substrato semelhante e evoluem no mesmo meio, de maneira que dependem das mesmas condições.

07. UNG2

(UEM-PR) Sobre o conceito de Estado Moderno, defendido pelo sociólogo alemão Max Weber, assinale o que for correto.

01. O Estado Moderno deve ser definido estritamente em relação aos seus fins.

02. A característica fundamental do Estado é o monopólio do uso da violência legítima dentro de um determinado território.

04. A manutenção da autoridade estatal ocorre pela necessária combinação entre o emprego da força física e a busca pela legitimidade junto aos cidadãos.

08. Como dimensão superestrutural da sociedade capitalista, o Estado é um instrumento de dominação da classe dos proprietários.

16. A legitimidade do Estado Moderno deriva, principalmente, do reconhecimento da validade legal e da competência funcional, baseadas em normas racionalmente estabelecidas.

Soma ( )

08. (UFU-MG–2016) Para Weber, "A dominação, ou seja, a probabilidade de encontrar obediência a um determinado mandato, pode fundar-se em diversos motivos de submissão."

COHN. 1991. p. 128.

Nesse sentido, as ações de Mahatma Gandhi, líder no movimento de independência da Índia, representam qual tipo de dominação na análise weberiana?

A) Dominação legal.
B) Dominação anômica.
C) Dominação carismática.
D) Dominação altruísta.
E) Fim do monoteísmo como condição para a consolidação da ciência.

09. (UNISC-RS–2015) Max Weber estuda a sociedade de seu tempo, buscando entender os mecanismos e processos relevantes da vida social; ele conclui que a sociedade contemporânea, tomada pela burocracia, substituiu as antigas formas de dominação por uma nova, cuja eficácia supera os controles das sociedades anteriores.

Alguns dos enunciados a seguir poderão estar relacionados ao texto anterior.

1. Regulação do trabalho industrial em seus processos de produção.
2. O auge do espírito racional é o Romantismo do século XIX.
3. A burocracia está presente na indústria, na educação e na guerra.
4. O avanço crescente da formação técnica e exigência profissional no trabalho.
5. Regulação pública das profissões.

Assinale a alternativa correta.

A) Todos os enunciados estão corretos.
B) Todos os enunciados estão incorretos.
C) Somente os enunciados 1 e 2 estão corretos.
D) Somente os enunciados 3 e 5 estão corretos.
E) O único enunciado incorreto é o 2.

10. (Unicentro-PR) Do ponto de vista do agente, o motivo é o fundamento da ação; para o sociólogo, cuja tarefa é compreender essa ação, a reconstrução do motivo é fundamental, porque, da sua perspectiva, ele figura como a causa da ação. Numerosas distinções podem ser estabelecidas e Weber realmente o faz. No entanto, apenas interessa assinalar que, quando se fala de sentido na sua acepção mais importante para a análise, não se está cogitando da gênese da ação, mas sim daquilo para o que ela aponta, para o objetivo visado nela; para o seu fim, em suma.

COHN, Gabriel (Org.). *Max Weber*: sociologia. São Paulo: Ática, 1979.

A categoria weberiana que melhor explica o texto em evidência está explicitada em:

A) A ação social possui um sentido que orienta a conduta dos atores sociais.
B) A luta de classes tem sentido porque é o que move a história dos homens.
C) Os fatos sociais não são coisas, e sim acontecimentos que precisam ser analisados.
D) O tipo ideal é uma construção teórica abstrata que permite a análise de casos particulares.
E) O sociólogo deve investigar o sentido das ações que não são orientadas pelas ações de outros.

SEÇÃO ENEM

01. POP3 (Enem–2016) A sociologia ainda não ultrapassou a era das construções e das sínteses filosóficas. Em vez de assumir a tarefa de lançar luz sobre uma parcela restrita do campo social, ela prefere buscar as brilhantes generalidades em que todas as questões são levantadas sem que nenhuma seja expressamente tratada. Não é com exames sumários e por meio de intuições rápidas que se pode chegar a descobrir as leis de uma realidade tão complexa. Sobretudo, generalizações às vezes tão amplas e tão apressadas não são suscetíveis de nenhum tipo de prova.

DURKHEIM, E. *O suicídio*: estudo de sociologia. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

O texto expressa o esforço de Émile Durkheim em construir uma sociologia com base na

A) vinculação com a filosofia como saber unificado.
B) reunião de percepções intuitivas para demonstração.
C) formulação de hipóteses subjetivas sobre a vida social.
D) adesão aos padrões de investigação típicos das ciências naturais.
E) incorporação de um conhecimento alimentado pelo engajamento político.

02. (Enem–2015) A crescente intelectualização e racionalização não indicam um conhecimento maior e geral das condições sob as quais vivemos. Significa a crença em que, se quiséssemos, poderíamos ter esse conhecimento a qualquer momento. Não há forças misteriosas incalculáveis; podemos dominar todas as coisas pelo cálculo.

WEBER, M. A ciência como vocação. In: GERTH, H., MILLS, W. (Org.). *Max Weber*: ensaios de sociologia. Rio de Janeiro: Zahar, 1979 (Adaptação).

Tal como apresentada no texto, a proposição de Max Weber a respeito do processo de desencantamento do mundo evidencia o(a)

A) progresso civilizatório como decorrência da expansão do industrialismo.
B) extinção do pensamento mítico como um desdobramento do capitalismo.
C) emancipação como consequência do processo de racionalização da vida.
D) afastamento de crenças tradicionais como uma característica da modernidade.
E) fim do monoteísmo como condição para a consolidação da ciência.

GABARITO

Meu aproveitamento

Propostos

Acertei ______ Errei ______

01. B	06. C
02. E	07. Soma 22
03. C	08. C
04. C	09. E
05. C	10. A

Seção Enem

Acertei ______ Errei ______

01. D	02. D

Total dos meus acertos: _____ de _____ . _______ %

Karl Marx e o materialismo histórico

O SOCIALISMO DO SÉCULO XIX

A Revolução Industrial despertou posições divergentes na sociedade europeia. De um lado, como já vimos, havia os positivistas, que adotavam uma postura otimista em relação à industrialização e à ciência, defendendo o capitalismo como o modelo mais avançado de organização econômica. Porém, havia também grupos consideráveis de opositores ao sistema político liberal e ao modo de produção capitalista, que agrupamos sob a designação genérica de socialistas. Na verdade, os socialistas correspondem a diversas correntes de pensamento que possuíam um adversário comum, o capitalismo, mas que divergiam quanto aos princípios de organização da sociedade e, principalmente, quanto às estratégias para atingir o poder. O modelo socialista mais conhecido e com maior impacto na estrutura político-social mundial foi, sem dúvida, o socialismo científico (ou comunismo) de Karl Marx e Friedrich Engels, mas ele não foi o primeiro nem o único.

Socialismo utópico de Saint-Simon e Robert Owen

Por volta de 1830, o termo **socialismo** foi consolidado, passando a designar uma vertente de análise social e política que se opunha ao capitalismo, ao individualismo e à distorção dos ideais liberais da Revolução Francesa pelo capitalismo. Para pensadores como o britânico Robert Owen (1771-1858) e os franceses Saint-Simon (1760-1825) e Charles Fourier (1772-1837), a igualdade e a fraternidade haviam sido suplantadas por uma visão restrita da liberdade: a liberdade econômica. As consequências do predomínio do aspecto econômico eram evidentes nas condições dos operários industriais. Muito antes de serem beneficiários da evolução prometida pela razão e pela ciência, haviam se tornado "escravos" do sistema industrial.

Os socialistas, supracitados, identificavam, à luz do Iluminismo de Rousseau, que a propriedade privada era a principal responsável pela desigualdade acentuada durante a Revolução Industrial. Paralelamente, propunham como solução uma série de melhorias por meio de reformas no sistema capitalista vigente. Essa visão reformista pregava a redução da jornada de trabalho, a melhoria nos alojamentos e o aumento de salários, como sendo suficientes para a existência de uma transição pacífica do capitalismo para um sistema socialista e igualitário. Engels, em sua obra *Do Socialismo Utópico ao Socialismo Científico* (1880), ao refletir acerca dos autores mencionados, atribuiu a eles o epíteto de "utópicos" por considerar que a visão reformista seria ingênua e excessivamente otimista na "boa vontade" dos detentores do capital. Logo, as melhorias no sistema não impactariam em suas raízes, tendo como consequência a perpetuação das relações de dominação, em vez de suas respectivas superações.

Socialismo libertário ou anarquismo

A corrente conhecida como anarquismo é bastante diversificada e comporta diferentes posicionamentos acerca da política e da economia. Porém, todas apresentam alguns aspectos em comum: crítica ao liberalismo político-econômico, rejeição ao modo de produção capitalista e recusa de toda forma de autoridade canônica. A palavra "anarquismo" significa, literalmente, "ausência de poder ou governo" e enfatiza a rejeição a qualquer forma de autoridade, especialmente a do Estado. Pensadores como o francês Pierre-Joseph Proudhon (1809-1856) e o russo Mikhail Bakunin (1814-1876) fundamentaram o anarquismo no ideal socialista da coletivização dos meios de produção e na defesa de um sistema político baseado na autogestão, isto é, sem a necessidade de forças de controle externas aos próprios indivíduos.

Um dos pontos de discordância entre anarquistas e comunistas (marxistas) dizia respeito ao modo pelo qual a mudança social seria produzida: enquanto estes defendiam uma revolução para implementar um Estado socialista, aqueles argumentavam que um Estado socialista já seria uma forma de autoridade ilegítima e manteria a estrutura coercitiva sobre os indivíduos. Para os anarquistas, a revolução verdadeira deveria romper de forma imediata e intransigente com qualquer forma de autoridade, em nome de uma sociedade autogerida em bases democráticas.

Socialismo cristão

O socialismo cristão foi uma vertente do socialismo fundada na fé religiosa do cristianismo e crítico ao socialismo de base materialista (Marx e Engels). Seus mentores foram o padre católico francês Robert de Lamennais (1782-1852) e o socialista britânico Charles Kingsley (1819-1875). Ao final do século XIX, os socialistas cristãos contaram com o apoio da encíclica papal Rerum Novarum (1891), promulgada pelo Papa Leão XIII, considerado o Papa do Proletariado. Nesse documento, o Vaticano se posicionava contra o socialismo de Marx e Engels por considerá-lo ateu. Concomitantemente, defendia o direito natural à propriedade privada e afirmava que tanto o Estado quanto a Igreja estavam obrigados a lutar por melhores condições de vida para os pobres e trabalhadores.

Os socialistas cristãos reconheciam os problemas derivados da desigualdade social, mas não acreditavam na solução mediante a via da luta de classes e da revolução proletária, conforme defendiam os comunistas e os anarquistas. Ao contrário, os socialistas cristãos almejavam a conciliação entre capital e trabalho, pautada na observância dos valores sagrados do evangelho por parte tanto dos ricos quanto dos pobres. Defendiam a criação de sistemas de cooperação entre os trabalhadores, o fortalecimento dos direitos trabalhistas, por meio de leis, e o combate ao egoísmo e à acumulação desmedida.

Na encíclica Mater et Magistra, de 1961, o papa João XXIII confirmou a doutrina social da Igreja, definida por Leão XIII, reforçando a crítica ao marxismo. No entanto, alguns setores do catolicismo incorporaram parte da perspectiva de Marx e Engels e passaram a defender uma postura mais proativa e crítica da Igreja, em relação à propriedade privada. Esse foi o caso da teologia da libertação, criada pelo padre e teólogo peruano Gustavo Gutiérrez, na década de 1960, da qual fizeram parte intelectuais brasileiros como Leonardo Boff e Frei Betto. A teologia da libertação, diferentemente da doutrina social da Igreja expressa no socialismo cristão, possui mentalidade progressista e pregava que a empatia e o cuidado com pobres não eram suficientes.

Forças produtivas

Rubens Lima

Em vez disso, diziam os seus seguidores que a Igreja necessitava ser um veículo fundamental que pressionasse a sociedade por mudanças políticas e estruturais, com o intuito de erradicar a pobreza.

Socialismo científico e materialismo histórico

Se para Durkheim a sociedade era uma entidade acima dos indivíduos, e para Weber ela se constitui a partir das ações individuais, Marx entende que uma sociedade somente pode ser compreendida por meio das condições materiais de sua existência. Isso significa dizer que o modo como cada sociedade transforma a natureza e divide o trabalho entre seus membros determina a maneira como os indivíduos se relacionam socialmente. Paralelamente, determina também a própria consciência dos indivíduos sobre si e sobre o mundo ao seu redor.

Karl Marx (1818-1883) contou com o apoio de seu amigo Friedrich Engels (1820-1895) para produzir uma extensa obra, sistemática e rigorosa, que conciliou filosofia, economia, política e direito para fabricar a crítica mais consistente ao modelo capitalista-liberal, com amplo alcance no mundo até os dias atuais. A obra conjunta *Manifesto do Partido Comunista*, de 1848, tornou-se uma bandeira para os movimentos sindicais, para a criação de partidos políticos de orientação socialista e para a organização de revoluções proletárias, como a Revolução Russa e a Revolução Chinesa, no início do século XX. Porém, a obra fundamental do socialismo / comunismo é o livro *O Capital*, com publicação inicial em 1867, dividido em 2 longos tomos. Nessa obra, Marx elaborou, detalhadamente, sua crítica ao capitalismo industrial e as bases para a formação de uma sociedade comunista – pautada pela divisão comunal da propriedade e das riquezas sociais.

Antes de traçarmos, com mais detalhes, os conceitos fundamentais da teoria de Marx, é necessário compreender o que o autor entende por meio de produção e por modo de produção.

O modo de produção deve ser entendido como a forma de organização socioeconômica vinculada a uma etapa do desenvolvimento das forças produtivas e também das relações de produção. Por exemplo, atualmente vigora o modo de produção capitalista. Mas, fazendo um resgate histórico, temos a presença do modo de produção feudal.

Burguesia

Para Marx, as forças produtivas e as relações de produção se alteram ao longo do percurso histórico, afetando os meios de produção.

Devemos entender **meio de produção** como tudo aquilo que permeia a relação entre trabalho humano e natureza, no processo de transformação da natureza em si. Ou seja, seria um conjunto formado pelos meios do trabalho e o objeto de trabalho. Dessa maneira, os meios de trabalho seriam, por exemplo, ferramentas e máquinas; e o objeto do trabalho, as matérias primas e os recursos naturais.

Para melhor explicitar a relação entre modo de produção e a maneira como os indivíduos se relacionam socialmente, Marx elaborou o conceito de **relações sociais de produção.**

Tal conceito se refere justamente às formas como os indivíduos se organizam para produzir os bens materiais necessários à sobrevivência, levando em consideração as ferramentas disponíveis, o nível de tecnologia, as matérias-primas e como se procede a distribuição da produção. Enfim, para Marx, as relações sociais de produção definem toda a organização de uma sociedade.

Por esse motivo, Marx entende que os aspectos materiais de uma sociedade não podem ser considerados como algo dado pela natureza, mas sim construídos pela ação do homem, por isso a importância da categoria **trabalho** em sua teoria. Para Marx, o trabalho tem a capacidade de emancipar o ser humano, uma vez que

> é o trabalho, por isso, uma condição de existência do homem, independente de todas as formas de sociedade, eterna necessidade natural de mediação do metabolismo entre homem e natureza e, portanto, da vida humana.
>
> MARX, K. *O capital:* crítica da economia política. São Paulo: Abril Cultural, 1985. p. 50. [Fragmento]

No modelo capitalista, no entanto, o caráter humanizador do trabalho, ou seja, a possibilidade que o trabalho oferece para o homem de criar o seu mundo social, é substituído por jornadas de trabalho exaustivas, tendo como única preocupação a produção do lucro. Assim sendo, temos a exploração da classe operária, que vende sua força de trabalho, pela classe burguesa, que é detentora dos meios de produção. Logo, o capitalismo acabou por transformar o trabalho em mercadoria, pois o proletário vende sua força de trabalho ao capitalista.

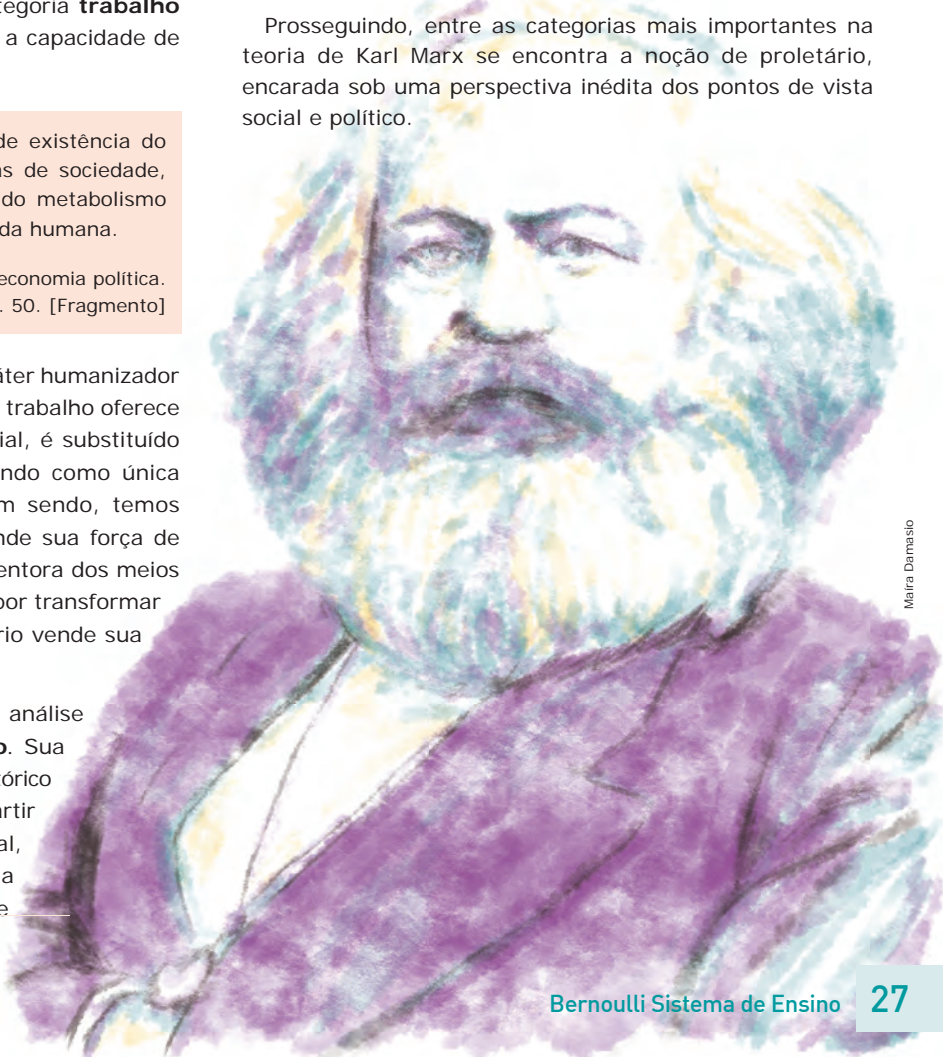
Karl Marx desenvolveu um método de análise conhecido como **materialismo histórico**. Sua pretensão é explicar o desenvolvimento histórico da sociedade, desde a sua origem, a partir das relações de produção da vida material, ou seja, a economia. Para Marx, a categoria central pela qual a história humana pode ser compreendida é a categoria "trabalho", que permite ao homem se diferenciar dos animais e construir o mundo em que vive. O mundo humano é, essencialmente, o mundo do trabalho. A categoria "trabalho", na teoria marxiana, nos ajuda a compreender a concepção materialista da história e se opõe à concepção idealista, proposta por Hegel. Enquanto o filósofo idealista George Friedrich Hegel (1770-1831) propunha que a realidade é um produto das ideias, Marx defendia que as ideias é que são produto da realidade. O enunciado básico do materialismo histórico de Marx e Engels afirma que

> não é a consciência dos homens que determina a realidade, mas a realidade que determina a consciência dos homens.
>
> MARX, Karl. *Contribuição para a crítica da economia política*. Lisboa: Estampa, 1973. p. 28. [Fragmento]

Por meio do trabalho, o indivíduo se produz, desenvolvendo as suas capacidades e contribuindo para o desenvolvimento da própria humanidade. Portanto, podemos notar aqui uma crítica de Marx à Filosofia europeia. Esta última entendia que, além do mundo em que podemos viver, existiria um mundo real que iria além daquilo que poderíamos observar em nossa vida. Logo, os fenômenos existentes na vida social seriam apenas reflexos daquilo que aconteceria no plano das ideias.

Prosseguindo, entre as categorias mais importantes na teoria de Karl Marx se encontra a noção de proletário, encarada sob uma perspectiva inédita dos pontos de vista social e político.

Maíra Damasio

Karl Marx.

A dialética materialista

Para Marx, em todas as sociedades humanas em que há propriedade privada, existiria uma oposição básica entre os grupos que detém a propriedade privada e os que não são detentores desta. Marx opta por designar os grupos sociais sob a nomenclatura de "classe social", denominando a parcela da coletividade que possua características sociais, econômicas e políticas similares, com ênfase especial na sua relação com a propriedade privada. Portanto, toda sociedade poderia ser reduzida a duas classes sociais antagônicas: na Antiguidade romana, patrícios e plebeus; na Idade Média, nobreza e camponeses; no capitalismo, burguesia e proletariado. Essas classes antagônicas possuiriam características e interesses distintos, o que faria existir uma **luta de classes** entre elas. Dessa luta de classes, para Marx, emergiria toda a dinâmica histórica. Melhor dizendo,

> a história de todas as sociedades que existiram até hoje tem sido a história da luta de classes. Homem livre e escravo, patrício e plebeu, barão e servo, mestre de corporação e companheiro, numa palavra, opressores e oprimidos, em constante oposição, tem vivido numa guerra ininterrupta, ora aberta, ora disfarçada [...].
>
> MARX, K; ENGELS, F. *Manifesto do partido comunista*. São Paulo: Global, 1988. p. 75-76.

No capitalismo, esse antagonismo teria atingido o seu ápice devido à concentração de renda, à desigualdade e à exploração do trabalho, que, para os socialistas científicos, estão na base do sistema, marcando uma diferença essencial entre as classes dominante (burguesia) e dominada (proletariado).

O termo "dialética", nas palavras do filósofo Henri Lefebvre, significa

> ciência que mostra como as contradições podem ser concretamente idênticas, como passam uma na outra, mostrando também porque a razão não deve tomar essas contradições como coisas mortas, petrificadas, mas como coisas vivas, móveis, lutando uma contra a outra em e através de sua luta.
>
> LEFEBVRE, H. *Lógica Forma, Lógica Dialética.* São Paulo: Civilização Brasileira, 1969. p. 15. [Fragmento]

Marx inspirou-se na concepção de dialética idealista de Hegel, mas concedeu a ela uma nova significação ao demonstrar que a história humana é produzida a partir de pontos que se opõem – teses –, que se digladiam e fabricam novos estágios – síntese – a partir dos anteriores. O ensinamento básico da dialética marxista tange ao fato de que a história das sociedades não é estática e linear, mas sim dinâmica e construída por forças antagônicas.

Mais-valia e alienação

Marx entende que a realidade social é determinada pelas bases materiais de uma determinada sociedade delimitada historicamente. Pensemos, por exemplo, no modo de produção capitalista e no modo de produção imediatamente anterior a ele historicamente, o feudalismo. As bases materiais entre os dois eram bastante distintas, pois, enquanto no feudalismo o trabalho em vigor era o artesanal, o modo de produção capitalista introduziu o trabalho fabril. Evidentemente, as diferenças entre feudalismo e capitalismo foram ocasionadas em razão de contextos históricos distintos, que possibilitaram a derrocada de um e o surgimento de outro.

Na concepção de Marx, o capitalismo se sustenta na exploração da força produtiva da classe proletária pelo industrial burguês, uma vez que aquele vende sua força de trabalho em troca da remuneração. No entanto, o sistema capitalista oculta do operário a sua real situação: o seu trabalho rende mais ao empregador do que a ele mesmo; o excedente do trabalho operário se torna **mais-valia** nas mãos do empregador. A **mais-valia** é a diferença entre o valor que é produzido pelo operário e o valor recebido por ele enquanto salário. Essa diferença é apropriada pelo empregador, sendo a mola propulsora do sistema capitalista, pois é o que permite aos burgueses obterem o lucro e também reinvestirem o capital na sua produção.

A lógica do trabalho capitalista, portanto, se basearia em uma relação de exploração e de dominação sobre o proletariado. Este último é mantido ignorante sobre sua situação pela **ideologia** – o conjunto de ideias, valores, instituições e leis que expressam a visão de mundo da classe dominante. Assim, o trabalhador não se reconhece naquilo que produz, pois encontra-se **alienado** do resultado do seu próprio esforço. Sua ignorância em relação ao próprio trabalho e a situação em que vive é uma das bases do triunfo do capitalismo.

A noção de **alienação** é fundamental no pensamento marxista, pois ela apresenta o estado psicossocial primordial ao qual o operário é submetido no modo de produção capitalista. Enquanto nos modos de produção anteriores, como no feudal, o trabalhador livre conhecia todas as etapas do seu trabalho e, em alguma medida, usufruía do que produzia, no capitalismo o operário industrial não só não conhece toda a cadeia produtiva, como também se encontra impossibilitado de usufruir do que produz, devido à especialização da indústria. O operário industrial fica relegado à abstrata relação de assalariamento, e o trabalho perde sua função existencial, passando a ser uma relação de dominação. O trabalho alienado é fundamental para a obtenção da mais-valia, uma vez que o operário, ignorante da longa cadeia produtiva que é controlada pelos detentores do capital, não dispõe de meios materiais e simbólicos para refletir e criticar sua posição de dominado.

Infraestrutura e superestrutura

Podemos dizer, a partir da leitura de Marx sobre o modo de produção capitalista, que a sociedade é dividida em duas grandes partes que se encontram em relação constante: a infraestrutura e a superestrutura. A **infraestrutura** seria a parte da sociedade relacionada aos meios de produção da vida material, isto é, a economia; enquanto a superestrutura corresponderia aos sistemas ideológicos que visam, sobretudo, manter a infraestrutura. A superestrutura seria composta por dois grandes aparatos: o aparato jurídico--político, em que estão incluídos o Estado e as leis, e o aparato ideológico, composto por todo o conjunto de crenças, regras, valores morais, educação, religião e cultura que representam os interesses da classe social dominante.

Marx e Engels perceberam que o próprio Estado faz parte do aparato ideológico da superestrutura. Se for fato que o poder político deriva do poder econômico, torna-se evidente que as elites econômicas se encontram no topo da hierarquia política e impõem a forma de organizar a sociedade que lhes é mais conveniente. Por isso, por mais democrático que pareça ser, o Estado sempre se encontra a serviço da classe dominante.

Na teoria marxista, a disputa das classes sociais pelo poder político é determinada pela esfera econômica. Desse modo, o poder político seria parte da superestrutura de uma determinada sociedade, e como o sistema social moderno capitalista, na concepção de Marx, é resultado do poder da classe burguesa sobre o restante da sociedade, a política seria o reflexo da supremacia econômica dessa classe.

O objetivo da teoria marxista é justamente compreender como a ordem social burguesa é mantida. O sistema capitalista opõe a classe burguesa à classe operária, sendo a condição de exploração da primeira em relação à segunda entendida como algo natural e não historicamente condicionado. Na teoria marxiana, o foco de análise recai sobre as classes sociais e as relações de produção, e não há, portanto, considerações a respeito das ações individuais, da maneira como acontece na sociologia weberiana. Para Marx, as ações individuais somente possuem sentido se atentarmos para as ideologias que sustentam as ações das classes sociais às quais pertencem os indivíduos.

Segundo Marx, a sociedade não é um todo que vive em harmonia. A oposição entre capital e trabalho é o motor da história, pois a realidade capitalista deverá ser superada com o advento do comunismo, quando a divisão da sociedade em classes será abolida. Esse movimento revolucionário se dará a partir do momento em que os trabalhadores tomarem consciência de sua posição de classe dominada e buscarem o fim da propriedade privada.

Rubens Lima

Revolução proletária e comunismo

No livro *Teses sobre Feuerbach*, publicado em 1888, Marx é enfático ao afirmar o papel prático-político da sua teoria: “os filósofos se limitaram a interpretar o mundo, cabe a nós muda-lo”. Isto é, a teoria tem um duplo papel: analisar a realidade e fornecer os fundamentos para sua mudança. Por isso, a teoria social de Marx está intimamente associada à política, propondo-se como ferramenta a serviço de uma mudança radical na estrutura da sociedade.

Ao contrário dos socialistas utópicos, que acreditavam em mudanças gradativas, reformas parciais e negociações políticas, Marx defendia que somente uma revolução proletária poderia alterar a infraestrutura da sociedade. Essa revolução aconteceria a partir da mobilização da classe operária, que, organizada coletivamente independente de sexo, raça ou nacionalidade, iniciaria um processo de deposição do poder burguês e instauração de um Estado proletário de caráter inicialmente **socialista.** Esse Estado seria voltado para a promoção da igualdade por meio da estatização dos meios de produção. Assim, quando a economia coletivizada e a organização democrática dispensassem a própria existência de um Estado, ele passaria a ser **comunista**.

Dessa forma, seria possível afirmar que a revolução proletária seria composta de dois momentos: o primeiro seria chamado **socialismo**; e o segundo, **comunismo**. O comunismo seria uma evolução do socialismo, marcado pela abolição do Estado. No socialismo, a sociedade controlaria a produção e a distribuição dos bens em sistema de igualdade e cooperação. Esse processo levaria ao comunismo, no qual todos os trabalhadores seriam os proprietários de seu trabalho e dos bens que produzem.

É importante ressaltar que em nenhuma das duas fases se defende o primitivismo econômico, isto é, o retorno a estágios anteriores da industrialização, nem uma vida ascética dos trabalhadores, isto é, que se viva somente com o essencial. Karl Marx defende que a produção industrial seja ampliada e que beneficie a todos, não só o pequeno grupo dos que possuem o capital.

Diversos partidos políticos, de inspiração marxista, adotaram ora socialismo ora comunismo em seu nome, de acordo com os variados segmentos que surgiram internamente após os encontros das Internacionais Comunistas do século XIX. As Internacionais Comunistas foram uma série de reuniões públicas de organizações, sindicatos e partidos de trabalhadores, iniciadas com a Associação Internacional dos Trabalhadores (Primeira Internacional Comunista), de 1864 a 1876, com o intento de organizar a classe proletária ao redor do mundo e discutir planos de ação política. A Segunda Internacional, chamada de Internacional Operária e Socialista, durou de 1889 a 1914; a Terceira Internacional ficou conhecida como *Comintern*, pela abreviação do termo russo, e perdurou de 1919 a 1943, sendo liderada por Stálin. Enquanto a Quarta Internacional foi encabeçada por Trotsky, a partir de 1938, com forte presença nos movimentos sociais das décadas de 1960 e 1970.

Não é nosso objetivo discutir se as ideias marxistas chegaram, ou não, a ser realizadas nos países que adotaram o socialismo como orientação político-econômica, mas é fundamental termos em mente o compromisso da análise social de base marxista com as mudanças na sociedade.

Fetichismo da mercadoria, valor de uso e valor de troca

Na análise da economia capitalista, realizada por Marx, destaca-se a posição privilegiada que é ocupada pelas mercadorias, isto é, o produto material do trabalho humano, destinado a ser comercializado em um mercado. Para o pensador alemão, as mercadorias são vistas como dotadas de vida própria, que é independente de seu processo produtivo. Por isso, a mercadoria se encontra em uma relação de fetiche: um fetiche é um objeto a que se atribui características mágicas. No capitalismo, a mercadoria – qualquer que seja – é vista como provida de uma importância que extrapola a sua utilidade material, ou seja, dá-se mais importância ao seu **valor de troca** do que ao seu **valor de uso**.

Para esclarecer, é bom retomarmos essas duas noções básicas da teoria econômica de Marx. Para o filósofo, o valor de uma mercadoria é definido, principalmente, pelo tempo de trabalho que é socialmente necessário para a sua produção. O **valor de uso** é a importância prática que uma mercadoria possui, em função da sua utilidade, e está associada às suas propriedades físicas. O **valor de troca** é a importância simbólica, geralmente atribuída em termos monetários, que uma mercadoria assume em um mercado quando pode ser intercambiada por outras mercadorias. O valor de troca leva em conta o valor de uso, mas também é afetado por outras importâncias simbólicas e socialmente instituídas sobre uma mercadoria, como o *status* que confere a quem possui.

Marxismo após Marx

Não cabe, neste capítulo, uma análise histórica dos impactos da teoria de Marx ao longo do século XX. Certamente, isso será feito mais detalhadamente na disciplina de História. Porém, é importante frisar que, apesar das críticas aos modelos políticos que ousaram se basear no socialismo / comunismo, o marxismo, como teoria social, teve e ainda tem grande importância nas ciências humanas e sociais. Foram muitas as escolas de pensamento e os teóricos de diferentes áreas influenciados, em diferentes medidas, pela teoria marxista. Ao mesmo tempo, também é importante ter em mente que a teoria marxista passou por inúmeras críticas, revisões, aprofundamentos e reformulações, seja por adversários ou por partidários, sem que seus princípios básicos perdessem sua vitalidade na análise da complexidade social do mundo atual.

Para mencionar alguns, destacam-se as obras do italiano Antônio Gramsci (1891-1937), com profunda análise sobre os modos pelos quais a ideologia e o Estado perpetuam as relações de poder instauradas na economia; o filósofo húngaro György Lukács (1885-1971); o psicanalista argelino-francês Louis Althusser (1918-1990), que aprofundou os estudos acerca dos aparelhos ideológicos do Estado, sendo a escola um dos mais importantes instrumentos a serviço da dominação; o historiador britânico Eric Hobsbawm (1917-2012); os teóricos da Escola de Frankfurt (Theodor Adorno, Max Horkheimer, Herbert Marcuse e Walter Benjamin), que realizaram profundas análises sobre a relação entre ideologia, a cultura e a indústria cultural; o linguista estadunidense Noam Chomsky (1928-); e, mais recentemente, o economista francês Thomas Piketty (1971-), com sua releitura atualizada de *O Capital*.

No Brasil, o pensamento de base marxista também teve ampla repercussão, apesar das perseguições ideológicas realizadas em diferentes momentos da nossa história. Boa parte da historiografia e da sociologia brasileiras foi construída em base materialista histórico-dialética, elegendo os aspectos econômicos como primordiais para se estudar as relações sociais. Na sociologia destacam-se nomes como de Florestan Fernandes (1920-1995), Francisco de Oliveira (1933-), Ruy Braga (1972-), Jessé Souza (1960-).

Quadro comparativo capitalismo x socialismo / comunismo

ALTERAÇÃO DAS RELAÇÕES DE PRODUÇÃO

REVOLUÇÃO

PROPRIEDADE PRIVADA DOS MEIOS DE PRODUÇÃO		PROPRIEDADE SOCIAL DOS MEIOS DE PRODUÇÃO	
MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA		MODO DE PRODUÇÃO COMUNISTA	
PERÍODO DE TRANSIÇÃO PARA O CAPITALISMO	SISTEMA CAPITALISTA DESENVOLVIDO	PERÍODO DE TRANSIÇÃO PARA O COMUNISMO	SISTEMA COMUNISTA DESENVOLVIDO
MANUFATURA	GRANDE INDÚSTRIA	ETAPA INFERIOR OU SOCIALISMO	ETAPA SUPERIOR OU COMUNISMO
DESENVOLVIMENTO DAS FORÇAS PRODUTIVAS		DESENVOLVIMENTO DAS FORÇAS PRODUTIVAS	
Nobreza x Burguesia	Burguesia x Proletariado	Proletariado x Burguesia	Não há lutas de classes
Estado Absolutista	Estado Burguês	Estado Proletário	Não há Estado

A IDEOLOGIA ALEMÃ

O fato é, portanto, o seguinte: indivíduos determinados, que são ativos na produção de determinada maneira, contraem entre si estas relações sociais e políticas determinadas. A observação empírica tem de provar, em cada caso particular, empiricamente e sem nenhum tipo de mistificação ou especulação, a conexão entre a estrutura social e política e a produção. A estrutura social e o Estado provêm constantemente do processo de vida de indivíduos determinados, mas desses indivíduos não como podem aparecer na imaginação própria ou alheia, mas sim tal como realmente são, quer dizer, tal como atuam, como produzem materialmente e, portanto, tal como desenvolvem suas atividades sob determinados limites, pressupostos e condições materiais, independentes de seu arbítrio.

A produção de ideias, de representações, da consciência está, em princípio, imediatamente entrelaçada com a atividade material e com o intercâmbio material dos homens, com a linguagem da vida real. O representar, o pensar, o intercâmbio espiritual dos homens ainda aparecem, aqui, como emanação direta de seu comportamento material. [...] A consciência [*bewusstsein*] não pode jamais ser outra coisa do que o ser consciente [*bewusstsein*], e o ser dos homens é o seu processo de vida real. Se, em toda ideologia, os homens e suas relações aparecem de cabeça para baixo como numa câmara escura, este fenômeno resulta do seu processo histórico de vida, da mesma forma como a inversão dos objetos na retina resulta de seu processo de vida imediatamente físico.

Totalmente ao contrário da filosofia alemã, que desce do céu à terra, aqui se eleva da terra ao céu. Quer dizer, não se parte daquilo que os homens dizem, imaginam ou representam, tampouco dos homens pensados, imaginados e representados para, a partir daí, chegar aos homens de carne e osso; parte-se dos homens realmente ativos e, a partir de seu processo de vida real, expõe-se também o desenvolvimento dos reflexos ideológicos e dos ecos desse processo de vida. Também as formações nebulosas na cabeça dos homens são sublimações necessárias de seu processo de vida material, processo empiricamente constatável e ligado a pressupostos materiais. A moral, a religião, a metafísica e qualquer outra ideologia, bem como as formas de consciência a elas correspondentes, são privadas, aqui, da aparência de autonomia que até então possuíam. Não têm história, nem desenvolvimento; mas os homens, ao desenvolverem sua produção e seu intercâmbio materiais, transformam também, com esta sua realidade, seu pensar e os produtos de seu pensar. Não é a consciência que determina a vida, mas a vida que determina a consciência. No primeiro modo de considerar as coisas, parte-se da consciência como do indivíduo vivo; no segundo, que corresponde à vida real, parte-se dos próprios indivíduos reais, vivos, e se considera a consciência apenas como sua consciência.

MARX, K; ENGELS, F. *A ideologia alemã*: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845-1846). Tradução de Rubens Enderle, Nélio Schneider e Luciano Cavini Martorano. São Paulo: Boitempo, 2007. p. 93-94.

O TRABALHO ALIENADO

Consideramos até aqui a alienação, a espoliação do operário, só sob um aspecto, o de sua relação com os produtos de seu trabalho. Ora, a alienação não aparece somente no resultado, mas também no ato da produção, no interior da própria atividade produtora. Como o operário não seria estranho ao produto de sua atividade se, no próprio ato de produção, não se tornasse estranho a si mesmo? Com efeito, o produto é só o resumo da atividade de produção. Se o produto do trabalho é espoliação, a própria produção deve ser espoliação em ato, espoliação da atividade, atividade que espolia. A alienação do objeto do trabalho é só o resumo da alienação, da espoliação, na própria atividade do trabalho.

Ora, em que consiste a espoliação do trabalho? Primeiro, no fato de que o trabalho é exterior ao operário, isto é, que não pertence ao seu ser; que, no seu trabalho, o operário não se afirma, mas se nega; que ele não se sente satisfeito aí, mas infeliz; que ele não desdobra aí uma livre energia física e intelectual, mas mortifica seu corpo e arruína seu espírito. É por isso que o operário não tem o sentimento de estar em si senão fora do trabalho; no trabalho, sente-se exterior a si mesmo. É ele quando não trabalha, e, quando trabalha, não é ele. Seu trabalho não é voluntário, mas imposto. Trabalho forçado, não é a satisfação de uma necessidade, mas somente um meio de satisfazer necessidades fora do trabalho. A natureza alienada do trabalho aparece nitidamente no fato de que, desde que não exista imposição física ou outra, foge-se do trabalho como da peste. O trabalho alienado, o trabalho no qual o homem se espolia, é sacrifício de si, mortificação. Enfim, o operário ressente a natureza exterior do trabalho pelo fato de que não é seu bem próprio, mas o de outro, que não lhe pertence; que no trabalho o operário não pertence a si mesmo, mas a outro. [...]

Chega-se então a esse resultado, que o homem (o operário) só tem espontaneidade nas suas funções animais: o comer, o beber e a procriação, talvez ainda na habitação, o adorno, etc.; e que, nas suas funções humanas, só sente a animalidade: o que é animal torna-se humano e o que é humano torna-se animal. Sem dúvida, comer, beber, procriar, etc., são também funções autenticamente humanas. Contudo, separadas do conjunto das atividades humanas, erigidas em fins últimos e exclusivos, não são mais que funções animais.

MARX, Karl. *Ébauche d'une critique de l'économie politique*. Tome II. Gallimard, Bibliothèque de la Pléiade, p. 60-61 apud VV. AA. *Os filósofos através dos textos*: de Platão a Sartre. São Paulo: Paulus, 1997. p. 250-251.

EXERCÍCIOS PROPOSTOS

01. MRNW (Unesp–2016) A condição essencial da existência e da supremacia da classe burguesa é a acumulação da riqueza nas mãos dos particulares, a formação e o crescimento do capital; a condição de existência do capital é o trabalho assalariado. [...] O desenvolvimento da grande indústria socava o terreno em que a burguesia assentou o seu regime de produção e de apropriação dos produtos. A burguesia produz, sobretudo, seus próprios coveiros. Sua queda e a vitória do proletariado são igualmente inevitáveis.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Manifesto Comunista*: obras escolhidas, v. 1, s/d.

Entre as características do pensamento marxista, é correto citar

A) o temor perante a ascensão da burguesia e o apoio à internacionalização do modelo soviético.

B) o princípio de que a história é movida pela luta de classes e a defesa da revolução proletária.

C) a caracterização da sociedade capitalista como jurídica e socialmente igualitária.

D) o reconhecimento da importância do trabalho da burguesia na construção de uma ordem socialmente justa.

E) a celebração do triunfo da revolução proletária europeia e o desconsolo perante o avanço imperialista.

02. (UEL-PR–2016) A ópera-balé Os Sete Pecados Capitais da Pequena Burguesia, de Kurt Weill e Bertold Brecht, composta em 1933, retrata as condições dessa classe social na derrocada da ordem democrática com a ascensão do nazismo na Alemanha, por meio da personagem Anna, que em sete anos vê todos os seus sonhos de ascensão social ruírem. A obra expressa a visão marxista na chamada doutrina das classes.

Em relação à doutrina social marxista, assinale a alternativa correta.

A) A alta burguesia é uma classe considerada revolucionária, pois foi capaz de resistir à ideologia totalitária através do controle dos meios de comunicação.

B) A classe média, integrante da camada burguesa, foi identificada com os ideais do nacional-socialismo por defender a socialização dos meios de produção.

C) A pequena burguesia ou camada lúmpen é revolucionária, identificando a alta burguesia como sua inimiga natural a ser destruída pela revolução.

D) A pequena burguesia ou classe média é uma classe antirrevolucionária, pois, embora esteja mais próxima das condições materiais do proletariado, apoia a alta burguesia.

E) O proletariado e a classe média formam as classes revolucionárias, cuja missão é a derrubada da aristocracia e a instauração do comunismo.

03. (UPE–2018) Na Europa ocidental, a burguesia surge entre os séculos X e XI, sob a forma mercantil, isto é, composta por comerciantes, cambistas e emprestadores de dinheiro, sendo aumentada logo em seguida com a participação dos artesãos urbanos. Durante muito tempo, o poder político esteve nas mãos da nobreza, dos grandes senhores de terras, o que não impediu o crescimento e enriquecimento da burguesia. Com a formação das monarquias absolutistas, unificando territórios, mercados, leis, moedas e tributos, o poder político se concentrou nos reis. Bastante enriquecida, uma parte da burguesia começou a comprar terras, conquistar títulos de nobreza e, inclusive, a assumir cargos nos governos.

MIGLIOLI, Jorge. Dominação burguesa nas sociedades modernas. Disponível em: <https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/artigo205Artigo1.pdf/> (Adaptação).

Para conquistar o domínio sobre os demais membros da sociedade, o grupo descrito no texto se utiliza de diversos instrumentos, tendo-se como principal

A) a divisão de riquezas.

B) a utilização dos militares.

C) a abertura do mercado nacional.

D) o controle dos meios de produção.

E) o fechamento do comércio ao mercado externo.

04. WL4K (UECE–2014) O século XIX foi marcado pelo surgimento de correntes de pensamento que contestavam o modelo capitalista de produção e propunham novas formas de organizar os meios de produção e a distribuição de bens e riquezas, buscando uma sociedade que se caracterizasse pela igualdade de oportunidades. No que diz respeito a essas correntes, assinale a afirmação verdadeira.

A) O socialismo cristão buscava aplicar os ensinamentos de Cristo sobre amor e respeito ao próximo aos problemas sociais gerados pela industrialização, mas, apesar de vários teóricos importantes o defenderem, a Igreja o rejeitou através da Encíclica Rerum Novarum, lançada pelo Papa Leão XIII.

B) No socialismo utópico, a doutrina defendida por Robert Owen e Charles Fourier, prevaleciam as ideias de transformar a realidade por meio da luta de classes, da superação da mais-valia e da revolução socialista.

C) O socialismo científico proposto por Karl Marx e Friedrich Engels, através do manifesto Comunista de 1848, defendia uma interpretação socioeconômica da história dos povos, denominada materialismo histórico.

D) O anarquismo do russo Mikhail Bakunin defendia a formação de cooperativas, mas não negava a importância e a necessidade do Estado para a eliminação das desigualdades.

05. (UFU-MG) Para Marx, o materialismo histórico é a aplicação do materialismo dialético ao campo da História. Conforme Aranha e Arruda (2000), "Marx inverte o processo do senso comum que pretende explicar a história pela ação dos 'grandes homens' ou, às vezes, até pela intervenção divina. Para o marxismo, no lugar das ideias, estão os fatos materiais; no lugar dos heróis, a luta de classes".

Assim, para compreender o homem, é necessário analisar as formas pelas quais ele reproduz suas condições de existência, pois são estas que determinam a linguagem, a religião e a consciência.

ARANHA, M. L. de A.; MARTINS, M. H. P. *Filosofando*: introdução à Filosofia. São Paulo: Moderna, 2000. p. 241.

A partir da explicação anterior e dos seus conhecimentos sobre o pensamento de Karl Marx, assinale a alternativa que indica, corretamente, os dois níveis de "condições de existência" para Marx.

A) Infraestrutura (ou estrutura), caracterizada pelas relações dos homens entre si e com a natureza; e superestrutura, caracterizada pelas estruturas jurídico-políticas e ideológicas.

B) Infraestrutura (ou estrutura), caracterizada pelas relações dos homens entre si e com a natureza; e materialismo dialético, que é na verdade a forma pela qual o homem produz os meios de sobrevivência.

C) Modos de produção, caracterizados pelo pensamento filosófico dos socialistas utópicos; e o imperialismo, característica máxima do capitalismo industrial.

D) Imperialismo, característica do capitalismo industrial; e infraestrutura (ou estrutura), caracterizada pelas relações dos homens entre si e com a natureza.

06. (UEG-GO–2015) Para Marx, diante da tentativa humana de explicar a realidade e dar regras de ação, é preciso considerar as formas de conhecimento ilusório que mascaram os conflitos sociais. Nesse sentido, a ideologia adquire um caráter negativo, torna-se um instrumento de dominação na medida em que naturaliza o que deveria ser explicado como resultado da ação histórico-social dos homens e universaliza os interesses de uma classe como interesse de todos. A partir de tal concepção de ideologia, constata-se que

A) a sociedade capitalista transforma todas as formas de consciência em representações ilusórias da realidade conforme os interesses da classe dominante.

B) ao mesmo tempo que Marx critica a ideologia ele a considera um elemento fundamental no processo de emancipação da classe trabalhadora.

C) a superação da cegueira coletiva imposta pela ideologia é um produto do esforço individual principalmente dos indivíduos da classe dominante.

D) a frase "o trabalho dignifica o homem" parte de uma noção genérica e abstrata de trabalho, mascarando as reais condições do trabalho alienado no modo de produção capitalista.

07. (Unimontes-MG–2016) A Sociologia Clássica tem, entre os seus principais pilares teóricos, as formulações de Karl Marx (1818-1883), Émile Durkheim (1858-1917) e Max Weber (1864-1920). Esses três grandes pensadores europeus estudaram o avanço do capitalismo, com perspectivas distintas.

Em relação às concepções de sociedade de cada um deles, é correto afirmar, exceto

A) A sociedade, na visão de Durkheim, deve ser compreendida a partir das instituições sociais que a compõem, por exemplo, o Estado, a Igreja, a Família, etc.; bem como os diversos grupos sociais.

B) Para Weber, a ação – ou a atividade social – deve ser compreendida pelo sentido que lhe atribuem os indivíduos, o que torna a Sociologia uma disciplina interpretativa.

C) Na ótica de análise de Marx, não há como compreender a sociedade se não se compreender as relações das classes sociais que a compõem e seus modos de produção.

D) Os três autores clássicos da Sociologia perderam importância na atualidade das ciências sociais, pois deixaram de ser referência de estudo com a reestruturação do sistema capitalista mundial.

08. (UNISC-RS) Karl Marx se notabilizou como o cientista social que fundou as bases epistemológicas do materialismo histórico a partir das categorias capital e trabalho e do método dialético. Segundo o pensador, a história da humanidade se desenvolve a partir da tensão entre essas duas categorias, e todas as formas históricas de sociedade, a partir do comunismo primitivo, expressam em si mesmas uma organização específica do trabalho com vistas à produção de bens e acúmulo de riquezas. Nesse sentido, o capitalismo seria uma das formas sociais que se caracteriza pela organização da produção a partir da relação entre capital e trabalho, de tal modo que os donos dos meios de produção (a burguesia) exploram o trabalho objetivando a obtenção do lucro. A categoria econômica que denota o lucro obtido a partir desse processo de exploração do trabalho é denominada por Karl Marx de

A) expropriação.
B) exploração.
C) capitalismo.
D) mais-valia.
E) comunismo.

09. EMAL (UFU-MG–2017) Conforme Marx e Engels:

O modo pelo qual os homens produzem seus meios de vida depende, antes de tudo, da própria constituição dos meios de vida já encontrados e que eles têm de reproduzir. Esse modo de produção não deve ser considerado meramente sob o aspecto de ser a reprodução da existência física dos indivíduos. Ele é, muito mais, uma forma determinada de sua atividade, uma forma determinada de exteriorizar sua vida, um determinado modo de vida desses indivíduos.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. São Paulo: Huitec, 1999. p. 27.

Da leitura do trecho, conclui-se que:

A) As ideologias políticas possuem autonomia em relação ao desenvolvimento das forças produtivas.

B) A base da estrutura social reside no seu modo de produção material.

C) O modo de produção é determinado pela ideologia dominante.

D) Toda atividade produtiva é uma forma de desumanização.

10. (UEL-PR–2018) Leia o texto a seguir:

Assim como Darwin descobriu a lei do desenvolvimento da natureza orgânica, Marx descobriu a lei do desenvolvimento da história humana. A produção dos meios imediatos de vida, materiais e, por conseguinte, a correspondente fase de desenvolvimento econômico de um povo ou de uma época é a base a partir da qual tem se desenvolvido as instituições políticas, as concepções jurídicas, as ideias artísticas. A descoberta da mais-valia clareou estes problemas.

ENGELS, F. *Discurso diante do túmulo de Marx.* 1883. Disponível em: <http://www.marxists.org/espanol/m-e/1880s/83-tumba.htm>. Acesso em: 11 set. 2017.

Com base no texto e nos conhecimentos sobre a concepção materialista da história, assinale a alternativa correta.

A) Existem leis gerais e invariáveis na história, que fazem a vida social retornar continuamente ao ponto de partida, isto é, a uma forma idêntica de exploração do homem sobre o homem.

B) A mais-valia, ou seja, uma maneira mais eficaz de os proprietários lucrarem por meio da venda dos produtos acima de seus preços, é uma manifestação típica da sociedade capitalista e do mundo moderno.

C) O darwinismo social é a base da concepção materialista da história na medida em que esta teoria demonstra cientificamente que somente os mais aptos podem sobreviver e dominar, sendo os capitalistas um exemplo.

D) A partir de intercâmbios na infraestrutura da vida social, desenvolve-se um conjunto de relações que passam a integrar o campo da superestrutura, com uma interdependência necessária entre elas.

E) A sociedade burguesa, por intensificar a exploração dos homens através do trabalho assalariado, constitui-se em forma de organização social menos desenvolvida que as anteriores.

SEÇÃO ENEM

01. (Enem–2017) A cidade não é apenas reprodução da força de trabalho. Ela é um produto ou, em outras palavras, também um grande negócio, especialmente para os capitais que embolsam, com sua produção e exploração, lucros, juros e rendas. Há uma disputa básica, como um pano de fundo, entre aqueles que querem dela melhores condições de vida e aqueles que visam apenas extrair ganhos.

MARICATO, E. É a questão urbana, estúpido! In: MARICATO, E. et al. *Cidades rebeldes:* passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo; Carta Maior, 2013.

O texto problematiza o seguinte aspecto referente ao ordenamento das cidades:

A) A instituição do planejamento participativo.

B) A valorização dos interesses coletivos.

C) O fortalecimento da esfera estatal.

D) A expansão dos serviços públicos.

E) O domínio da perspectiva mercadológica.

02. (Enem–2016)

Texto I

Cidadão

Tá vendo aquele edifício, moço?
Ajudei a levantar
Foi um tempo de aflição
Eram quatro condução
Duas pra ir, duas pra voltar
Hoje depois dele pronto
Olho pra cima e fico tonto
Mas me vem um cidadão
E me diz desconfiado
"Tu tá aí admirado
Ou tá querendo roubar?"
Meu domingo tá perdido
Vou pra casa entristecido
Dá vontade de beber
E pra aumentar meu tédio
Eu nem posso olhar pro prédio
Que eu ajudei a fazer.

BARBOSA, L. In: ZÉ RAMALHO. *20 Super Sucessos*. Rio de Janeiro: Sony Music, 1999. [Fragmento]

Texto II

O trabalhador fica mais pobre à medida que produz mais riqueza e sua produção cresce em força e extensão. O trabalhador torna-se uma mercadoria ainda mais barata à medida que cria mais bens. Esse fato simplesmente subentende que o objeto produzido pelo trabalho, o seu produto, agora se lhe opõe como um ser estranho, como uma força independente do produtor.

MARX, K. *Manuscritos econômicos-filosóficos*: Primeiro manuscrito. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004 (Adaptação).

Com base nos textos, a relação entre trabalho e modo de produção capitalista é

A) baseada na desvalorização do trabalho especializado e no aumento da demanda social por novos postos de emprego.

B) fundada no crescimento proporcional entre o número de trabalhadores e o aumento da produção de bens e serviços.

C) estruturada na distribuição equânime de renda e no declínio do capitalismo industrial e tecnocrata.

D) instaurada a partir do fortalecimento da luta de classes e da criação da economia solidária.

E) derivada do aumento da riqueza e da ampliação da exploração do trabalhador.

GABARITO

Meu aproveitamento

Propostos

Acertei ______ Errei ______

○ 01. B	○ 04. C	○ 07. D	○ 10. D
○ 02. D	○ 05. A	○ 08. D	
○ 03. D	○ 06. D	○ 09. B	

Seção Enem

Acertei ______ Errei ______

○ 01. E ○ 02. E

Total dos meus acertos: _____ de _____ . ______ %

A construção da modernidade

A CONSTRUÇÃO DA MODERNIDADE

As reflexões iniciadas pelo positivismo, no século XIX, desencadearam uma série de novos caminhos que buscavam investigar cientificamente a vida em sociedade. Vimos que Karl Marx, Émile Durkheim e Max Weber foram os principais nomes a oferecer os primeiros caminhos sociológicos para interpretar a vida em sociedade. Após eles, seguiram-se muitos outros pensadores nessa árdua tarefa, partindo das análises dos sociólogos tidos como clássicos e criando novas ferramentas de interpretação da sociedade. No século XX, a investigação sobre a vida em sociedade se ramificou em muitas disciplinas, como a Antropologia, a Psicologia Social, a Economia e várias subdivisões da Sociologia (política, rural, do lazer, do consumo...). Por isso, o campo de estudos se ampliou, sendo denominado de Ciências Sociais, passando a ser composto de muitas subáreas, cada vez mais especializadas, contudo, sem perder de vista a totalidade das relações sociais.

O desdobramento histórico do pós-guerra trouxe à tona novas temáticas que se mostraram essenciais para compreender a complexidade das relações sociais, assumindo lugar de grande importância nas Ciências Sociais. Nas últimas quatro décadas, as Ciências Sociais, em geral, têm se preocupado em repensar os pressupostos teórico-metodológicos sobre os quais se assenta o seu entendimento científico do mundo. Esse fato pode ser constatado por meio do número de autores clássicos que são atualmente objeto de releituras (como Émile Durkheim, Karl Marx e Max Weber); pelas reflexões de caráter epistemológico desenvolvidas pelos cientistas sociais; pela multiplicidade de paradigmas e de referências teórico-metodológicas; pelas tentativas de integração e sínteses teóricas propostas; pela busca de superação de uma série de pares de conceitos clássicos (como subjetivo e objetivo, agente e estrutura, coletivo e individual, macrossociologia e microssociologia); e, principalmente, pela expansão de novos campos de pesquisas que ultrapassam as tradicionais fronteiras disciplinares.

Neste capítulo, abordaremos alguns dos temas que se tornaram objeto de estudo das Ciências Sociais e são incontornáveis na atualidade, trazendo nomes importantes da Sociologia, do século XX, para a reflexão social contemporânea.

Minorias

Questão Étnico-racial

No século XIX, com o desenvolvimento da biologia, do positivismo e do evolucionismo social, surgiram as chamadas teorias do racismo científico ou racialismo, que postulavam uma relação determinista entre raça e progresso. Para teóricos como os britânicos Herbert Spencer, Robert Knox e Samuel George Morton, parecia evidente que o segredo do sucesso civilizacional europeu se encontrava na genética privilegiada das raças brancas, ao contrário das raças de pele escura, que estavam biologicamente fadadas a serem subordinadas por sua inferioridade. O discurso da superioridade natural dos brancos, autoatribuída pelos próprios brancos, estava na base das ciências racialistas que alimentavam as fileiras dos defensores da missão civilizadora do imperialismo europeu. No Brasil, esse discurso alimentou a tese do "branqueamento racial" (ou "embranquecimento racial"), materializado nos vários incentivos dados à imigração europeia, com finalidade de reduzir os efeitos da "má influência" genética negra e indígena, que não permitiam ao Brasil se civilizar.

No Brasil, o racismo científico teve muita força e foi a principal teoria para tentar explicar as relações raciais advindas desde o Período Colonial. Com isso, até a década de 1930, para os adeptos dessa pseudociência, a mestiçagem (mistura racial) era vista como um mal porque produzia raças impuras e imperfeitas, manchadas pela presença do sangue negro.

Foi somente a partir do sociólogo pernambucano **Gilberto Freyre**, seguidor do antropólogo culturalista alemão Franz Boas, que a questão da mestiçagem passou a ganhar conotação positiva. Crítico da visão determinista, pregada pelo racialismo, Freyre defendia que as relações sociais são construções sociais, submetidas às forças históricas e culturais, e não ditadas pela genética. Em livros como *Casa-grande e senzala* (1933) e *Sobrados e mucambos* (1936),

Freyre defendia que o grande valor do Brasil se encontrava na mistura, ao mesmo tempo, racial e cultural. Tal mistura, para Freyre, permitiu o surgimento de uma cultura híbrida e única desde o Período Colonial. A **miscigenação** seria o que o Brasil possuiria de mais próprio, único e identitário. No entanto, uma interpretação equivocada (e conveniente) de Gilberto Freyre acabou por defender a tese de que, em função da miscigenação, haveria uma convivência pacífica e harmônica entre todas as raças e, portanto, não existiria racismo no Brasil. Essa tese ficou conhecida como **democracia racial**, sendo alvo de severas críticas de diversas leituras científicas posteriores, por se mostrar insustentável, sob todos os pontos de vista, principalmente a partir das estatísticas que mostram com facilidade o abismo social existente entre brancos e negros quanto ao acesso a política, cultura, bens econômicos, trabalho, assim como na relação com a polícia, a justiça e a violência.

A valorização da miscigenação não ocultava, no entanto, as relações de dominação e desigualdade produzidas por séculos de escravidão e racismo. A situação social do negro, após a abolição da escravidão, permanecia ainda de pobreza, exclusão e falta de poder político. **Florestan Fernandes**, sociólogo e professor da USP, adotando um viés materialista histórico, faz uma leitura mais aprofundada das relações entre raça e facilidade no Brasil em seu livro *A integração do negro na sociedade de classes* (1964). Para Fernandes, o negro possui oportunidades desiguais em relação ao branco, uma vez que é inserido em uma "ordem social competitiva" – formação das classes sociais no capitalismo periférico-dependente – e não consegue alcançar uma autonomia de classe social necessária ao seu projeto político de emancipação de raça e de classe – perspectivas indissociáveis. Nas palavras de Florestan Fernandes:

> "[...] a convicção de que as relações entre 'negros' e 'brancos' corresponderiam aos requisitos de uma democracia racial não passa de um mito".
>
> FERNANDES, F.
> *A integração do negro na sociedade de classes*.
> 3. ed. São Paulo: Ática, 1978. p. 262.

Pouco depois, o historiador estadunidense radicado no Brasil, **Thomas Skidmore**, publicou o livro *Preto no Branco: raça e nacionalidade no pensamento Brasileiro* (1976), no qual interpreta a persistência do racismo e da escravidão em formas modernas. Por exemplo, a empregada doméstica (quase sempre negra, da periferia, com baixa escolaridade e em posição de subalternidade demarcada pelos uniformes que explicitam seu lugar de inferioridade social) seria uma forma moderna da ama de leite, a escrava antes incumbida de cuidar da casa do patrão branco.

Na década de 1940, começam a efervescer vários movimentos negros no Brasil e no mundo – exemplo disso é a criação do Teatro Experimental do Negro, de Abdias do Nascimento – que preconizavam as lutas sociais que vão se desencadear na década de 1960. Nessa década, considerada o auge das lutas identitárias no mundo como um todo, destacam-se os movimentos negros dos EUA, tendo como expoentes **Malcolm X** e os **Panteras Negras** e **Martin Luther King** e suas bandeiras que, além de lutarem contra o racismo e contra a violência praticada, exigiam igualdade política.

Durante a Ditadura Militar, de 1964 a 1985, os movimentos sociais, no Brasil, foram abafados, mas, com a redemocratização, na década de 1980, ganharam novo fôlego e passaram a pressionar o Estado por igualdade de direitos e maior visibilidade para problemas sociais que haviam ficado em segundo plano. Experiências com políticas de **ações afirmativas**, cuja pretensão é criar mecanismos sociais para diminuir as diferenças historicamente produzidas entre brancos, negros e outros setores menos favorecidos, tornaram-se mais frequentes a partir de iniciativas nascidas nos Estados Unidos. Entre as ações afirmativas adotadas encontra-se a política de **cotas sociorraciais** para acesso às universidades públicas. Tal política foi iniciada, em experiência piloto, na UnB em 2006 e expandida em 2013 para a totalidade das universidades federais, a partir da declaração de sua legalidade constitucional pelo Supremo Tribunal Federal.

Apesar de sua declarada constitucionalidade, as políticas de cotas raciais não são uma unanimidade, principalmente porque elas reorganizam o acesso às universidades, o qual, até então, era e, de certa maneira, ainda é majoritariamente ditado por um sistema meritocrático sustentado pela posição social privilegiada de alguns indivíduos. Entre os críticos da política de cotas raciais encontra-se o sociólogo **Demétrio Magnoli**, que acusa esse sistema de ferir o princípio da igualdade ao favorecer um grupo em detrimento de outro.

Porém, baseando-se na diferença entre igualdade formal (abstrata) e a igualdade material (real, efetiva), teóricos como a historiadora **Lilia Moritz Schwarcz** (*O espetáculo das raças*, de 1996) e o sociólogo congolês **Kabengele Munanga**, atualmente professor da USP, sustentam que as ações afirmativas são medidas necessárias por um espaço de tempo determinado para que o abismo social, produzido ao longo de séculos, seja gradualmente minimizado. Segundo Lilian Schwarcz, o Brasil seria palco de um tipo específico de racismo. Diferentemente do racismo explícito praticado nos EUA por instituições da sociedade civil, como a Ku Klux Klan, e também pelas leis de segregação, como as chamadas de Jim Crow, em vigor até a década de 1960, o racismo no Brasil esteve majoritariamente disfarçado nas práticas sociais sob o véu de uma falsa "democracia racial".

Com isso teríamos um **racismo à brasileira**, que não se proclama explicitamente, mas que está presente nas diferenças de oportunidades de emprego, na reprodução da pobreza, na discriminação, na desigualdade de acesso à justiça, no tratamento diferenciado nas abordagens policiais. Enfim, ainda que o brasileiro não se declare racista, nossa configuração de sociedade admite a manutenção de práticas racistas em várias instâncias da vida civil e da vida pública.

No entanto, vários episódios recentes mostram que o racismo "latente" por vezes se manifesta de forma explícita. No futebol, os vários casos de racismo, como os gritos de torcedores do Grêmio contra o goleiro Aranha do Santos, em Porto Alegre, no ano de 2014, mostram que a discriminação racial encontra-se naturalizada e ainda é um componente comum da vida social. Por isso, uma das bandeiras dos movimentos negros é a da intensificação da punição contra crimes raciais. Embora a legislação brasileira já possua instrumentos para punir com severidade, como é o caso da Lei nº 7.716, em vigor desde 1989, poucos foram os casos de racismo julgados a partir dela, tendo sido, em sua maioria, revertidos para o artigo 140 do Código Penal (Injúria), que prevê penas muito mais brandas.

Questão de gênero

O termo gênero implica diretamente dois temas: a questão feminista e a questão da homossexualidade. Essas duas questões estão intimamente associadas e se desenvolvem à medida que a discussão sobre a noção de gênero se constitui de forma mais aprofundada. A origem dessa discussão se dá com o surgimento do feminismo, que é geralmente dividido em três fases históricas, marcadas pela predominância de certas concepções filosóficas, biológicas e sociais sobre o gênero.

- **Primeira Onda do Feminismo**

  A Primeira Onda do Feminismo se inicia com a Revolução Francesa e se estende até meados do século XX, sendo predominante nos EUA, na França e na Inglaterra. Nesta extensa fase há o predomínio da luta por direitos políticos iguais aos dos homens, principalmente o direito ao voto. A britânica **Mary Wollstonecraft** é um dos nomes mais importantes na organização das **sufragetes** (organizações de mulheres em prol do voto feminino) e na conquista de direitos políticos. Na árdua luta, a data de 08 de março tornou-se o Dia Internacional da Mulher, em 1921, para relembrar as aproximadamente 90 mil operárias que se manifestaram contra o czar Nicolau II, em 1917, acusando as más condições de trabalho, a fome e a participação russa na guerra, em um protesto conhecido como "Pão e Paz". A data é um marco também para relembrar o assassinato de 130 mulheres que faziam greve por melhores condições de trabalho no interior de uma fábrica em Nova Iorque, em 1911. Os direitos das mulheres envolveram lutas, sacrifícios e muita resistência por parte dos setores masculinos que estavam no poder. No Brasil, as mulheres só alcançaram direito pleno ao voto com a Constituição de 1934, depois de muita pressão interna e estrangeira.

  Na transição da Primeira para a Segunda Onda, encontra-se a obra *O Segundo Sexo* (1949), da filósofa francesa **Simone de Beauvoir**, que influenciou gerações de feministas posteriores a partir do diagnóstico contundente sobre as várias relações de dominação psicológica, cultural e política a que as mulheres estavam sendo submetidas há tempos. Nesse livro, Beauvoir diz: "ninguém nasce mulher, torna-se mulher"

BEAUVOIR, Simone de. *O segundo sexo* – volume 2. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1967. p. 09.

Assim sendo, a distinção entre sexo e gênero passará, em seguida, a ser um dos princípios fundamentais dos discursos feministas.

Essa distinção considera que **sexo** corresponde às características anatômicas, genéticas, biológicas de um indivíduo quanto ao seu aparelho reprodutor, enquanto **gênero** diz respeito ao amplo conjunto das características psicossociais que constituem a identidade individual e a expressão social dessa individualidade. A partir de Beauvoir, muitos teóricos defenderão a tese de que o "sexo não define o gênero", ou seja, a identidade de gênero não é uma mera relação de causa e efeito determinada pela anatomia. O órgão genital é um dos componentes do gênero, mas não é seu definidor.

Maira Damásio

SOCIOLOGIA

A configuração de gênero seria muito mais complexa e envolveria muitos aspectos sociais, psíquicos e culturais que vão além dos órgãos genitais. Ser homem e ser mulher, isto é, os papéis sociais de homem e de mulher na sociedade não são dados instintivamente ou geneticamente. Eles são construções sociais e históricas com enorme variação de cultura para cultura e dentro de uma mesma sociedade ao longo do tempo.

- **Segunda Onda do Feminismo**

A Segunda Onda do Feminismo está associada às revoluções culturais da década de 1960 e às lutas identitárias que emergiram dessas revoluções. Nessa fase, a discussão sobre as múltiplas relações entre mulheres e homens se amplia e vai além do campo político, pois a igualdade de gênero não havia sido conquistada com o direito ao voto. Passam a ser reivindicados direitos econômicos, sexuais e reprodutivos, como o direito ao amor livre, ao aborto e a ocupar o mercado de trabalho com reconhecimento similar ao masculino.

O lema da segunda onda passa a ser “o pessoal é político”, indicando que, ao longo da história, as mulheres tiveram seu próprio corpo e sua sexualidade dominados por uma moral masculina e patriarcal. Assim, a dominação masculina não estaria presente somente no campo político, mas todo o imaginário social em torno da sexualidade estaria impregnado de uma visão que parte do gênero masculino e submete os demais gêneros à heteronormatividade masculina (princípios e normas de orientação heterossexual masculina). Por isso, o corpo é político, o sexo é político, o desejo é político, logo, as esferas da vida privada refletem as estruturas de dominação que estão presentes na vida social.

Nessa fase consagraram-se termos como **sexismo** (discriminação baseado em diferenças sexuais), **misoginia** (horror ou rejeição ao sexo / gênero feminino), **homofobia** (horror à homoafetividade / homossexualidade), **transfobia** (horror ou rejeição a indivíduos transgênero ou travestis). A discussão sobre gênero supera a dicotomia masculino / feminino e passa a englobar as múltiplas relações de gênero e de orientação do desejo.

Graças aos estudos efetuados, a partir da década de 1970, houve uma mudança terminológica de homossexualismo (termo pejorativo, associado a distúrbio ou anormalidade) para **homossexualidade** ou **homoafetividade**. Em 1973, a Associação Americana de Psiquiatria retira a homossexualidade da lista de doenças psíquicas e em 1990 a Organização Mundial de Saúde também deixa de considerá-la uma doença. No Brasil, desde 1985, o Conselho Federal de Psicologia considera que “a homossexualidade não constitui doença, nem distúrbio, nem perversão, constituindo-se numa alternativa natural e espontânea da sexualidade humana”, e a resolução 001 de 1999 do mesmo Conselho Federal de Psicologia ratifica a defesa da normalidade da homossexualidade e proíbe os psicólogos de “colaborar com qualquer terapia que prometa curar ou tratar a homossexualidade como se fosse doença ou distúrbio”.

- **Terceira Onda do Feminismo**

A Terceira Onda do Feminismo desponta, na década de 1990, sob forte influência das filosofias pós-modernas. Ela critica o essencialismo das duas ondas precedentes, que enxergavam o gênero como uma identidade estática e imutável dos indivíduos, bem como o elitismo dos feminismos anteriores, voltados especialmente para os interesses das mulheres brancas de classe média e alta. Numa tentativa de democratizar a luta por direitos, a terceira onda passa a ser composta de grande número de subdivisões e subgrupos que questionam a universalidade de termos genéricos como “mulher”, “homossexual” e “gênero”. Surgem movimentos de mulheres negras (**mulherismo**) que reivindicam direitos específicos, considerando a situação particular vivenciadas por esse segmento de mulheres, que não estava sendo contemplado pelas principais artífices da segunda onda: mulheres brancas, europeias ou norte-americanas, de classe média, escolarizadas.

Para as teóricas da 3ª onda, como a filósofa estadunidense **Judith Butler** (*Problemas de Gênero*, 1990), o gênero é uma construção discursiva, um ato intencional que produz significados e que se sustenta a partir de performances que os indivíduos desempenham continuamente como se fossem comportamentos naturais. A noção de gênero se valeria de uma falsa sensação de estabilidade, em razão da repetição de atos, gestos e signos, do âmbito cultural, que reforçariam a construção dos corpos masculinos e femininos tais como nós os vemos atualmente. Literalmente, há técnicas para "ser homem" e "ser mulher" que são normatizadas socialmente. Por isso, para Butler e outras teóricas, não se deveria falar em identidade de gênero, mas sim em performance de gênero. A ideia de "*performance*" traduziria melhor a dinamicidade do gênero, compreendendo-o a partir de suas características linguísticas e expressivas.

Uma das teorias propostas na terceira onda do feminismo (ou no pós-feminismo, segundo algumas autoras) é a **Teoria Queer,** cujo foco se concentra no empoderamento das categorias de gênero consideradas desviadas, anormais. O termo "*queer*" foi inicialmente utilizado de forma pejorativa e poderia ser traduzido por "esquisito" ou similar. No entanto, a partir dos estudos de **Teresa de Lauretis** e de **Judith Butler**, ele passou a assumir uma conotação positiva, como uma afirmação social do gênero desviante. Criticando a lógica cisgênero, que é binária (homem / mulher) e disjuntiva (ou se é homem ou se é mulher, não há terceiro termo), a Teoria Queer defende um modelo de gênero aberto, performático e antiessencialista, incluindo todas as possíveis formas de manifestação da sexualidade humana.

Dois movimentos que pretendem dar visibilidade à causa de gênero são a já consagrada Parada do Orgulho Gay (Gay Pride) e a Marcha das Vadias, ambos realizados em várias cidades ao redor do mundo. Reunindo mulheres, transexuais, transgêneros, homossexuais e outros atores de gênero não binários, tais movimentos defendem uma leitura ampliada da sexualidade humana e denunciam as formas restritivas e binárias de compreensão da sexualidade, bem como as violências sofridas por aqueles que não compartilham de uma sexualidade hétero.

Como resultado dos estudos aprofundados sobre o tema, compreende-se que a sexualidade humana não está restrita nem é determinada pela genética ou pela anatomia genital, o que não significa afirmar que a sexualidade seja escolhida de forma livre, espontânea e consciente pelo indivíduo. Por isso, não se deve falar em "opção sexual", mas sim em **orientação sexual**, sabendo-se que a formação do desejo é um processo psicossocial complexo que envolve múltiplos fatores, mas que não está sob controle do indivíduo.

Um dos desafios assumidos pela terceira onda do feminismo é a da discussão sobre o sexismo / machismo presente na linguagem comum. A língua seria a principal instituição social a materializar relações de poder, porque a cultura influencia na configuração da língua (tanto do ponto de vista sintático quanto semântico), e, num círculo, a linguagem influencia o desenvolvimento da cultura. O fato de não existir gênero neutro na Língua Portuguesa, mas somente dois – masculino e feminino –, já é sintoma de uma determinada concepção acerca da sexualidade humana, cisgênero.

A preponderância do masculino sobre o feminino na linguagem (na formação do plural, por exemplo) evidencia o machismo implícito na cultura e reforça seus valores sexistas, uma vez que a linguagem comum "naturaliza" o costume, passando a impressão aos falantes de que as palavras são um espelho da realidade e vice-versa. Uma tentativa que tem sido explorada é a de criar um gênero neutro, que evite a dicotomia masculino / feminino. Por exemplo, "alun@s" ou "alunxs" para escapar ao determinismo linguístico.

O PROCESSO CIVILIZADOR DE NORBERT ELIAS

Norbert Elias (1897-1990) foi um dos mais destacados sociólogos do século XX. De origem alemã, buscou uma síntese de teorias clássicas (como o funcionalismo de Émile Durkheim e Talcott Parsons e a sociologia compreensiva de Max Weber) com teorias modernas (como o estruturalismo da Antropologia de Claude Lévi-Strauss), visando

> alargar nossa compreensão dos processos humanos e sociais e adquirir uma base crescente de conhecimento mais sólido acerca desses processos.
>
> ELIAS, Norbert. *O processo civilizador* – volume 1. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994. p. 14. [Fragmento]

Porém, enquanto os teóricos funcionalistas e estruturalistas tendem a enxergar estruturas objetivas e estáticas na sociedade, que agem de forma coercitiva sobre os indivíduos, os teóricos da sociologia compreensiva concedem, por vezes, um valor excessivo ao indivíduo e à sua liberdade. Todavia, Elias pensa a sociedade a partir de **teias de interdependência** que produzem configurações sociais de muitos tipos, por exemplo: família, aldeia, cidade, Estado e nações. Essas configurações podem ser constituídas por agrupamentos de diversos tamanhos e formas, marcados por diferentes graus de interação social entre seus membros.

Sua sociologia depreende que o social é substancialmente o conjunto das redes de inter-relações dinâmicas entre os indivíduos. Diferentemente de Durkheim, Elias compreende que não existiria sociedade sem indivíduos, isto é, a sociedade não é uma entidade supraorgânica. Paralelamente, Elias também afirma a impossibilidade de os indivíduos existirem fora da sociedade. Ou seja, para Elias, não é plausível pensar a relação dos conceitos de indivíduo e sociedade de forma independente um do outro.

O livro mais conhecido de Norbert Elias é *O Processo Civilizador* (1939), no qual o autor analisa a formação das sociedades ocidentais ao longo da história. Ao contrário da noção de progresso, que era afirmada pelos positivistas, e à noção de racionalização, defendida por Weber, Norbert Elias identifica que a vida civilizada não corresponde a uma maior racionalização da vida social porque não é efeito de ações conscientes, deliberadas e racionais realizadas por indivíduos isolados. O presente modelo de civilização não deve ser julgado a partir de juízos de valor como bom e mau, positivo e negativo ou racional e irracional. A civilização não é planejada, mas sim fruto de um processo que produz mudanças, em longo prazo, na conduta e nos sentimentos, a partir de complexas teias de interpendência que incluem forças políticas, econômicas, culturais e também o monopólio da violência física por parte das instituições de poder.

Em outras palavras, a ideia de Elias, em *O Processo Civilizador*, tange à recuperação da percepção perdida do processo civilizador, juntamente com a transformação do comportamento humano e o entendimento de suas causas.

VIOLÊNCIA SIMBÓLICA E CAPITAL CULTURAL SEGUNDO PIERRE BOURDIEU

O sociólogo francês **Pierre Bourdieu** (1930-2002) foi um dos mais importantes pensadores do século XX e não restringiu sua atuação somente às Ciências Sociais, transitando também pelas fronteiras das demais ciências humanas. Dono de um pensamento que reúne múltiplas referências, esforçou-se para tentar compreender as formas de reprodução das desigualdades sociais. Para ele, as relações de poder não são definidas somente pelo volume de dinheiro, mas também pela articulação complexa de sentidos e elementos simbólicos que transitam na ordem da cultura e definem o *status*, o prestígio e o valor individual. A estrutura social é vista como um sistema hierarquizado de poder e privilégio, determinado tanto pelas relações materiais e / ou econômicas como pelas relações simbólicas e / ou culturais entre os indivíduos.

Uma das contribuições da teoria de Bourdieu é a expansão da noção marxista de capital. Além do **capital econômico**, que diz respeito à propriedade dos meios de produção e à posse de dinheiro, Bourdieu identificou outras formas de capital que definem as relações de dominação. O **capital cultural** corresponderia aos saberes e conhecimentos socialmente aceitos e reconhecidos mediante títulos e diplomas; o **capital simbólico** seria composto pelo prestígio ou pela honra que se confere a determinada pessoa ou função social; e o **capital social** se referiria às relações sociais privilegiadas que podem ser convertidas em poder. Essas dimensões do capital se encontram interligadas, pois geralmente quem advém de uma família abastada (capital econômico) e influente (capital social / simbólico) tende a ter um acesso privilegiado à educação (capital cultural), fato que reforça seu poder, ao mesmo tempo, econômico e social e, por outro lado, reforça a posição de subalternidade daqueles grupos cujo o acesso a essas formas de capital é menor. O conjunto desses capitais seria compreendido a partir de um sistema de disposições de cultura (nas suas dimensões material, simbólica e cultural, entre outras), denominado por ele de ***habitus***, que configura o repertório social de valores disponíveis para o indivíduo.

O conceito de *habitus* é uma tentativa de Bourdieu para fugir da dicotomia clássica entre indivíduo e sociedade. O *habitus* seria, então, um sistema aberto de ações, percepções e disposições adquiridos pelos indivíduos, com o passar do tempo, em suas relações sociais. Ou ainda, o *habitus* seria um sistema de esquemas individuais, determinado pela posição do indivíduo, que permite que os agentes pensem, sintam, vejam e ajam nas mais variadas situações. Nas palavras de Bourdieu, o *habitus*

> funciona a cada momento como uma matriz de percepções, de apreciações e de ações – e torna possível a realização de tarefas infinitamente diferenciadas, graças às transferências analógicas de esquemas.
>
> BOURDIEU, P. Esboço de uma teoria da prática. In: ORTIZ, Renato (Org.). *Pierre Bourdieu*: Sociologia. São Paulo: Ática, 1983. p 65. [Fragmento]

Portanto, o indivíduo não pode ser interpretado de forma isolada e independente dos grupos sociais a que pertence. A família e a escola seriam duas instituições fundamentais para a aquisição desse *habitus*, fornecendo os parâmetros básicos de saberes, gostos, valores e possibilidades ao indivíduo. Bourdieu considera que o gosto e as práticas de cultura de cada um de nós são resultados de um feixe de condições específicas de socialização.

É na história das experiências de vida dos grupos e dos indivíduos que podemos apreender a composição de gosto e compreender as vantagens e desvantagens materiais e simbólicas que assumem. Em uma sociedade de massas, na qual a mídia e a indústria cultural desempenham papel preponderante na economia e no entretenimento, não se pode negar que os gostos individuais são fortemente pressionados por tendências de mercado e pelos ditames da moda.

Porém, nem sempre o poder é visível. Há uma dimensão simbólica no poder (**poder simbólico**) que se encontra nas entrelinhas do discurso, das artes, da cultura, de vários signos sociais que são aceitos socialmente e cumprem a função de manter as desigualdades sociais, disfarçando-as de construções naturais e imutáveis. Com isso, o poder simbólico exerce uma **violência simbólica** – forma de violência que está implícita no discurso e que perpetua as relações de dominação. Bourdieu investigou em seu livro *A dominação masculina* (1992) vários mecanismos discursivos que reforçam e naturalizam as desigualdades de gênero nas sociedades ocidentais. As mulheres são submetidas a uma socialização pautada, majoritariamente, pelos valores do grupo dominante (homens brancos) e acabam por internalizar os valores que as subjugam. A própria linguagem se incumbe de reforçar as desigualdades. Como a gramática é considerada o "modo único e certo" de pronunciar a língua, ela normatiza e prescreve as desigualdades como se fossem naturais e determinadas por alguma ordem externa. Como afirma o sociólogo Roger Chartier:

> [...] a construção da identidade feminina se enraíza na interiorização pelas mulheres, de normas enunciadas pelos discursos masculinos. [...] Definir a submissão imposta às mulheres como uma violência simbólica ajuda a compreender como a relação de dominação, que é uma relação histórica, cultural e linguisticamente construída, é sempre afirmada como uma diferença de natureza, radical, irredutível, universal.
>
> CHARTIER, Roger. Diferenças entre os sexos e dominação simbólica (nota crítica). *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 4, p. 40-42, 1995.

Isto posto, este conceito de Bourdieu – violência simbólica – trata-se da dominação consentida, ou seja, a aceitação de crenças e regras partilhadas como se fossem algo "natural". Paralelamente, trata, também, da incapacidade de perceber o caráter arbitrário dessas regras, crenças e códigos de conduta, que são impostos pelos agentes dominantes no campo.

Uma das faces da violência simbólica é a violência de gênero, que

> [...] se expressa com força nas nossas instituições sociais (falamos então de violência institucional de gênero) e, de maneira mais sutil, embora não menos constrangedora, na nossa vida cultural, nos atacando (ou mesmo nos bombardeando) por todos os lados, sem que tenhamos plena consciência disso. Diariamente, ouvimos piadinhas, canções, poemas, ou vemo-nos diante de contos, novelas, comerciais, anúncios, ou mesmo livros didáticos (ditos científicos!), de toda uma produção cultural que dissemina imagens e representações degradantes, ou que, de uma forma ou de outra, nos diminuem enquanto mulheres. Essas imagens acabam sendo interiorizadas por nós [...], muitas vezes sem que nos demos conta disso. Elas contribuem sobremaneira na construção de nossas identidades / subjetividades, diminuindo, inclusive, nossa autoestima. Isso tudo se constitui no que chamamos de violência simbólica de gênero, uma forma de violência que é, indubitavelmente, uma das violências de gênero mais difíceis de detectarmos, analisarmos e, por isso mesmo, combatermos.
>
> SARDENBERG. C. M. B. *A violência simbólica de gênero e a lei "antibaixaria" na Bahia*. Disponível em: <http://www.observe.ufba.br/noticias/exibir/344>. Acesso em: 03 set. 2018.

A MODERNIDADE LÍQUIDA, SEGUNDO ZYGMUNT BAUMAN

A modernidade é um tema constante de reflexão das teorias sociológicas e objeto de muitos autores diferentes. Um dos maiores nomes nessa discussão é o do sociólogo polonês **Zygmunt Bauman** (1925-2017), autor de vasta obra sobre a modernidade. Seu livro mais famoso explicita sua tese básica: a *Modernidade Líquida* (2000). Na tentativa de interpretar o desenrolar histórico que ocorre após as duas grandes guerras mundiais, Bauman identifica que muitas categorias sociais consideradas sólidas e estáveis ao longo da história da humanidade (nação, Estado, socialismo, mercado, indivíduo, consciência) revelaram-se mais fluidas e voláteis do que se imaginava. Muitos princípios, valores, regras, crenças e métodos que orientam as visões de mundo dos indivíduos se dissolveram e foram desconstruídos, sendo substituídos por um sentimento de incerteza e inconstância que tende a caracterizar a chamada **pós-modernidade**. Na frase do filósofo francês **Jean-Francois Lyotard** (*A condição pós-moderna*, 1979), o século XX testemunhou o "fim das grandes metanarrativas", isto é, as teorias e doutrinas (religiosas, políticas, míticas) que antes fundamentavam a história sofreram fortes abalos em razão dos próprios acontecimentos trágicos presenciados ao longo do "século da civilização".

A metáfora da liquidez é oportuna e se opõe à solidez e à segurança das metanarrativas anteriores. O que é líquido é fluido, não possui forma definida, é moldável conforme diferentes pressões externas e pode se dissolver ou evaporar. O imediatismo substitui o planejamento de longo prazo; a sobrevivência em uma sociedade competitiva e predatória faz os valores individuais serem moldados às necessidades da conveniência e aos desejos individuais ditados pelo instante da moda e da mídia de massa.

Em uma sociedade cada vez mais complexa e com menos referenciais comuns, há uma supervalorização do indivíduo (individualização), contudo isso não se traduz em maior liberdade ao indivíduo. Ao contrário, o indivíduo se encontra, cada vez mais, submetido a forças externas (mídia, mercado, consumo) que não fornecem a ele parâmetros sólidos de conduta e ação. O resultado é a criação de um **sujeito líquido**, cuja identidade é frequentemente contraditória e composta de fragmentos de discursos variados, sem que haja necessariamente uma coesão interna. Da mesma forma, as relações sociais tendem também a se liquefazer, sendo marcadas pela superficialidade, pela instantaneidade e pela falta de laços sólidos. As redes sociais contemporâneas são testemunhas dessa liquidez.

E por isso Bauman falará de **amor líquido** para tematizar as mudanças nas relações afetivas que decorrem das transformações experimentadas na história. Nas relações sociais predomina a lógica da conexão. Esse termo é relevante porque descreve relações frágeis e voláteis, nas quais o que conta é o número de conexões e não o seu grau de profundidade. Ao mesmo tempo, o termo "conexão" mostra a presença da "vantagem" de se poder desconectar sem que haja prejuízo ou custo.

O pressuposto desse formato de relações é a transformação de sujeitos em mercadorias. Metaforicamente, as pessoas ficam à disposição em "prateleiras" para serem escolhidas por sua aparência, para depois serem consumidas e dispensadas a qualquer momento. Mas, o vazio dessas relações entra em choque com as expectativas pessoais de afeto, atenção e estabilidade, fazendo os sentimentos de frustração, insegurança e angústia cada vez mais comuns, especialmente em grandes centros urbanos, onde esses tipos de liquidez se manifestam de forma mais intensa.

As reflexões de Bauman se estendem por vários domínios da vida social, demonstrando como a lógica da liquidez "contaminou" os modos de funcionamento da vivência em comunidade (o individualismo tende a suplantar a comunidade e desagregar a cultura tradicional), do trabalho (o mercado competitivo "exige" maior flexibilidade, que resulta em redução de direitos e garantias ao trabalhador) e até mesmo do sexo (o ato sexual sucumbe à lógica do consumo, perdendo seu valor agregador e de relação íntima para se tornar um mecanismo de satisfação individualista e egoísta, em que o outro é reduzido a mero objeto sexual).

Ademais, o medo é fruto de uma incorporação social. Em sua obra *Medo Líquido*, Bauman apresenta três categorias de medo, derivadas da lógica predominante na modernidade líquida: primeiro, medo de não garantir trabalho ou se sustentar no futuro; segundo, medo de não conseguir "ser alguém" na estrutura social, sendo relegado a posições de menor prestígio ou subalternas; e, terceiro, medo quanto à integridade física. Todas essas três formas fazem com que a segurança seja substituída pela proteção. Enquanto segurança e insegurança são disposições psíquicas, interiores, proteção, que diz respeito a um conjunto de instrumentos para tentar garantir a segurança, é externa. A proteção envolve agentes e instituições a quem se atribui a responsabilidade de garantir a integridade física e, principalmente, a propriedade privada. Na lógica da proteção, tudo o que é diferente e estranho é visto como uma possível ameaça, o que justificaria a tomada de medidas mais radicais para garantir o que se deseja proteger: aumentar os muros das casas, colocar grades nas janelas, espalhar câmeras nos ambientes públicos e privados, aumentar o policiamento, enfim, instituir uma situação de vigilância permanente que tem a pretensão de se proteger do outro, do estranho, do diferente. Obviamente, o próprio medo passa a constituir um importante elemento para subsidiar um tipo específico de consumo ligado à "indústria da segurança". De acordo com dados da Associação das Indústrias de Segurança do Brasil, tal mercado é responsável por movimentar cerca de 1,8 bilhões de reais e cresce aproximadamente 20% ao ano, somente no Brasil. É interessante observar que tal mercado é, de certa maneira, alimentado pelos jornais sensacionalistas e pelo reforço da insegurança patrimonial e física.

Por isso, uma das consequências da modernidade líquida é o crescimento de discursos fundamentalistas e reacionários. Tais discursos reagem à liquidez e buscam alguma fixidez na obediência à tradição ou a textos sagrados, na força física, no nacionalismo exacerbado, na rejeição aos "de fora". A sustentação simbólica que era garantida pelas "sólidas" instituições sociais cede espaço para uma grande insegurança psíquica e social, contra o que reagem algumas posições conservadoras. Os discursos xenofóbicos e discriminatórios que têm se intensificado no mundo e no Brasil, em particular, tendem a manifestar a sensação de insegurança social e econômica, que é característica dessa fase da modernidade, e canalizá-la para um alvo socialmente mais frágil e historicamente discriminado.

Por exemplo, movimentos de cunho neonazista e neofascista na Europa culpam os imigrantes africanos / asiáticos pela crise econômica, apesar de a Europa depender da imigração para a manutenção da sua economia. Além disso, a população daquele continente se “esquece” de que o fenômeno atual da imigração é uma herança advinda, em certa medida, das atividades imperialistas predatórias realizadas há séculos pelos próprios europeus na África e na Ásia.

Bauman evita usar o termo pós-modernidade:

Uma das razões pelas quais passei a falar em “modernidade líquida” em vez de “pós-modernidade” (meus trabalhos mais recentes evitam esse termo) é que fiquei cansado de tentar esclarecer uma confusão semântica que não distingue sociologia pós-moderna de sociologia da pós-modernidade, entre “pós--modernismo” e “pós-modernidade”. No meu vocabulário, “pós-modernidade” significa uma sociedade (ou, se se prefere, um tipo de condição humana), enquanto que “pós-modernismo” se refere a uma visão de mundo que pode surgir, mas não necessariamente da condição pós-moderna.

Procurei sempre enfatizar que, do mesmo modo que ser um ornitólogo não significa ser um pássaro, ser um sociólogo da pós-modernidade não significa ser um pós-modernista, o que definitivamente não sou. Ser um pós-modernista significa ter uma ideologia, uma percepção do mundo, uma determinada hierarquia de valores que, entre outras coisas, descarta a ideia de um tipo de regulamentação normativa da comunidade humana e assume que todos os tipos de vida humana se equivalem, que todas as sociedades são igualmente boas ou más; enfim, uma ideologia que se recusa a fazer julgamentos e a debater seriamente questões relativas a modos de vida viciosos e virtuosos, pois, no limite, acredita que não há nada a ser debatido. Isso é pós-modernismo.

PALLARES-BURKE, M. L.
Entrevista com Zygmunt Bauman. *Revista Tempo Social*.
São Paulo, v. 16, n. 1, p. 21, jun. 2004. [Fragmento]

Arbitrária em estado isolado, a divisão das coisas e das atividades (sexuais e outras) segundo a oposição entre o masculino e o feminino recebe sua necessidade objetiva e subjetiva de sua inserção em um sistema de oposições homólogas, alto / baixo, em cima / embaixo, na frente / atrás, direita / esquerda, reto / curvo (e falso), seco / úmido, duro / mole, temperado / insosso, claro / escuro, fora (público) / dentro (privado), etc., que, para alguns, correspondem a movimentos do corpo (alto / baixo / subir / descer / fora / dentro / sair / entrar). Semelhantes na diferença, tais oposições são suficientemente concordes para se sustentarem mutuamente, no jogo e pelo jogo inesgotável de transferências práticas e metáforas; e também suficientemente divergentes para conferir, a cada uma, uma espécie de espessura semântica, nascida da sobre determinação pelas harmonias, conotações e correspondências.

Esses esquemas de pensamento, de aplicação universal, registram como que diferenças de natureza, inscritas na objetividade, das variações e dos traços distintivos (por exemplo, em matéria corporal) que eles contribuem para fazer existir, ao mesmo tempo que as “naturalizam”, inscrevendo-as em um sistema de diferenças, todas igualmente naturais em aparência; de modo que as previsões que elas engendram são incessantemente confirmadas pelo curso do mundo, sobretudo por todos os ciclos biológicos e cósmicos. Assim, não vemos como poderia emergir na consciência a relação social de dominação que está em sua base e que, por uma inversão completa de causas e efeitos, surge como uma aplicação entre outras, de um sistema de relações de sentido totalmente independente das relações de força. O sistema mítico-ritual desempenha aqui um papel equivalente ao que incumbe ao campo jurídico nas sociedades diferenciadas: na medida em que os princípios de visão e divisão que ele propõe estão objetivamente ajustados às divisões preexistentes, ele consagra a ordem estabelecida, trazendo-a à existência conhecida e reconhecida, oficial.

A divisão entre os sexos parece estar “na ordem das coisas”, como se diz por vezes para falar do que é normal, natural, a ponto de ser inevitável: ela está presente, ao mesmo tempo, em estado objetivado nas coisas (na casa, por exemplo, cujas partes são todas “sexuadas”), em todo o mundo social e, em estado incorporado, nos corpos e nos *habitus* dos agentes, funcionando como sistemas de esquemas de percepção, de pensamento e de ação. [...] É a concordância entre as estruturas objetivas e as estruturas cognitivas, entre a conformação do ser e as formas do conhecer, entre o curso do mundo e as expectativas a esse respeito, que tornam possível esta referência ao mundo que Husserl descrevia com o nome de “atitude natural” ou de “experiência dóxica” – deixando, porém, de lembrar as condições sociais de sua possibilidade. [...]

A força da ordem masculina se evidencia no fato de que ela dispensa justificação: a visão androcêntrica impõe-se como neutra e não tem necessidade de se enunciar em discursos que visem a legitimá-la. A ordem social funciona como uma imensa máquina simbólica que tende a ratificar a dominação masculina sobre a qual se alicerça: é a divisão social do trabalho, distribuição bastante estrita das atividades atribuídas a cada um dos dois sexos, de seu local, seu momento, seus instrumentos; é a estrutura do espaço, opondo o lugar de assembleia ou de mercado, reservados aos homens, e a casa, reservada às mulheres; ou, no interior desta, entre a parte masculina, com o salão, e a parte feminina, com o estábulo, a água e os vegetais; é a estrutura do tempo, a jornada, o ano agrário ou o ciclo de vida, com momentos de ruptura, masculinos e longos períodos de gestação, femininos.

BOURDIEU, P. *A dominação masculina*.
São Paulo: Bertand Brasil, 2012. p. 16-18.

SOCIOLOGIA

PESQUISA MOSTRA QUE DISCRIMINAÇÃO CONTRA HOMOSSEXUAIS ESTÁ PRESENTE EM ESCOLAS

Pesquisa realizada pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), no interior de São Paulo, mostrou que 32% dos homossexuais entrevistados afirmaram sofrer preconceito dentro das salas de aula e também que os educadores ainda não sabem reagir apropriadamente diante das agressões, que podem ser físicas ou verbais, no ambiente escolar.

Os dados, segundo os pesquisadores, convergem com aqueles apresentados em pesquisa do Ministério da Educação que ouviu 8.283 estudantes na faixa etária de 15 a 29 anos, no ano letivo de 2013, em todo o país, e constatou que 20% dos alunos não quer colega de classe homossexual ou transexual.

A professora do Departamento de Ciências Humanas e Educação (DCHE) da UFSCar, que é uma das autoras do estudo, Viviane Melo de Mendonça, afirma que o entendimento desse cenário e a busca por estratégias capazes de revertê-lo não são questões do movimento LGBT, mas sim uma questão da educação que deve ser defendida e compreendida por todos os educadores. [...]

Segundo ela, este e outros estudos de gênero e sexualidade “contribuem para levantar questões e pensar em ações na escola em uma perspectiva da educação para diversidade e, desse modo, para uma educação que combata a discriminação e preconceitos, as violências de gênero, violência contra mulher e a violência homo, lesbo e transfóbica”. Para a pesquisadora, a escola tem que ser um espaço aberto à reflexão e de acolhimento aos alunos em sua individualidade e liberdade de expressão.

Para a promoção da diversidade e dos direitos humanos nas escolas, de acordo com a pesquisadora, é necessária a formação de educadores para a questão. “É necessário que a formação de professoras e professores tenham um debate mais aprofundado sobre as questões de gênero e sexualidade, com disciplinas obrigatórias que tratem do tema. É fundamental também que se desconstruam as resistências para se falar da diversidade sexual e das diferenças, bem como das desigualdades persistentes e estruturais em nossa sociedade que são, sim, produtoras das violências”, disse.

Plano Municipal de Educação

O tema da educação para a diversidade foi bastante debatido no ano passado durante a formulação dos Planos Municipais de Educação (PME), projeto que tem o objetivo de nortear o planejamento da educação para a cidade nos próximos 10 anos. Na capital paulista, após muitas discussões e protestos favoráveis e contrários, o projeto de lei que trata do PME foi aprovado pela Câmara Municipal de São Paulo, em agosto de 2015, mas o texto não incluiu questões de gênero e sexualidade.

Na época, o vereador Ricardo Nunes se referiu ao assunto como “ideologia de gênero” e justificou a retirada do tema do PME com referências a Deus e à religiosidade. Ele acredita que a educação relacionada à sexualidade cabe à família.

Já a vereadora Juliana Cardoso ressaltou os diferentes modelos de família que existem hoje. Algumas têm mulheres como chefes de família, pais homossexuais ou heterossexuais, somente pai ou somente a mãe, avós como referência materna e paterna, entre outros casos. “Essas famílias precisam ser visibilizadas na escola, porque refletem a realidade brasileira”, disse na ocasião.

Ela elencou ainda algumas mentiras, que estariam sendo disseminadas sobre a inclusão de gênero no PME, e disse que a exclusão de banheiros separados, os professores ensinando os alunos a serem transexuais e a destruição da família não correspondem à realidade: “queremos discutir gênero nas escolas para garantir respeito à diversidade.” [...]

BOEHM, Camila. EBC – Agência Brasil. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2016-03/pesquisa-mostra-que-discriminacao-contra-homossexuais-esta-presente-em>. Acesso em: 03 set. 2018.

COTAS: 10 ANOS DE INCLUSÃO NAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS

Em audiência pública com mais de três horas de duração, nesta segunda-feira (19), senadores, militantes e especialistas debateram os dez anos de existência do sistema de cotas raciais para ingresso em universidades públicas brasileiras. A conclusão dos participantes dessa reunião da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) foi unânime: depois de uma década, a ação afirmativa mostrou ser bem-sucedida ao promover significativa e relevante inclusão da população negra brasileira no ensino superior público.

Para os participantes, as ações afirmativas são um instrumento legítimo para a busca da “igualdade material” preconizada pela Constituição de 1988. Eles também argumentaram a favor de programas como o Prouni e o Fies, que, na opinião deles, proporcionam o acesso ao ensino superior a parcelas populacionais que historicamente ficaram de fora das universidades. [...]

Primeiro a falar, o diretor-executivo da organização não governamental Educafro, frei David Santos, explicou que o sistema de cotas raciais é apenas um dos tipos de ações afirmativas atualmente em uso no Brasil.

Salientou que existem no país sistemas específicos para ingresso no ensino superior para estudantes de escolas públicas, negros, indígenas, pessoas com deficiência, quilombolas, nativos do estado em que se localiza a instituição de ensino, cidadãos de baixa renda, professores da rede pública, população de cidades do interior e até para filhos de policiais e bombeiros mortos em serviço.

"Por que as cotas incomodam?"

David Santos informou que 160 instituições públicas brasileiras de ensino superior já adotam algum tipo de ação afirmativa, totalizando cerca de 330 mil cotistas, 110 mil deles afrodescendentes. [...]

– Por que as cotas incomodam tanto? - questionou David Santos, ao lembrar que o projeto de lei que institui sistema de cotas em todas as universidades públicas brasileiras já tramita no Congresso há longos 13 anos.

David Santos afirmou ainda que pesquisas já mostraram que o sistema de cotas não aumentou o racismo nas universidades, que a qualidade acadêmica não foi prejudicada e que o desempenho acadêmico dos cotistas não é inferior ao dos não cotistas. Ele acrescentou que estudo do Datafolha mostrou que 87% dos brasileiros concordam com as ações afirmativas.

A secretária de Políticas de Ações Afirmativas da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, Anhamona Silva de Brito, disse que o sistema de cotas vem ajudando na diminuição do racismo no país e também dos prejuízos que o racismo traz para a população. Ela informou que a secretaria e o Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia de Inclusão no Ensino Superior e na Pesquisa vêm trabalhando em um "mapa da inclusão" sobre ações afirmativas.

Anhamona Silva de Brito adiantou que a pesquisa vem estudando 114 instituições de ensino superior que possuem algum tipo de ação afirmativa. De acordo com ela, os resultados mostram que as cotas raciais correspondem a um percentual relativamente baixo se comparadas às ações afirmativas destinadas a estudantes oriundos de escolas públicas.

"Universidade mais colorida"

O reitor da Universidade de Brasília (UnB), José Geraldo de Sousa Júnior, classificou como vitoriosa a trajetória de dez anos das cotas raciais no Brasil. Ele lembrou que a UnB foi uma das primeiras a adotar o sistema por decisão própria e que atualmente a instituição tem cotas para afrodescendentes (20% das vagas vestibulares) e indígenas, além de unidades criadas em cidades do Distrito Federal com baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), que priorizam as populações locais, e também vagas específicas para educadores que atuam em assentamentos da reforma agrária.

Nos últimos dez anos, informou o reitor, 5.396 negros ingressaram na UnB por meio do sistema de cotas. Pelo sistema vestibular tradicional, outros 21.887 estudantes entraram na UnB. José Geraldo afirmou que as cotas ajudaram a aumentar a proporção de negros na universidade, fazendo da entidade "uma universidade mais colorida". Ele também disse que a diferença entre o desempenho acadêmico dos cotistas e dos não cotistas é irrelevante e que a evasão entre os cotistas é menor.

O secretário de Educação Superior do Ministério da Educação, Luiz Cláudio Costa, também disse apoiar os sistemas de ação afirmativa atualmente em voga no país e afirmou que a educação superior brasileira avançou nos últimos anos. Segundo ele, o ensino superior do Brasil forma atualmente um milhão de pessoas por ano, contra os 300 mil formados em 2002. [...]

"Com a marca da inclusão"

A diretora de Gestão Acadêmica da Universidade do Estado de Mato Grosso (Unemat), Elisângela Patrícia Moreira da Costa, afirmou que essa instituição já nasceu "com a marca da inclusão", pois surgiu em 1978 no interior do estado como Instituto de Ensino Superior de Cáceres, virando universidade em 1993 e adotando o sistema de cotas a partir de 2004. [...]

Elisângela da Costa informou que a Unemat já percebeu grande número de trancamento de matrícula e evasão entre os cotistas, o que fez a universidade atentar para a necessidade de criação de processo de acompanhamento mais específico do desempenho acadêmico e das condições econômicas dos graduandos cotistas.

Depois de os palestrantes exporem suas ideias, cidadãos presentes na audiência pública puderam falar de suas experiências. Dentre eles, Solange Aparecida Ferreira de Campos falou de maneira emocionada e contundente. Militante do movimento negro, Solange foi a primeira brasileira beneficiada com bolsa do Prouni, o que a ajudou a se formar em Gastronomia na Universidade Anhembi Morumbi, uma instituição privada. Ela ingressou nessa universidade quando já tinha 45 anos e formou-se em 2008. Na opinião dela, não é favor, mas sim obrigação dos governantes brasileiros apoiarem o acesso à educação da população negra, pois "nossos ancestrais negros deram o sangue por esse país".

– Se tivemos força para levar chibatadas nas costas, também temos força, competência e capacidade para ocupar qualquer cargo e exercer qualquer atividade e trabalho – afirmou.

AGÊNCIA SENADO. Disponível em: <http://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2011/09/19/cotas-10-anos-de-inclusao-nas-universidades-publicas-brasileiras>. Acesso em: 03 set. 2018.

EXERCÍCIOS PROPOSTOS

01. (UERJ–2016) As comunidades quilombolas, que são predominantemente constituídas por população negra, se autodefinem a partir das relações com a terra, do parentesco, do território, da ancestralidade, das tradições e das práticas culturais próprias. Estima-se que em todo o país existam mais de três mil comunidades quilombolas. O Decreto Federal nº 4.887, de 20 de novembro de 2003, regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos.

Disponível em: <http://incra.gov.br> (Adaptação).

A demarcação de terras de comunidades quilombolas é fato recente nas práticas governamentais brasileiras.

Um dos principais objetivos dessa política pública é viabilizar a promoção de

A) aceleração da reforma agrária.

B) reparação de grupos excluídos.

C) absorção de trabalhadores urbanos.

D) reconhecimento da diversidade étnica.

02. (Unioeste-PR–2016) No dia 22 de junho de 2015, a Assembleia Legislativa do Paraná colocou como pauta de discussão o debate sobre a "ideologia de gênero" nas escolas do Paraná. Sabe-se que o conceito de gênero é fundamental para a compreensão das desigualdades entre homens e mulheres e coloca em xeque as atribuições relacionais que a sociedade constrói para homens e mulheres.

Dada a repercussão do tema e a relevância da temática, é correto afirmar sobre questões de gênero:

A) O debate sobre gênero na educação interessa apenas aos homens e às pessoas que só têm atração sexual por pessoas do sexo oposto.
B) Nas concepções sobre gênero, o sexo biológico corresponde a uma identidade cultural que se mantém inalterada até o final da vida.
C) A identidade de gênero é determinada biologicamente e não pode ser modificada pela cultura, pelo meio social, pela educação nem por todas as relações sociais que fazem parte da vida dos indivíduos.
D) A compreensão da temática de gênero perpassa um sistema de relações de poder, baseadas em um conjunto de papéis, identidade, comportamentos e estereótipos atribuídos a mulheres e homens.
E) As relações de gênero não estão ligadas a contextos de relações de poder e desigualdade, ao contrário das relações travadas entre as classes sociais e os grupos étnicos.

03. (Unimontes-MG–2016) Norbert Elias (1897-1990), alemão de origem judaica, é considerado, na atualidade, um dos mais importantes representantes da Sociologia. Elias ganhou notoriedade, entre outros motivos, por fazer análises dos hábitos e costumes sobre o desenrolar do "processo civilizatório".

No que se refere a esse assunto, é incorreto afirmar:

A) Segundo Elias, o termo "civilização" configura-se como um conjunto de hábitos, valores e costumes internalizados pelos indivíduos que lhes dão o caráter "social" ou "humano". Os seres humanos, por natureza, não possuem aspectos civilizados, porém possuem um potencial que lhes permite adquirir e aprender os modos civilizados de existência.
B) Um aspecto vital da civilização, para Elias, é a autorregulação dos impulsos e pulsões, o autocontrole das energias instintivas que brotam dos seres humanos. Importante frisar que se trata de um "autocontrole", ou seja, diferentemente de coações externas que eram antes necessárias para a convivência humana.
C) Os modos civilizados de ser têm relação estreita com o refinamento dos costumes, que passam a caracterizar os indivíduos ocidentais modernos. A limpeza e a higiene pessoal são exemplos básicos desse refinamento dos costumes.
D) Estudos sobre civilização e cultura não interessam à Sociologia, por ser uma disciplina acadêmica vinculada apenas aos problemas de gestão do aparato estatal.

04. (UERJ–2017) O século XXI tem assistido à ampliação do debate acerca das uniões homoafetivas, o que possibilitou algumas mudanças, como a observada no quadro.

Ano	País
2000	Países Baixos
2003	Bélgica
2005	Canadá, Espanha
2006	África do Sul
2009	Noruega, Suécia
2010	Argentina, Portugal, Islândia
2012	Dinamarca
2013	Brasil, França, Inglaterra, Nova Zelândia, País de Gales, Uruguai
2014	Escócia, Luxemburgo
2015	Estados Unidos, Finlândia, Irlanda, México

Disponível em: <https://hypescience.com> (Adaptação).

Essa mudança de costumes expressa principalmente o reconhecimento do seguinte princípio entre os direitos humanos:

A) inclusão política
B) diversidade cultural
C) uniformidade jurídica
D) igualdade econômica

05. 7QGG (UERJ–2019)

O personagem "pantera negra"

Em 1966, surge nos quadrinhos, junto ao "Quarteto Fantástico".

Em 2018, é o herói em filme de ficção científica.

Disponível em: <huffpostbrasil.com/pt.wikipedia.org>.

Com mais de cinquenta anos de existência, o personagem "Pantera Negra" esteve associado a debates sobre as condições de vida de populações afrodescendentes na sociedade norte-americana. Tendo em vista as transformações ocorridas entre a década de 1960 e o momento atual, a comparação entre as imagens aponta para a seguinte mudança acerca do protagonismo afrodescendente:

A) equiparação do poder aquisitivo
B) fortalecimento da inclusão social
C) reconhecimento dos direitos civis
D) homogeneização das diferenças raciais

06. (Unioeste-PR) Segundo Zygmunt Bauman, a Sociologia é constituída por um conjunto considerável de conhecimentos acumulados ao longo da história. Pode-se dizer que a sua identidade forma-se na distinção com o chamado senso comum. Considerando que a Sociologia estabelece diferenças com o senso comum e estabelece uma fronteira entre o pensamento formal e o senso comum, é correto afirmar que

A) a Sociologia se distingue do senso comum por fazer afirmações corroboradas por evidências não verificáveis, baseadas em ideias não previstas e não testadas.
B) o pensar sociologicamente caracteriza-se pela descrença na ciência e pouca fidedignidade de seus argumentos. O senso comum, ao contrário, evita explicações imediatas ao conservar o rigor científico dos fenômenos sociais.
C) pensar sociologicamente é não ultrapassar o nível de nossas preocupações diárias e expressões cotidianas, enquanto o senso comum preocupa-se com a historicidade dos fenômenos sociais.
D) o pensamento sociológico se distingue do senso comum na explicação de alguns eventos e circunstâncias, ou seja, enquanto o senso comum se preocupa em analisar e cruzar diversos conhecimentos, a Sociologia se preocupa apenas com as visões particulares do mundo.
E) um dos papéis centrais desempenhados pela Sociologia é a desnaturalização das concepções ou explicações dos fenômenos sociais, conservando o rigor original exigido no campo científico.

07. (UERJ–2019)

A origem operária do 8 de março

Para muitos, o 8 de março é apenas um dia para dar flores e fazer homenagens às mulheres. Mas, diferentemente de outras datas comemorativas, esta não foi criada pelo comércio. Oficializado pela Organização das Nações Unidas em 1975, o chamado Dia Internacional da Mulher era celebrado muito tempo antes, desde o início do século XX. E se hoje a data é lembrada como um pedido de igualdade de gênero e com protestos ao redor do mundo, no passado nasceu principalmente de uma raiz trabalhista. Foram as mulheres das fábricas nos Estados Unidos e em alguns países da Europa que começaram uma campanha dentro do movimento socialista para reivindicar seus direitos – as condições de trabalho delas eram ainda piores do que as dos homens à época.

Disponível em: <bbc.com> (Adaptação).

Com base na reportagem, a criação do Dia Internacional da Mulher tem origem nas manifestações sociais em defesa de:

A) ampliação da cidadania
B) expansão da liberdade
C) promoção da diversidade
D) valorização da pluralidade

08. OPAF (Unioeste-PR) Segundo Cristina Costa, "chamamos de violência à agressão premeditada sistemática e por vezes mortal de um indivíduo ou um grupo sobre outro". Sobre o fenômeno da violência, é correto afirmar que

A) o desenvolvimento da indústria e a expansão dos padrões de vida e de acumulação existentes no modo de produção capitalista não possuem nenhuma relação com a ampliação dos níveis de violência visualizados no mundo contemporâneo.
B) a única maneira de controlar a explosão de violência vivenciada na contemporaneidade é a ampliação dos mecanismos de defesa existentes na sociedade. Assim, o aumento do policiamento e dos estabelecimentos penais representa o único caminho de superação das dificuldades encontradas.
C) o *bullying* é um fenômeno restrito ao universo escolar e possui pouca relação com a banalização da violência existente nos dias atuais.
D) a violência é instintiva, podendo ser considerada como um mecanismo de autodefesa do indivíduo utilizado nos momentos em que este se encontra inseguro ou coagido.
E) a violência não se restringe à agressão física. Como observa Pierre Bourdieu, existem práticas de violência simbólica presentes no cotidiano e que são caracterizadas pela tentativa de imposição de valores, costumes e padrões de comportamento de um grupo a outro.

09. (UEL-PR–2017) No pensamento sociológico clássico e contemporâneo, as dimensões igualdade, diferença e diversidade assumem importância para estudos relacionados à questão das desigualdades sociais.

Com base nos conhecimentos sobre as perspectivas sociológicas que explicam a desigualdade social, no cotidiano das sociedades capitalistas, assinale a alternativa correta.

A) A sociologia weberiana, quando analisa as modernas sociedades ocidentais, demonstra que os fatores econômicos e os antagonismos entre as classes determinam as hierarquias de poder e os tipos de dominação.
B) As análises de Marx defendem a ideia de que as mudanças mais recentes na ordem mundial capitalista alteraram a preeminência das classes na explicação das assimetrias sociais e diversidades culturais.
C) Na sociologia de Bourdieu, os fatores econômicos, simbólicos e culturais, a exemplo da renda, do prestígio e dos saberes, incorporados pelos agentes em seu cotidiano e em sua trajetória de vida, são responsáveis pela diferenciação de posições nos campos sociais.
D) No pensamento funcionalista, a origem da desigualdade social encontra-se nas contradições econômicas e políticas entre os agrupamentos, que mantêm relações uns com os outros para produzir e reproduzir a estrutura social.
E) Para os pensadores críticos do neoliberalismo, a mobilidade dos indivíduos de um estrato social para outro, no Brasil, é acompanhada igualmente por mudanças na estrutura de classes sociais, na medida em que pobres e ricos se aproximam.

SOCIOLOGIA

10. 349V (Unesp–2015)

Texto 1

O livro *Cultura do narcisismo*, escrito por Christopher Lasch em 1979, é um clássico. O texto de Lasch mostra como o que era diagnosticado como patologia narcísica ou limítrofe nos anos 50 torna-se uma espécie de "normalidade compulsória" depois de duas décadas. Para que alguém seja considerado "bem-sucedido", é trivialmente esperado que manipule sua própria imagem como se fosse um personagem, com a consequente perda do sentimento de autenticidade.

DUNKER, Christian. *A cultura da indiferença*.
Disponível em: <www.mentecerebro.com.br> (Adaptação).

Texto 2

Zygmunt Bauman: Afastar-se da percepção de mundo consumista e do tipo de atitude individualista contra o mundo e as pessoas não é uma questão a ponderar, mas uma obrigação determinada pelos limites de sustentabilidade desse modelo da vida que pressupõe a infinidade de crescimento econômico. Segundo esse modelo, a felicidade está obrigatoriamente vinculada ao acesso a lojas e ao consumo exacerbado.

Lojas são alívio a curto prazo, diz o sociólogo Zygmunt Bauman.
Disponível em: <www.mentecerebro.com.br> (Adaptação).

Considerando os textos, é correto afirmar que

A) para Bauman, as diretrizes liberais de crescimento econômico ilimitado prescindem de reflexão ética.
B) ambos tratam do irracionalismo subjacente aos critérios de normalidade e de felicidade.
C) a "cultura do narcisismo" apresenta um estilo de vida incompatível com a mentalidade consumista.
D) a patologia narcísica analisada por Lasch é um fenômeno restrito ao domínio psiquiátrico.
E) ambos abordam problemas historicamente superados pelas sociedades ocidentais modernas.

SEÇÃO ENEM

01. (Enem–2017) A Lei 11.340, de 7 de agosto de 2006, representou uma ousada e necessária proposta de mudança cultural e jurídica a ser implantada no ordenamento jurídico brasileiro, a exemplo do que ocorreu em outros países, objetivando a erradicação da contumaz violência praticada principalmente por homens contra mulheres com quem mantêm vínculos de natureza doméstica, familiar e afetiva.

SOUZA, S. R. *Lei Maria da Penha comentada*.
Curitiba: Juruá, 2013 (Adaptação).

A vigência dessa norma legal, de amplo conhecimento da sociedade, revela a preocupação social com a

A) partilha dos bens comuns.
B) ruptura dos laços familiares.
C) dignidade da pessoa humana.
D) integridade dos filhos menores.
E) conservação da moralidade pública.

02. TØK1 (Enem–2016)

Texto I

Tradução: "As mulheres do futuro farão da lua um lugar mais limpo para se viver"

Disponível em: <https://www.propagadashistoricas.com.br>.
Acesso em: 16 out. 2015.

Texto II

Metade da nova equipe da NASA é composta por mulheres

Até hoje, cerca de 350 astronautas americanos já estiveram no espaço, enquanto as mulheres não chegam a ser um terço desse número. Após o anúncio da turma composta por mulheres, alguns internautas escreveram comentários machistas e desrespeitosos sobre a escolha nas redes sociais.

Disponível em: <https://catracalivre.com.br>.
Acesso em: 10 mar. 2016.

A comparação entre o anúncio publicitário de 1968 e a repercussão da notícia de 2016 mostra a

A) elitização da carreira científica.
B) qualificação da atividade doméstica.
C) ambição de indústrias patrocinadoras.
D) manutenção de estereótipos de gênero.
E) equiparação de papéis nas relações familiares.

GABARITO

Meu aproveitamento

Propostos

Acertei ______ Errei ______

○ 01. B	○ 05. C	○ 09. C
○ 02. D	○ 06. E	○ 10. B
○ 03. D	○ 07. A	
○ 04. B	○ 08. E	

Seção Enem

Acertei ______ Errei ______

○ 01. C	○ 02. D

Total dos meus acertos: _____ de _____ . _______ %

O universo da cultura

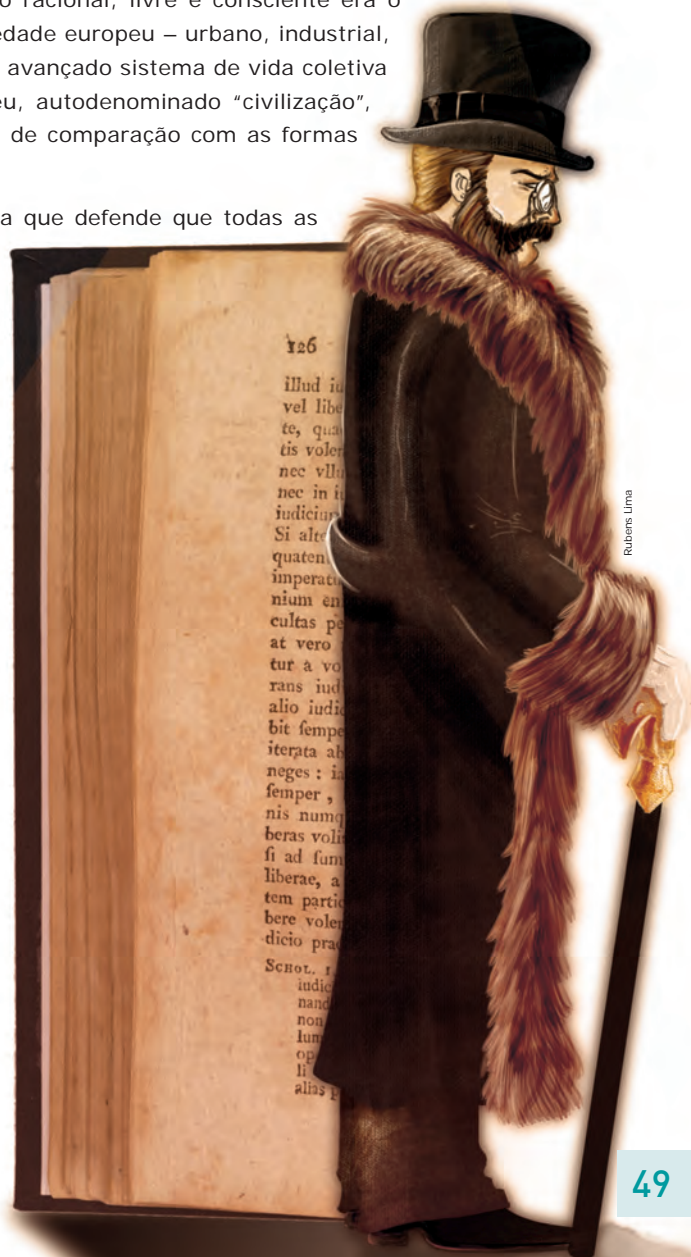
CIVILIZAÇÃO E A VISÃO ILUMINISTA DA CULTURA

Desde a Antiguidade, era conhecida a grande diferença de usos e costumes entre os povos, porém a discussão era centrada no terreno da ética, em que a preocupação estava centrada na tentativa de construir um sistema de valores que pudesse ser considerado universal. Em relação à percepção dessas diferenças, a história dos povos antigos do mundo ocidental foi marcada pela presença de uma visão etnocêntrica, como atesta a própria palavra “bárbaro”, utilizada pelos antigos gregos e, posteriormente, pelos romanos, para se referir aos estrangeiros, isto é, a quaisquer povos que não fossem originários de sua própria cultura.

No século XVIII, o Iluminismo afirmava que o ser humano racional, livre e consciente era o apogeu da realização da essência humana. O modelo de sociedade europeu – urbano, industrial, republicano e democrático – era visto como superior e o mais avançado sistema de vida coletiva da história humana. Dessa forma, o modelo cultural europeu, autodenominado “civilização”, foi tomado como o modelo ideal e utilizado como parâmetro de comparação com as formas culturais dos outros povos.

O ideal iluminista de cultura revela uma visão universalista que defende que todas as culturas devem se desenvolver da mesma forma em direção a um mesmo objetivo: a civilização. Essa concepção se desenvolveu sistematicamente ao longo do século XIX, em diversas filosofias sociais que defendiam o progresso tecnológico e a racionalização como critérios de superioridade cultural.

Para os iluministas, o termo “cultura” se refere ao cultivo do espírito humano, um estado em que o indivíduo se encontra após adquirir educação e instrução, usando sua racionalidade em prol do desenvolvimento pessoal e intelectual.

Nesse sentido, o estado de cultura se opõe ao estado de natureza, uma vez que, no estado de natureza, os indivíduos não dispõem dos elementos de civilidade que per-mitem a vida em sociedade. Para os pensadores iluministas, a cultura se relaciona ao conhecimento científico, à evolução e ao progresso.

Rubens Lima

Rubens Lima

Essa relação entre cultura e civilização, no entanto, guarda grandes diferenças semânticas quando pensamos nas classes burguesas e aristocráticas da França e da Alemanha nos séculos XVIII e XIX. As elites aristocráticas francesas acreditavam, tal qual os iluministas, que a noção de civilização estava diretamente atrelada ao progresso, representando as realizações e o desenvolvimento de um povo, de uma coletividade e, no caso das sociedades industriais, o desenvolvimento industrial e tecnológico. Para os franceses, cultura era um atributo individual, fruto da erudição e do refinamento em relação aos modos de convivência.

Até meados do século XIX, a Alemanha não era um país unificado politicamente. Assim, para se criar um sentimento de unidade para a construção da Alemanha como um Estado-nação, seria necessário buscar características particulares que somente diriam respeito a um povo que habita um território específico.

As elites alemãs do período foram responsáveis por criar uma noção particularista da cultura. Os intelectuais alemães entendiam a relação entre cultura e civilização de um modo distinto dos pensadores iluministas e franceses. Para os intelectuais alemães, *kultur* era justamente aquilo que os indivíduos tinham de mais autêntico, de mais singular e puro, enquanto *civilization* era entendida como hábitos e costumes artificiais. Mas, como essa distinção era construída?

Os intelectuais alemães entendiam que os hábitos e costumes dos nobres e aristocratas alemães eram imitações dos hábitos e costumes dos aristocratas franceses. Evidentemente, os nobres alemães consideravam seus hábitos mais sofisticados que os hábitos de vida das classes populares. No entanto, os intelectuais alemães entendiam que os costumes da nobreza eram artificiais, justamente por serem copiados da elite francesa. Portanto, para a construção da Alemanha como Estado-nação, seria necessário buscar a essência do verdadeiro espírito alemão, que somente poderia ser encontrada nas classes populares, uma vez que elas eram consideradas detentoras das principais características de uma coletividade. Ao contrário da noção francesa de *civilization*, que pressupunha um padrão universal de comportamento, os alemães defendiam, com a noção de *kultur*, que os costumes e hábitos de um grupo social não podem ser provenientes de nenhum outro povo, devendo estar ligados à sua identidade cultural e às suas tradições.

O antropólogo inglês Edward Tylor (1832-1917), em seu estudo sobre o que até então se entendia por culturas primitivas, uniu as perspectivas francesa e alemã e propôs uma nova acepção para o termo cultura (do vocábulo inglês *culture*), concebendo-a como toda a gama de conhecimentos, crenças, produção artística, leis, moral, ou seja, todos os aspectos simbólicos que envolvem a vida em sociedade. Desse modo, abriu-se o caminho para o surgimento de um conceito científico de cultura, ainda que a perspectiva de Tylor apresentasse um caráter evolucionista, como veremos a seguir.

Imagens: NASA / Creative Commons / Arte: Rubens Lima

EVOLUCIONISMO CULTURAL
Maíra Damásio

Edward Tylor.

O evolucionismo cultural é um conjunto de teorias antropológicas, inspiradas na Teoria da Evolução de Charles Darwin, defensoras da tese de que a sociedade seria similar aos organismos vivos (organicismo) e estaria submetida às mesmas leis naturais da evolução, da adaptação e da seleção natural. Entre os principais evolucionistas encontra-se o antropólogo inglês Edward Tylor (1832-1917).

Em seu livro *Primitive Culture* (1871), Tylor afirma que a cultura é um fenômeno natural e, como tal, possui causas e regularidades passíveis de serem apreendidas pelos métodos científicos próprios das ciências naturais. Desse modo, o universo da cultura estaria sujeito a leis gerais a serem descobertas pelos antropólogos. Na concepção de Tylor, os grupos humanos se diferenciariam apenas pelo grau de civilização em que se encontram. Portanto, sob essa perspectiva, a diversidade cultural estaria atrelada à desigualdade de estágios evolutivos entre os distintos grupos humanos.

Desse modo, as diferenças entre as culturas eram pensadas em comparação com as sociedades europeias. As sociedades de outras partes do mundo eram sempre consideradas menos evoluídas, pois não apresentavam os mesmos valores já estabelecidos na Europa, cuja representação era a de apogeu da civilização.

O evolucionismo cultural serviu de base teórica para as incursões europeias nos continentes asiático e africano, durante o período do imperialismo europeu. Os antropólogos evolucionistas se valiam do método comparativo para estudar as diferenças culturais, porém partindo do modelo cultural europeu, considerado o padrão de desenvolvimento natural humano. Hoje, reconhece-se que o esforço de compreensão do evolucionismo cultural estava recheado de pressupostos etnocêntricos, uma vez que não reconhecia nas culturas "exóticas" um valor intrínseco, mas somente uma pálida sombra do progresso que, supostamente, ainda estaria por vir.

A seguir, apresentaremos, sucintamente, algumas das correntes da Antropologia que se desenvolveram desde o final do século XIX e que foram moldando as reflexões acerca dos fenômenos culturais.

DIFUSIONISMO CULTURAL

Paralelamente ao evolucionismo, desenvolveu-se na Europa do século XIX uma corrente que visava explicar as diferenças entre as culturas humanas a partir do paradigma da difusão, e não da evolução. Para os difusionistas, uma invenção seria produzida em uma dada cultura e então "irradiada" para outras culturas por meio de contato (comércio, guerras, imitação). Essa difusão por meio do contato explicaria várias práticas similares entre povos muito diferentes. Ainda hoje, o difusionismo é uma teoria utilizada para os estudos arqueológicos.

ANTROPOLOGIA ESTRUTURALISTA

A antropologia de base evolucionista foi sendo criticada, ao longo do século XX, e perdeu espaço para vertentes mais rigorosas e científicas. Os estudos iniciais dos povos chamados "primitivos" foram gradativamente se expandindo para reflexões, ora mais específicas de cada grupo, como fez a antropologia culturalista norte-americana, ora mais gerais, em busca de estruturas universais comuns a todas as culturas humanas, como faria a antropologia estruturalista francesa.

Esta última teve como principais nomes Marcel Mauss (1872-1950) e Claude Lévi-Strauss (1908-2009), ambos destacados antropólogos que se dedicaram aos estudos de vários povos ao redor do mundo na tentativa de encontrar estruturas formais, simbólicas, linguísticas e míticas comuns à humanidade. Enquanto o evolucionismo e o positivismo tendiam a desprezar os mitos e as religiões como manifestações "atrasadas", os estruturalistas enxergaram nas narrativas mítico-religiosas manifestações de estruturas mentais da humanidade, cuja forma se repetiria em todos os povos e épocas. Com isso, visavam estabelecer as infraestruturas inconscientes dos fenômenos culturais e obter padrões de explicação gerais e efetivos para os mecanismos da vida social e psíquica humana.

Os estudos da antropologia estruturalista se uniram aos estudos da linguística, do suíço Ferdinand de Saussure, na tentativa de encontrar padrões linguísticos e semióticos (isto é, o conjunto de signos e símbolos de uma cultura) que revelassem as estruturas elementares da humanidade. Lévi-Strauss escreveu em sua obra *Antropologia Estrutural* (1967) que

> o antropólogo é o astrônomo das Ciências Sociais: ele está encarregado de descobrir um sentido para configurações muito diferentes, por sua ordem de grandeza e seu afastamento, das que estão imediatamente próximas do observador.
>
> LÉVI-STRAUSS, C. *Antropologia Estrutural*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1967. p. 422. [Fragmento]

O Estruturalismo de Lévi-Strauss defendia a existência de **estruturas mentais universais**, que se expressariam com roupagens diferentes nas variadas culturas. Estudando os mitos e as relações de parentesco em diversos povos – inclusive etnias indígenas do Brasil –, Lévi-Strauss teria concluído que todos os povos humanos apresentam muitas características em comum quando analisados de forma metódica e aprofundada. Uma das suas conclusões diz respeito ao **tabu do incesto**: todas as culturas conhecidas apresentam algum tipo de interdição de práticas sexuais entre pais e filhos ou entre irmãos. Segundo sua leitura, esse elemento em comum, recorrente em todos os povos, expressa uma estrutura mental universal que diferencia natureza e cultura e confirma o ser humano como um ser de cultura.

A oposição natureza X cultura seria uma das oposições binárias sob as quais nossa mente funciona: cru X cozido, masculino X feminino, céu X inferno, sagrado X profano, morte X vida. Para Lévi-Strauss, a mente humana, independentemente de qual seja a cultura, opera a partir de estruturas binárias que organizam as relações das sociedades humanas e que são expressas, de diferentes formas, nas narrativas míticas que dão sentido à vida de uma comunidade.

Claude Lévi-Strauss teve uma importância especial para o Brasil, em razão de sua estadia no país, como professor da USP na década de 1930, inserido na Missão Francesa para a formação de uma geração de professores-pesquisadores brasileiros. Por isso, o estruturalismo teve ampla repercussão em solo nacional, tendo influenciado gerações de intelectuais até a década de 1960. Paralelamente, Lévi-Strauss também se dedicou ao estudo de campo etnográfico, tendo passado vários anos realizando trabalhos em aldeias indígenas no interior do país.

O CULTURALISMO

Franz Boas.

O culturalismo surgiu como uma corrente que questionou as bases do evolucionismo cultural. O principal expoente dessa corrente foi o antropólogo alemão Franz Boas (1859- 1942), que propunha uma leitura mais particularizada do fenômeno cultural. Na concepção dele, cada cultura segue seus próprios caminhos e possui uma “evolução” singular. O desenvolvimento de cada cultura está intimamente associado às condições geográficas, climáticas, psicológicas e históricas enfrentadas pelo grupo específico, o que desautoriza o método comparativo linear sugerido pelos evolucionistas.

Na concepção de Boas, cada cultura deve ser compreendida dentro da sua história particular, e não comparada com qualquer outro padrão cultural, porque não existiria uma uniformidade na evolução das culturas. Logo, Boas atenta para a diversidade cultural, não pensando a cultura como um conceito totalizador e universal conforme faziam os antropólogos evolucionistas.

A antropologia de Boas se pauta na tentativa de compreender a dinâmica do universo cultural, ou seja, busca compreender os processos por meio dos quais uma cultura se desenvolveu, tendo um lugar geográfico e um tempo específicos como referência. O aspecto mais importante para a antropologia de Boas é compreender como os padrões culturais de uma determinada comunidade se consolidaram ao longo do tempo. Boas defendia a necessidade de se interpretar cada cultura conforme suas múltiplas possibilidades de desenvolvimento. Em razão dessa abordagem, essa perspectiva ficou conhecida como particularismo histórico.

Apesar de ainda conter traços etnocêntricos, em sua teoria, Franz Boas representou uma mudança significativa na compreensão da diversidade cultural humana, dando início a estudos que intensificaram a crítica ao etnocentrismo, ao racismo e às formas de dominação cultural que eram dominantes no evolucionismo, no positivismo e predominantes no senso comum. Tendo emigrado para os Estados Unidos, no final do século XIX, foi o principal responsável pelo surgimento da corrente que ficou conhecida como culturalismo ou antropologia cultural. Entre seus ilustres alunos e seguidores se encontrava o brasileiro Gilberto Freyre.

ANTROPOLOGIA

A Antropologia está interessada no estudo das diversidades culturais e sociais, ou seja, nas diferentes maneiras com que se apresenta a vida humana, em todos os tempos e lugares. Trata-se, portanto, de uma perspectiva que não se satisfaz com a simples observação de culturas ou sociedades isoladas, mas avança no sentido de oferecer instrumentos que permitam compreender a constituição simbólica de diferentes sociabilidades, os significados com os quais indivíduos e seus coletivos interpretam e organizam os contatos, os encontros e mesmo os conflitos em que se envolvem. [...] A investigação dos processos de construção e de produção das diferenças, para isso, volta sua atenção a um emaranhado complexo de dados recolhidos de experiências, expressões e práticas dos atores situados em variados contextos.

Disponível em: <http://www.ufjf.br/graduacaocienciassociais/sobre-o-curso/apresentacao/bacharelado/antropologia/>. Acesso em: 23 ago. 2018. [Fragmento]

O CARÁTER SIMBÓLICO DA CULTURA

Maíra Damásio

Ernst Cassirer e Clifford Geertz.

A grande diferenciação entre os homens e os animais ocorreu a partir do momento em que o cérebro humano passou a ser capaz de produzir símbolos. Nossa espécie se caracteriza, em grande parte, por sua capacidade de abstração e de simbolização. São justamente tais capacidades que possibilitam a construção e a partilha de significados, conferindo sentidos à vida e à realidade.

Logo, os comportamentos humanos se baseiam no uso dos símbolos. Por esse motivo, o filósofo alemão Ernst Cassirer (1864-1945) definiu o ser humano como *homo simbolicus* em vez de *homo sapiens*, para acentuar a capacidade simbólica humana como o elemento que mais nos destaca em relação aos outros seres. Somos capazes de produzir signos artificiais que possuem um significado intencionalmente atribuído, significado este que pode ser ensinado aos outros indivíduos e passado de geração em geração. Todos os sistemas humanos, como o idioma, os gestos, a alimentação, os ritos, os valores e os comportamentos, são, acima de tudo, sistemas simbólicos.

Por serem fruto de construção humana, as culturas são diversas e variadas, uma vez que elas se relacionam com agrupamentos humanos específicos, localizados no tempo e no espaço. Cada grupo social desenvolve uma cultura específica, que possui seus próprios elementos, signos, valores e sentidos.

Refletir sobre o universo da cultura é refletir sobre a dicotomia entre o material e o simbólico. Os objetos que existem no mundo ao nosso redor não apresentam um significado predeterminado. São os seres humanos, com sua capacidade de dar significados simbólicos aos objetos que possuem existência material, que os provê de utilidades e significados. A nossa existência como seres sociais é totalmente dependente dessa capacidade de simbolizar o mundo ao nosso redor. Por esse motivo, o antropólogo Clifford Geertz entende que o ser humano:

> [...] é um animal amarrado a teias de significados que ele mesmo teceu, assumo a cultura como sendo essas teias e a sua análise; portanto, não como uma ciência experimental em busca de leis, mas como uma ciência interpretativa, à procura do significado.
>
> GEERTZ, Clifford.
> *A interpretação das culturas.*
> Rio de Janeiro: Zahar, 1978. p. 15.

Para Geertz, o homem é um animal amarrado a teias de significados que ele mesmo teceu, portanto, esse antropólogo assume a cultura como sendo essas teias e sua análise. Dessa forma, a Antropologia não é uma ciência experimental, mas uma ciência interpretativa, à procura de significados. Sua definição de cultura assenta-se, então, na possibilidade de interpretação desses significados.

Logo, é crucial pensar a Antropologia como uma ciência que busca o conhecimento por meio do "outro", isto é, por intermédio do entendimento da alteridade. Assim, a antropologia se configura como uma forma de conhecimento sobre a diversidade cultural, ou melhor, é a busca do que nós somos através do espelho do "outro". Nos termos de Eduardo Viveiros de Castro (2002), esse outro é "outrem", ou seja, "é a expressão de um mundo possível".

VIVEIROS DE CASTRO, E. O Nativo Relativo.
Mana, Rio de Janeiro, v. 8, n.1, 2002. p. 113-148.

> [...]
>
> A cultura é, então, uma noção de comportamento apreendido. É através do fluxo do comportamento que as formas culturais encontram articulação, mas também em várias espécies de artefatos e vários estados de consciência. A interpretação antropológica, neste contexto, irá construir a leitura do que acontece – é a descrição densa, elaborada pelo antropólogo, que levará à essência da cultura analisada.
>
> [...]
>
> Nesta análise da cultura, a posição de Geertz é manter a análise das formas simbólicas [...] de modo mais estreito possível com os acontecimentos sociais e ocasionais concretos, organizando as formulações teóricas com as interpretações descritivas. Para Geertz, é fundamental olhar as dimensões simbólicas da ação social – arte, religião, ideologia, ciência, lei, moralidade, senso comum – e não se afastar dos dilemas existenciais da vida, e sim mergulhar no meio deles.
>
> PINTO, Suely Lima de Assis.
> A cultura e as diferentes concepções apreendidas
> nas determinações históricas. *Itinerarius Reflections*,
> [S.l.], v. 3, n. 1, p. 11-13, set. 2008.

Rubens Lima

O CONCEITO DE CULTURA

Definir cultura não é simples. O antropólogo Alfred Kroeber (1876-1960) identificou mais de 600 significados diferentes para a mesma palavra. Na raiz etimológica da palavra, encontra-se o substantivo latino *colere*, que significa "cultivar". A acepção original estava diretamente associada ao cultivo dos campos para plantação, de onde se extrai a palavra "agricultura", utilizada até os dias de hoje.

Kroeber identificou que a cultura é um elemento "superorgânico", pois não se resume ao domínio biológico, embora determine o comportamento do indivíduo de forma mais concreta do que a própria herança genética. Assim, o homem age mais de acordo com sua cultura do que com seu instinto. Além disso, o ser humano consegue se adaptar aos diversos ambientes biológicos, por isso foi capaz de romper as barreiras das diferenças ambientais e transformar toda a terra em seu *habitat*. A cultura se mostra, portanto, um mecanismo adaptativo e, ao mesmo tempo, cumulativo do ser humano, por permitir que as invenções e os aprendizados sejam transmitidos e acumulados de geração em geração, ao longo da história.

O polonês Bronislaw Malinowski (1884-1942) foi mais radical. Em sua concepção, só é possível compreender uma cultura quando se é um integrante dela. O entendimento do sistema cultural, dos significados e dos valores só é possível "de dentro". Malinowski é o criador da etnografia moderna, que propõe a inserção do pesquisador no interior da cultura a ser pesquisada, para que seus relatos e suas análises sejam acompanhados da visão de um membro inerente à cultura e se preservem o tanto quanto possível da sobreposição de valores externos.

Roberto DaMatta , antropólogo brasileiro, também se dedicou ao tema da cultura. Para ele, a cultura é uma espécie de mapa, um código, um receituário por meio do qual as pessoas, vinculadas a um grupo determinado, estudam, pensam modificam e classificam o mundo e a si mesmas.

A antropóloga culturalista estadunidense Ruth Benedict (1887-1948) resume a importância da cultura numa das metáforas mais expressivas: "A cultura é a lente pela qual nós vemos a realidade". Isto é, não existe percepção da realidade desvinculada dos valores adquiridos durante o processo de socialização com o grupo no qual vivemos. De forma mais radical, sequer é possível falar em humanidade sem cultura.

Como exemplo destas diferenças culturais em atos que podem ser classificados como naturais, Mauss cita ainda as técnicas do nascimento e da obstetrícia. Segundo ele, "Buda nasceu estando sua mãe, Mãya, agarrada, reta, a um ramo de árvore. Ela deu à luz em pé. Boa parte das mulheres da Índia ainda dão à luz desse modo". Para nós, a posição normal é a mãe deitada sobre as costas, e entre os Tupis e outros índios brasileiros a posição é de cócoras. Em algumas regiões do meio rural existiam cadeiras especiais para o parto sentado. Entre estas técnicas pode-se incluir o chamado parto sem dor e provavelmente muitas outras modalidades culturais que estão à espera de um cadastramento etnográfico. Dentro de uma mesma cultura, a utilização do corpo é diferenciada em função do sexo. As mulheres sentam, caminham, gesticulam, etc., de maneiras diferentes das do homem [...]. Resumindo, todos os homens são dotados do mesmo equipamento anatômico, mas a utilização do mesmo, ao invés de ser determinada geneticamente (todas as formigas de uma dada espécie usam seus membros uniformemente), depende de um aprendizado e este consiste na cópia de padrões que fazem parte da herança cultural do grupo.

LARAIA, R. B. *Cultura*: um conceito antropológico. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001. p. 70-71.

Aceitando a definição ampla de Tylor, é possível identificar algumas características desse componente social. Logo, a cultura

- condiciona a visão de mundo. Assim, ela molda a forma como enxergamos a realidade, identificando quem é o “nós” e quem são os “outros”;
- interfere no plano biológico. A nossa estrutura biológica é moldada pela nossa cultura, seja pela alimentação, seja pela estética ou pela intervenção médica;
- é adquirida, pois envolve invenção e transmissão por meio do processo de socialização;
- é essencialmente simbólica, já que os símbolos e os significados são compartilhados pelas pessoas que a integram;
- é dinâmica. As culturas não são estáticas; elas encontram-se num contínuo processo de adaptação e mudança, motivado tanto por necessidades internas quanto por trocas culturais com outras culturas;
- é cumulativa. A cultura é transmitida de geração em geração e é modificada pelas gerações mais recentes, que partem do que já está consolidado anteriormente;
- não é uniforme, pois os indivíduos pertencentes a uma cultura não se relacionam com ela de forma homogênea;
- é totalizante. Ela abarca todos os aspectos da vida individual e coletiva, como valores, comportamentos, tendências e normas;
- as culturas são diversificadas. Existem inúmeras culturas e todas possuem valor intrínseco;
- não há culturas inferiores ou superiores. Há muito tempo foi abolida a ideia de superioridade cultural, que estava motivada pelo desejo de predomínio racial europeu ao longo dos séculos XIX e XX.

Etnografia

Inicio por um lugar comum: como todos sabemos, a etnografia é a ideia-mãe da Antropologia, ou seja, não há Antropologia sem pesquisa empírica. A empiria – eventos, acontecimentos, palavras, textos, cheiros, sabores, tudo que nos afeta os sentidos – é o material que analisamos e que, para nós, não são apenas dados coletados, mas questionamentos, fonte de renovação. Não são “fatos sociais”, mas “fatos etnográficos”, como nos alertou Evans-Pritchard em 1950. [...] A primeira e mais importante qualidade de uma boa etnografia reside, então, em ultrapassar o senso comum quanto aos usos da linguagem. Se o trabalho de campo se faz pelo diálogo vivido que, depois, é revelado por meio da escrita, é necessário ultrapassar o senso comum ocidental que acredita que a linguagem é basicamente referencial. Que ela apenas “diz” e “descreve”, com base na relação entre uma palavra e uma coisa. Ao contrário, palavras fazem coisas, trazem consequências, realizam tarefas, comunicam e produzem resultados. E palavras não são o único meio de comunicação: silêncios comunicam. Da mesma maneira, os outros sentidos (olfato, visão, espaço, tato) têm implicações que necessitam ser avaliadas e analisadas. Dito de outra forma, é preciso colocar no texto – em palavras sequenciais, em frases que se seguem umas às outras, em parágrafos e capítulos – o que foi ação vivida. Este talvez seja um dos maiores desafios da etnografia – e não há receitas preestabelecidas de como fazê-lo.

PEIRANO, M. Etnografia não é método. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, v. 20, n. 42, p. 377-391, jul. / dez. 2014.

CULTURA TRADICIONAL, CULTURA ERUDITA E CULTURA DE MASSA

Estandartes, instrumentos e acessórios são típicos da cultura popular brasileira.

A origem do termo “cultura popular” nos remete à divisão entre *kultur* e *civilization* proposta pelos intelectuais alemães, ainda na segunda metade do século XVIII. A diferença entre *kultur* e *civilization* foi importante para separar os hábitos e costumes das camadas dominantes da sociedade alemã, como os nobres e os aristocratas, em relação às demais. Entre as principais manifestações da cultura popular ou tradicional encontram-se o folclore, as crenças, o artesanato, as práticas alimentares, as tradições, os usos e costumes, os valores morais e a linguagem.

Naquele período, as manifestações culturais das pessoas que viviam no campo eram tidas como mais “autênticas” e “puras” se comparadas aos costumes das classes que viviam na cidade, uma vez que estas estavam permeadas pelos costumes próprios das sociedades industriais. A cultura popular era marcada pela oralidade e informalidade, ao contrário da cultura erudita, que era marcada pelo letramento, pelo embasamento na ciência e racionalidade, nos moldes do pensamento iluminista.

A **cultura popular ou tradicional** é definida como o conjunto de manifestações, valores, comportamentos, saberes e crenças que são originais de um grupo social, contribuindo para formar sua identidade cultural e fazendo parte da sua história.

A cultura popular ou tradicional particulariza um povo, atribui a ele história e personalidade, insere-o em um contexto histórico específico e dá sentido à sua existência. A cultura popular surge das tradições e dos costumes de um povo e está intimamente associada à sua história, garantindo profundidade de vínculo entre o indivíduo, o grupo e a sua cultura.

Porém, cabe observar que a expressão "cultura popular" também recebeu outras denotações ao longo do tempo, sendo associada às manifestações das classes mais baixas, o "povo". Essa associação entre cultura e classe é fundamental para compreendermos a noção de **cultura erudita**, que visa distinguir e classificar algumas manifestações e bens culturais como superiores, mais sofisticados que outros. Por isso, a expressão "cultura erudita" faria referência a um certo tipo de cultura que é considerado mais elaborado e está fortemente associada à estrutura de poder predominante na sociedade. Vimos anteriormente que o termo "cultura" passou a ser utilizado num contexto de mudança de poder da aristocracia para a burguesia no século XVIII, mas a maior parte das referências de valores e comportamentos da burguesia estava ligada à nobreza e à aristocracia, a quem ela tentava "imitar". Por isso, boa parte do que chamamos de cultura, no senso comum, ainda permanece ligado às grandes artes aristocráticas dos séculos XVIII e XIX: pintura, escultura, dança, música erudita (orquestra), poesia. A noção de cultura erudita define, em geral, os bens culturais que são valorizados pela classe dominante e se opõe à noção de cultura popular (entendida como cultura das classes baixas).

Ainda no que tange ao tema, convém ressaltar outro aspecto muito importante, que é o que diz respeito à **cultura de massa**. Tende a se apropriar de parte da cultura popular (inclusive de aspectos tradicionais) e a transformá-la em objeto de consumo, seguindo a lógica do capitalismo de mercado. Nesse sentido, a noção de cultura de massa confere mais dinamismo e complexidade ao debate sobre cultura, por esse motivo, será abordada de forma mais específica no próximo capítulo.

É inegável a relação, bastante próxima, que a cultura popular possui com a vida cotidiana das camadas mais pobres da população. No entanto, não devemos esquecer que a dicotomia rígida entre cultura letrada e cultura popular, tal qual proposta pelos pensadores alemães, deve ser relativizada no contexto atual. O fato de a cultura popular ser própria das classes dominadas, se pensarmos em termos de poderio econômico no atual estágio do capitalismo, não quer dizer que seja uma cultura que deva ser compreendida pela perspectiva da falta. Isso quer dizer que ela não deve ser compreendida como uma versão defasada da chamada cultura erudita, ou em um estágio que um dia alcançará o patamar de cultura "oficial".

O que devemos ter em mente é que "culturas dominantes" e "culturas dominadas" são termos que denotam realidades culturais que estão sempre em relação. Nunca podemos dizer que um determinado aspecto da cultura é essencialmente popular ou essencialmente erudito. O que lhes dá esse tipo de significação é justamente a disputa de poder entre os grupos sociais para significá-los. Qualquer forma de hierarquia social no plano político ou econômico ensejará também uma hierarquia no plano cultural. No entanto, o dinamismo da cultura permite um alto fluxo entre os diversos âmbitos culturais, o que torna definições como cultura popular e cultura erudita sujeitas a grandes variações.

As noções de folclore e de cultura popular, e com elas os fatos culturais que designam, são produtos históricos. Resultam de um longo processo, que atravessa a Idade Moderna ocidental, de afastamento das elites europeias de um universo cultural amplo do qual até então também participavam. O discurso sobre a cultura popular ganhou seus contornos atuais no momento em que se reconheceu a existência de uma distância entre o saber das elites e o saber do "povo". O propiciador dessa novidade foi o Romantismo, poderosa corrente de pensamento que se desenvolveu a partir da Europa na segunda metade do século XVIII. Valorizando a diferença e a particularidade, o Romantismo associou-se aos movimentos nacionalistas europeus em oposição ao ideal de uma razão intelectual universal valorizado pelo Iluminismo.

Na visão romântica, o povo seria o elemento primitivo, comunitário e autêntico, encontrado, sobretudo, no mundo rural. O folclore e a cultura popular abrigariam nostalgicamente a totalidade integrada da vida com o mundo, rompida no mundo moderno. Nessa perspectiva, folclore / cultura popular e cultura de elite opõem-se, ainda que de modo complementar. A questão pode tornar-se ainda mais complexa se introduzirmos nesse quadro de reflexão o grande demônio corruptor geralmente denominado cultura de massa, com relação ao qual ambos os níveis de cultura – popular ou de elite – exibiriam uma aura de relativa pureza. Com essa observação, podemos também imediatamente perceber como toda essa discussão está perpassada por valores morais geralmente preconcebidos.

Na atualidade, o modelo interpretativo "de duas camadas" (cultura popular / folclore versus cultura de elite) está unanimemente superado, e mesmo estudiosos e pesquisadores que se veem filiados à tradição romântica, são unânimes em afirmar que [...] as culturas do "povo" e as culturas das elites são variadas [...] e que a fronteira entre elas é imprecisa e permeável. Por isso, mesmo a atenção analítica deve se concentrar não na oposição, mas na interação existente entre níveis e circuitos culturais distintos. [...]

CAVALCANTI, Maria Laura Viveiros de Castro. *Entendendo o folclore e a cultura popular*. Rio de Janeiro. Disponível em: <http://www.cnfcp.gov.br/interna.php?ID_Secao=100>. Acesso em: 13 set. 2018.

É importante perceber que as distinções entre cultura tradicional, cultura de massa e cultura erudita não são absolutas nem estanques. Ao contrário, é cada vez mais comum que essas noções estejam misturadas e apresentem-se de forma mais complexa quando analisamos fenômenos culturais contemporâneos.

Novos estudos trouxeram mais elementos para pensar a questão cultural, como as noções de **capital cultural** e **capital simbólico**, desenvolvidas pelo sociólogo francês Pierre Bourdieu, na década de 1960. Para ele, a quantidade e o tipo de manifestações culturais que são assimiladas pelos indivíduos estão intimamente associados (mesmo que não exclusivamente) ao capital econômico que possuem, o que faz com que a cultura seja também utilizada como instrumento de poder.

Além disso, a perspectiva dos **Estudos Culturais** e dos **Estudos Pós-Coloniais**, a partir da década de 1960, passaram a evidenciar como as dinâmicas de poder afetam de forma decisiva as permanências e as mudanças culturais, gerando um amplo debate sobre os diferentes impactos que os processos de colonização trouxeram para as culturas das sociedades colonizadas (especialmente nas Américas e na África). Por exemplo, o crítico literário palestino Edward Said (1935-2003), em seu livro *Orientalismo* (1979), demonstrou como a visão que se difundiu no Oriente (no Oriente Médio, principalmente) foi moldada e distorcida pelo olhar europeu, conforme seus preconceitos e estereótipos. O mesmo pode ser dito de todas as culturas que passaram pelo processo de colonização, como as culturas dos povos africanos e da Oceania. A partir da década de 1960, falar de cultura implica, necessariamente, falar de poder político-econômico, de discriminação racial, de desigualdade de gênero e de classe.

ANTROPOLOGIA E CULTURA NO BRASIL

Em razão da grande diversidade cultural dos povos nativos, o Brasil atraiu os olhares de antropólogos do mundo todo, interessados em desvendar os segredos da diversidade das culturas humanas. Desde o século XVII, foram muitos os naturalistas que chegaram, ao território brasileiro, para registrar em textos e imagens os usos e costumes dos povos indígenas.

Porém, a Antropologia, no Brasil, só se alavanca de fato após as expedições do Marechal Cândido Rondon, nas décadas de 1930 e 1940, com a missão de desbravar e integrar todo o território nacional. A partir delas é que os povos que haviam resistido e escapado ao genocídio colonial e à catequese eclesiástica foram contatados. A pretensão do governo Vargas – sob o qual boa parte das expedições se realizou – era a de unificar o território sob o prisma de uma única cultura nacional brasileira. A concepção vigente, nesse período, era a evolucionista, que via o índio como um “atrasado” que precisava ser “civilizado”. Assim, os índios deveriam abandonar gradativamente sua cultura “primitiva” em nome de uma cultura considerada superior: de matriz cristã, branca-europeia, capitalista e urbana.

A partir da década de 1940, a antropologia brasileira passou a ser influenciada principalmente pelo culturalismo, de Franz Boas, e pelo estruturalismo, de Claude Lévi-Strauss. Nesse contexto, destacam-se também nomes como os de Orlando e Cláudio Villas Bôas, cujo trabalho junto a vários grupos de indígenas amazônicos foi fundamental para a mudança de uma compreensão integracionista – típica do evolucionismo – para uma compreensão preservacionista, que vai ser predominante na FUNAI e na demarcação de terras indígenas; o de Gilberto Freyre e seus estudos sócio-históricos em *Casa-grande e senzala*, *Sobrados e mucambos*, entre outros muitos livros sobre a miscigenação como origem da cultura brasileira; o de Darcy Ribeiro com seus estudos sobre a formação cultural do Brasil a partir do hibridismo de três matrizes, culturais diferentes, apresentados no livro *O povo brasileiro*; o de Luís da Câmara Cascudo e seu esforço de pesquisa e catalogação de práticas culturais, alimentos, folclore e mitos regionais brasileiros; e, mais recentemente, o de Eduardo Viveiros de Castro com sua obra *A inconstância da alma selvagem*, em que estuda de forma detalhada diversas manifestações culturais de povos indígenas atuais.

A Antropologia foi se desenvolvendo e criando novas áreas de estudo não só ligadas às populações “exóticas”, mas também tomando por objeto a vida urbana das grandes cidades. Após a década de 1970, além de olhar para “o outro de fora”, também passou a se interessar pelos muitos “outros” que estão “dentro” e para o “nós”. Um dos ramos mais interessantes é o da antropologia urbana, no qual se destaca o antropólogo carioca Gilberto Velho (1945-2012), considerado um dos pioneiros dos estudos sobre as complexas relações entre indivíduo, sociedade e modo de vida urbano. Velho chama a atenção para as práticas culturais que nos são “familiares”, mas que ocultam significados, histórias e relações que merecem maior atenção. Dedicou-se a estudar fenômenos como a violência nos grandes centros urbanos, as práticas culturais de grupos juvenis, o individualismo, o consumismo e as relações familiares.

Um dos teóricos de maior destaque na antropologia urbana contemporânea é o cientista político e antropólogo fluminense Luiz Eduardo Soares (1954-), coautor do famoso livro *Elite da Tropa* (2005), que inspirou os filmes *Tropa de Elite 1* (2007) e *Tropa de Elite 2* (2010), dirigidos por José Padilha. Luiz Eduardo Soares, em seus estudos sobre as relações entre a violência, a criminalidade, a mídia e o Estado, destaca como o próprio poder político corrompido produz e sustenta a criminalidade, explicitando também como a mídia contribui para alimentar o espetáculo da violência urbana.

O antropólogo Roberto DaMatta (1936-), atualmente professor do Museu Nacional do Rio de Janeiro, buscou compreender diversas formas culturais que se instauram no meio urbano brasileiro: o Carnaval, a figura do malandro, o jeitinho brasileiro e a prática do “você sabe com quem está falando?”. Consagrou-se com obras como *Carnavais, malandros e heróis* (1979) e *A casa e a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil* (1984).

INTÉRPRETES DO BRASIL

Até o início do século XX, não havia uma sociologia propriamente brasileira. As teorias que vigoravam aqui eram aquelas desenvolvidas em solo europeu, aplicadas com poucas adaptações ou modificações. Havia grande aceitação, principalmente, das doutrinas do racismo científico (racialismo), como o evolucionismo social, o darwinismo social e a eugenia, adotadas como modelos de explicação para a sociedade brasileira.

A partir dos pressupostos racialistas, a "culpa" do atraso brasileiro, em relação às civilizadas nações europeias, era dos componentes negros e indígenas em nosso sangue e em nossa cultura. Autores consagrados como Monteiro Lobato e Euclides da Cunha, bem como pensadores sociais como Oliveira Viana e Raimundo Nina Rodrigues expressavam essa visão eurocêntrica e apoiavam causas eugenistas, como os incentivos governamentais para a imigração europeia no país, com a finalidade de "embranquecê-lo".

No entanto, o movimento estético-cultural do Romantismo, com sua pretensão nacionalista nos finais do século XIX, assim como o Modernismo, inaugurado em 1922, trouxeram um novo olhar sobre a configuração étnico-cultural brasileira. Em vez de criticar os elementos não europeus, inicia-se uma busca pela identidade própria do brasileiro, a nossa "brasilidade". Essa brasilidade passará a ser fortemente associada à mestiçagem (ou miscigenação).

O surgimento da Sociologia como disciplina científica no Brasil, na década de 1930, está imbuída dessa leitura que busca, ao mesmo tempo, identificar a "brasilidade" e valorizá-la. É o caso de Gilberto Freyre (1900-1987), que se dedicou a estudar a formação histórico-social do Brasil desde o período colonial e foi o primeiro grande defensor da mestiçagem como sendo a grande contribuição do Brasil para o mundo. Sua obra-prima, *Casa-grande e senzala*, publicada em 1932, tornou-se um dos marcos do nascimento da Sociologia do país e um dos ícones da interpretação da sociedade brasileira.

O historiador e diplomata Sérgio Buarque de Holanda (1902-1982), pai do músico Chico Buarque, inspirou-se em Freyre e propôs uma das teses mais debatidas nas ciências sociais: a tese do Homem Cordial. Para Holanda, uma das características mais marcantes da "alma" brasileira (leia-se, dos comportamentos culturais brasileiros) teria sido desenvolvida a partir da influência do modo de ser ibérico (lusitano), que tende a valorizar mais a emoção do que a razão. Em seu livro *Raízes do Brasil* (1936), Holanda defende que o brasileiro seria "cordial", isto é, submetido ao coração: paixões, afetos, empatia e humor. Por isso, tenderia a valorizar mais as relações familiares e afetivas do que a frieza das leis; daria mais importância ao domínio privado do que ao público; seria mais afeito à aventura do que ao planejamento calculista e racional. Por esse motivo, seria tão festivo e hospitaleiro – características destacadas por todos os estrangeiros que chegam por aqui.

A tese do Homem Cordial foi a base de explicação para muitos comportamentos culturais vistos no país, como a malandragem, o "jeitinho brasileiro" e a própria corrupção. Inspirou muitos teóricos posteriores na tentativa de compreender as manifestações culturais brasileiras. O antropólogo carioca Roberto DaMatta, por exemplo, parte dessa categoria para analisar a cultura brasileira, em seu livro *Carnavais, malandros e heróis*, na tentativa de decodificar os modos de navegação social que são socialmente validados na nossa cultura.

As teorias de Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda sofreram muitas críticas, ligadas principalmente ao reducionismo, ao essencialismo e à generalização, mas são importantes pelo esforço de compreensão, pela influência que exerceram e pelo debate que geraram posteriormente.

DARCY RIBEIRO E O POVO BRASILEIRO

Um dos nomes mais importantes dos estudos antropológicos do Brasil é o do mineiro Darcy Ribeiro (1922-1997), natural de Montes Claros. Seus estudos etnográficos se iniciam na esteira dos Irmãos Villas Bôas e buscam encontrar os traços da "brasilidade" por meio da miscigenação de três matrizes culturais básicas: indígenas (matriz tupi), portugueses (matriz lusitana) e africanos (matriz africana). Dessas três matrizes, postas em contato físico, econômico e cultural, por meio da colonização, é que resultou na intensa mestiçagem étnico-racial e cultural que caracteriza o povo brasileiro. Em sua obra prima intitulada *O povo brasileiro*, publicada ao fim de sua vida, em 1997, Darcy Ribeiro mostra como esse caldeirão cultural foi marcado tanto por relações amistosas quanto por conflitos, violência e relações de dominação. No entanto, a despeito de tudo isso (ou por causa de tudo isso), a cultura brasileira se revela ímpar em inúmeros aspectos, pelo fato de elementos culturais muito diversos terem encontrado solo para que integrassem e se tornassem parte de uma cultura híbrida e ressignificada.

PATRIMÔNIO CULTURAL MATERIAL E IMATERIAL

A cultura material consiste em toda a sorte de artefatos, objetos, instrumentos, construções, obras arquitetônicas, utensílios que são produzidos no interior de uma determinada cultura e que se distinguem por serem concretos, tangíveis. Uma igreja histórica, uma arma de guerra ou um utensílio doméstico podem ser considerados exemplos de materiais da cultura.

Já a cultura imaterial se refere a elementos que não são tangíveis, isto é, que se caracterizam pela sua abstração. Os bens culturais imateriais estão relacionados aos saberes, às habilidades, às crenças, às práticas, ao modo de ser das pessoas. Dessa forma, podem ser considerados bens imateriais: conhecimentos enraizados no cotidiano das comunidades; manifestações literárias, musicais, plásticas, cênicas e lúdicas; rituais e festas que marcam a vivência coletiva da religiosidade, do entretenimento e de outras práticas da vida social.

O patrimônio cultural designa o conjunto de bens materiais ou imateriais que são considerados de interesse para a coletividade, por resguardarem a identidade cultural de um grupo social. No Brasil, o órgão responsável pela conservação patrimonial é o IPHAN (Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional).

São exemplos do Patrimônio Imaterial brasileiro: o queijo de Minas Gerais; o frevo e o maracatu de Pernambuco; o ofício das paneleiras do Espírito Santo; o samba de raiz do Rio de Janeiro; o Ofício das Baianas do Acarajé da Bahia; a viola de cocho do Mato Grosso. São exemplos do patrimônio material brasileiro: as igrejas do centro histórico de Ouro Preto, em Minas Gerais; os Arcos da Lapa, no Rio de Janeiro; o Convento Beneditino de São Paulo; o Pelourinho, em Salvador; o Cristo Redentor carioca.

VOCÊ TEM CULTURA?

Outro dia ouvi uma pessoa dizer que “Maria não tinha cultura”, era “ignorante dos fatos básicos da política, economia e literatura”. Uma semana depois, no museu onde trabalho, conversava com alunos sobre “a cultura dos índios Apinayé de Goiás”, que havia estudado de 1962 até 1976, quando publiquei um livro sobre eles (*Um mundo dividido*). Refletindo sobre os dois usos de uma mesma palavra, decidi que esta seria a melhor forma de discutir a ideia ou o conceito de cultura tal como nós, estudantes da sociedade, a concebemos. Ou, melhor ainda, apresentar algumas noções sobre a cultura e o que ela quer dizer, não como uma simples palavra, mas como uma categoria intelectual, um conceito que pode nos ajudar a compreender melhor o que acontece no mundo à nossa volta.

Retomemos os exemplos mencionados porque eles encerram os dois sentidos mais comuns da palavra. No primeiro, usa-se cultura como sinônimo de sofisticação, de sabedoria, de educação no sentido restrito do termo. Quer dizer, quando falamos que “Maria não tem cultura”, e que “João é culto”, estamos nos referindo a um certo estado educacional destas pessoas, querendo indicar com isto sua capacidade de compreender ou organizar certos dados e situações. Cultura aqui é equivalente a volume de leituras, a controle de informações, a títulos universitários e chega até mesmo a ser confundida com inteligência, como se a habilidade para realizar certas operações mentais e lógicas (que definem de fato a inteligência) fosse algo a ser medido ou arbitrado pelo número de livros que uma pessoa leu, as línguas que pode falar, ou aos quadros e pintores que pode, de memória, enumerar. Como uma espécie de prova desta associação, temos o velho ditado informando que “cultura não traz discernimento”... ou inteligência, como estou discutindo aqui. Neste sentido, cultura é uma palavra usada para classificar as pessoas e, às vezes, grupos sociais, servindo como uma arma discriminatória contra algum sexo, idade (“as gerações mais novas são incultas”), etnia (“os pretos não tem cultura”) ou mesmo sociedades inteiras, quando se diz que “os franceses são cultos e civilizados” em oposição aos americanos, que são “ignorantes e grosseiros”. Do mesmo modo, é comum ouvir-se referências à humanidade, cujos valores seguem tradições diferentes e desconhecidas, como a dos índios, como sendo sociedades que estão “na Idade da Pedra” e se encontram em “estágio cultural muito atrasado”. A palavra “cultura”, enquanto categoria do senso-comum, ocupa, como vemos, um importante lugar no nosso acervo conceitual, ficando lado a lado de outras, cujo uso na vida cotidiana é também muito comum. Estou me lembrando da palavra “personalidade” que, tal como ocorre com a palavra “cultura”, penetra o nosso vocabulário com dois sentidos bem diferenciados. No campo da Psicologia, personalidade define o conjunto dos traços que caracterizam todos os seres humanos. É aquilo que singulariza todos e cada um de nós como uma pessoa diferente, com interesses, capacidades e emoções particulares. Mas, na vida diária, personalidade é usada como um marco para algo desejável e invejável de uma pessoa. Assim, certas pessoas teriam “personalidade”, outras não! É comum se dizer que “João tem personalidade” quando de fato se quer indicar que “João tem magnetismo”, sendo uma pessoa “com presença”. Do mesmo modo, dizer que “João não tem personalidade” quer apenas dizer que ele não é uma pessoa atraente ou inteligente.

Mas, no fundo, todos temos personalidade, embora nem todos possamos ser pessoas belas ou magnetizadoras como um artista da Novela das Oito. Mesmo uma pessoa “sem personalidade” tem, paradoxalmente, personalidade na medida em que ocupa um espaço social e físico e tem desejos e necessidades. Pode ser uma pessoa sumamente apagada, mas ser assim é precisamente o traço marcante de sua personalidade.

No caso do conceito de cultura, ocorre o mesmo, embora nem todos saibam disso. De fato, quando um antropólogo social fala em “cultura”, ele usa a palavra como um conceito chave para a interpretação da vida social. Porque para nós ‘’cultura” não é simplesmente um referente que marca uma hierarquia de “civilização”, mas a maneira de viver total de um grupo, sociedade, país ou pessoa. Cultura é, em Antropologia Social e Sociologia, um mapa, um receituário, um código através do qual as pessoas de um dado grupo pensam, classificam, estudam e modificam o mundo e a si mesmas.

[...]

O conceito de cultura, ou a cultura como conceito, então, permite uma perspectiva mais consciente de nós mesmos. Precisamente porque diz que não há homens sem cultura e permite comparar culturas e configurações culturais como entidades iguais, deixando de estabelecer hierarquias em que inevitavelmente existiriam sociedades superiores e inferiores. Mesmo diante de formas culturais aparentemente irracionais, cruéis ou pervertidas, existe o homem a entendê-las – ainda que seja para evitá-las, como fazemos com o crime –; é uma tarefa inevitável que faz parte da condição de ser humano e viver num universo marcado e demarcado pela cultura. Em outras palavras, a cultura permite traduzir melhor a diferença entre nós e os outros e, assim fazendo, resgatar a nossa humanidade no outro e a do outro em nós mesmos. Num mundo como o nosso, tão pequeno pela comunicação em escala planetária, isso me parece muito importante. Porque já não se trata somente de fabricar mais e mais automóveis, conforme pensávamos em 1950, mas desenvolver nossa capacidade para enxergar melhores caminhos para os pobres, os marginais e os oprimidos. E isso só se faz com uma atitude aberta para as formas e configurações sociais que, como revela o conceito de cultura, estão dentro e fora de nós.

Num país como o nosso, onde as formas hierarquizantes de classificação cultural sempre foram dominantes, onde a elite sempre esteve disposta a autoflagelar-se dizendo que não temos uma cultura, nada mais saudável do que esse exercício antropológico de descobrir que a fórmula negativa – esse dizer que não temos cultura – é, paradoxalmente, um modo de agir cultural que deve ser visto, pesado e talvez substituído por uma fórmula mais confiante no nosso futuro e nas nossas potencialidades.

Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4254059/mod_resource/content/1/voce%20tem%20cultura.pdf>. Acesso em: 23 ago. 2018.

SOCIOLOGIA

EXERCÍCIOS PROPOSTOS

01. IJ9A (UFU-MG) Dentre as várias interpretações sobre a brasilidade, destaca-se aquela que atribui a nós, brasileiros, os recursos do jeitinho, da cordialidade e da malandragem.

De acordo com as leituras weberianas aplicadas à realidade brasileira (por autores tais como: Sérgio Buarque de Holanda, Gilberto Freyre, Roberto DaMatta), a malandragem significaria

A) a manifestação prática do processo de miscigenação que combinou elementos genéticos pouco inclinados ao trabalho.

B) a consagração do fracasso nacional representado pela incapacidade de desenvolver formas capitalistas de relações sociais.

C) a inovação de um estilo especial de se resolver os próprios problemas, que tem sua origem nas tradições ibéricas.

D) a materialização da oposição popular ao trabalho e ao imperialismo europeu, como característica de resistência de classe.

02. (UENP-PR) Na madrugada de 1º de novembro de 2009, morre na França o etnólogo e antropólogo Claude Lévi-Strauss aos 101 anos de idade. Sua morte teve grande repercussão no Brasil, sobretudo porque foi um dos primeiros professores de Sociologia da Universidade de São Paulo, logo na sua fundação, tendo feito várias expedições ao Brasil Central. Seu pensamento influenciou gerações de filósofos, antropólogos e sociólogos. É correto afirmar:

A) A corrente estruturalista, da qual Lévi-Strauss é o principal teórico, surgiu na década de 40 com uma proposta diferente do funcionalismo, predominante até então. O funcionalismo se preocupava com o funcionamento de cada sociedade e em saber como as coisas existiam na sua função social. O estruturalismo queria saber do trabalho intelectual. Olhar para os povos indígenas e buscar uma racionalidade e uma reflexão propriamente nativa.

B) Lévi-Strauss não encontrou evidências de que os povos nativos desenvolvessem um pensamento selvagem nem que ocorresse a passagem de homem natural para o homem cultural entre os povos indígenas.

C) Lévi-Strauss acreditava que o homem não é uma espécie transitória e sugeriu uma visão essencialista do ser humano, já que o mundo existe quando o homem o interpreta, chegando a afirmar, em várias passagens, que "o mundo começou com o homem e vai terminar com ele".

D) Lévi-Strauss concorda com Sartre que não existe oposição entre sociedades com história e sociedades sem história, sendo que isso é demonstrando pela Sociologia e pela etnografia contemporâneas ao constatarem que toda sociedade se desenvolve no curso de uma história específica.

E) Não pode ser atribuído ao legado de Lévi-Strauss o respeito ao pensamento dos chamados povos primitivos, em especial dos povos indígenas da América, pelas diferenças culturais e pela diversidade, sem as quais a criatividade humana cessa e, por tudo que há no mundo, antes e depois da passagem do humano pela Terra.

03. (UFPA) Sobre patrimônio material e imaterial no Brasil, é correto afirmar:

A) As práticas e expressões culturais, para serem consideradas como bens imateriais, devem apresentar associação entre os objetos, artefatos e os lugares onde são desenvolvidas.

B) O Palacete Pinho, o Parque Zoobotânico do Museu Emilio Goeldi e o Complexo do Ver-o-Peso são considerados como patrimônios imateriais do Brasil por resguardarem a memória dos povos indígenas.

C) Os recursos naturais são bens culturais de patrimônio imaterial, por isso é grande o risco de desaparecerem caso não sejam preservados por políticas sociais.

D) O Ofício das Baianas de Acarajé agrega diferentes classes socioeconômicas, promovendo a equidade e a justiça social, e é caracterizado apenas como patrimônio material.

E) Os bens materiais têm que apresentar uma prática cultural regular tal como ocorre, por exemplo, com o Círio de Nossa Senhora de Nazaré, com o Complexo Cultural do Bumba meu boi do Maranhão e com a Roda de Capoeira.

04. (UFU-MG) Leia o texto e o comentário apresentados a seguir:

Apesar da existência de tendências gerais constatáveis nas histórias das sociedades, não é possível estabelecer sequências fixas capazes de detalhar as fases por que passou cada realidade cultural. Cada cultura é o resultado de uma história particular, e isso inclui também suas relações com outras culturas, as quais podem ter características bem diferentes.

SANTOS, José Luiz dos. *O que é cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1983. p. 12.

Santos argumenta, ainda, que não se pode relacionar e comparar sociedades e culturas segundo critérios vigentes apenas em uma delas, quando investigamos suas realizações culturais.

Com base nesses argumentos, assinale a alternativa correta quanto às seguintes afirmações:

I. O conceito de evolução nas Ciências Sociais é relativo a experiências históricas diversas e não deve servir à hierarquização das sociedades por fases sucessivas de desenvolvimento a partir de critérios e sequências etnocêntricas.

II. O desenvolvimento das forças produtivas é o critério de evolução mais aceito em todas as teorias das Ciências Sociais e, por isso, tem validade científica irrefutável como bem o demonstra Max Weber.

III. As fases de desenvolvimento cultural de cada sociedade particular podem ser percebidas, comparadas e avaliadas quando vemos os processos de imitação e reprodução cultural, que levam as culturas subdesenvolvidas ao desenvolvimento.

IV. Sem afrontar os argumentos do texto, podemos aceitar pelo menos que o sedentarismo e o nomadismo são experiências sequenciais do desenvolvimento de todas as sociedades e culturas do planeta, tal como provam os historiadores.

A) Apenas I é correta.

B) II, III e IV são corretas.

C) I, II e III são corretas.

D) Apenas III é correta.

05. (UFG-GO–2014) Leia a receita apresentada a seguir:

Tacacá

2 litros de tucupi temperado

4 dentes de alho

4 pimentas de cheiro

4 maços de jambu

1/2 kg de camarão

1/2 xícara de goma de mandioca

Sal a gosto

Modo de servir: muito quente, em cuias, temperado com pimenta.

Disponível em: <www.receitastipicas.com/receita/tacaca.html>. Acesso em: 09 set. 2013.

Comer é um ato social, histórico, geográfico, religioso, econômico e cultural. O preparo dos alimentos, a escolha dos ingredientes e a maneira de servir identificam um grupo social e ajudam a estabelecer uma identidade cultural. Essa receita, "Tacacá", comida muito apreciada na culinária paraense, demonstra

A) uma interação cultural, com a incorporação de ingredientes advindos de tradições culinárias distintas.

B) um modo de preparo espontâneo, associado aos padrões culinários da colônia.

C) um modelo ritualista de servir, vinculado ao formalismo religioso africano.

D) um modo de utilizar os ingredientes provenientes do extrativismo, associado ao nomadismo dos quilombos.

E) uma imposição de identidade cultural, pelo uso de produtos cultivados em áreas sertanejas.

06. (UFPA) A cultura popular corresponde às práticas cultivadas de maneira tradicional porque

A) está relacionada à tradição oral, coletiva e, muitas vezes, é marcada pela relação das pessoas com seu ambiente.

B) atinge simultaneamente as pessoas pelos meios de comunicação eletrônica, como ocorre, por exemplo, nos programas de rádio.

C) sua forma de difusão é a escrita, repassada de geração a geração desde tempos remotos.

D) representa a cosmovisão das classes tradicionalmente dominantes.

E) é comercializada e consumida em larga escala devido às atuais técnicas de reprodução.

07. (Unesp–2017)

Texto 1

O ministro Ricardo Lewandowski, do Supremo Tribunal Federal (STF), negou pedido de juiz do Rio de Janeiro que reivindica que a Justiça obrigue os funcionários do prédio onde esse juiz mora a chamá-lo de "senhor" ou de "doutor", sob pena de multa diária. Na ação judicial, o juiz argumenta que foi chamado pelo porteiro do condomínio de "você" e de "cara" e que ouviu a expressão "fala sério!" após ter feito uma reclamação.

OLIVEIRA, M. Ministro do STF nega pedido de juiz que quer ser chamado de "doutor". Disponível em: <http://g1.globo.com>. Acesso em: 22 abr. 2014 (Adaptação).

Texto 2

O "Você sabe com quem está falando?" não parece ser uma expressão nova, mas velha, tradicional, entre nós. Na medida em que as marcas de posição e hierarquização tradicional, como a bengala, as roupas de linho branco, o anel de grau e a caneta-tinteiro no bolso de fora do paletó se dissolvem, incrementa-se imediatamente o uso da expressão separadora de posições sociais para que o igualitarismo formal e legal, mas cambaleante na prática social, possa ficar submetido a outras formas de hierarquização social.

DAMATTA, R. *Carnavais, malandros e heróis*, 1983. (Adaptação).

Considerando a análise do antropólogo Roberto da Matta, o fato descrito no texto 1 pode ser corretamente interpretado como resultante

A) da contradição entre igualitarismo liberal e autoritarismo cultural.

B) da plena assimilação cultural dos ideais iluministas de cidadania.

C) das tendências estatais de controle totalitário da existência cotidiana.

D) da superação das hierarquias sociais pela universalização ética.

E) da hegemonia ideológica da classe operária sobre a classe burguesa.

08. 51XD (UEL-PR) A cultura constitui, portanto, um processo pelo qual os homens orientam e dão significado às suas ações através de uma manipulação simbólica, que é atributo fundamental de toda prática humana. Nesse sentido, toda análise de fenômenos culturais é necessariamente análise da dinâmica cultural, isto é, do processo permanente de reorganização das representações na prática social, representações estas que são simultaneamente condição e produto desta prática.

DURHAM, E. R. A dinâmica cultural da sociedade moderna. *Ensaios de Opinião*, São Paulo, n. 4, p. 13. 1977.

Com base no texto anterior, é correto afirmar que:

A) Cultura significa a manipulação da prática humana que reorganiza e dinamiza os fenômenos sociais.

B) Dinâmica cultural é a reprodução de toda prática humana em fenômenos culturais.

C) Fenômenos culturais são dinâmicos porque são representações de práticas sociais que estão em permanente reorganização.

D) Práticas sociais são dinâmicas porque a cultura é uma manipulação simbólica, sujeita a variações simultâneas de significados por parte dos homens.

E) Dinâmica cultural é a manipulação simultânea de significados simbólicos por parte dos homens.

09. (UFU-MG) Uma das superstições características da cultura popular é a relativa ao mês de agosto, considerado mês de mau agouro, quando nenhuma decisão importante deve ser tomada: não se deve fechar negócios, nem marcar casamentos ou fazer mudanças de qualquer espécie. O jornal *Correio de Uberlândia*, em agosto de 2008, publicou reportagem que atestava mudanças desse comportamento, durante o referido mês, tais como: realizações de casamentos, de mudanças de residências, ou de negócios em andamento ou, ainda, salões de beleza com movimento normal para “mudanças de visual”.

Considerando o enunciado anterior e o conceito antropológico de cultura, marque a alternativa correta.

A) Só há pureza e autenticidade nas manifestações provindas da zona rural, não contaminadas pelas vertiginosas transformações do mundo urbano.

B) As práticas culturais não são congeladas no tempo, são partes integrantes da história e estão em processo de transformação com a própria história.

C) As manifestações culturais populares passam por um processo de descaracterização, pois, para permanecerem autênticas e tradicionais, devem reproduzir integralmente o passado e evitar mudanças.

D) As verdadeiras práticas tradicionais não se alteram com o tempo e são reproduzidas da mesma forma como foram originadas.

10. ZUMB (Unioeste-PR) A respeito dos estudos antropológicos da cultura, assinale o item que melhor responde à pergunta: qual seria sua importância para os homens?

A) Ela serve como um mapa, orientando as ações de indivíduos e povos, no que diz respeito às ideias, saberes e técnicas.

B) Ela é o conjunto formado pelas artes e formação educacional.

C) Na realidade não tem tanta importância, pois ela é apenas uma ideologia.

D) A compreensão da organização social, já que estudar a cultura é o mesmo que estudar a sociedade.

E) Ela proporciona unicamente as capacidades artísticas dos indivíduos e as manifestações destas.

SEÇÃO ENEM

01. (Enem–2017) Uma área de cerca de 101,7 mil metros quadrados, com um pátio ferroviário e uma série de armazéns de açúcar abandonados pelo poder público. Quem olha de fora vê apenas isso, mas quem conhece a história do Cais José Estelita sabe que o local faz parte da história de Recife, sendo um dos cartões-postais e um dos poucos espaços públicos que restam na capital pernambucana. E é por isso que um grupo está lutando para evitar que as construções sejam demolidas por um consórcio de grandes construtoras para construção de prédios comerciais e residenciais.

BUENO, C. Ocupe Estelita: movimento social e cultural defende marco histórico de Recife. *Ciência e Cultura*, n. 4, 2014.

A forma de atuação do movimento social relatado evidencia a sua busca pela

A) revitalização econômica do lugar.

B) ampliação do poder de consumo.

C) preservação do patrimônio material.

D) intensificação da geração de empregos.

E) criação de espaços de autossegregação.

02. (Enem–2017) Os guaranis encontram-se hoje distribuídos pela Bolívia, Paraguai, Uruguai, Brasil e Argentina. A condição de guarani remete diretamente para a ideia de pertencimento e para as relações de parentesco. Daí a importância da concepção de território como espaço de comunicação. Eles têm parentes nos diversos países e seguem se visitando regularmente. Os guaranis seguem com noções e conceitos próprios de fronteira, uma ideia mais sociológica e ideológica, que inclui, exclui e define quem pertence e quem não pertence a determinado grupo social.

O dilema das fronteiras na trajetória guarani. Entrevista especial com Antônio Brand. Disponível em: <www.ihuonline.unisinos.br>. Acesso em: 15 ago. 2013 (Adaptação).

De acordo com o texto, o processo de demarcação das terras reivindicadas por esse povo enfrenta como dificuldade o(a)

A) valor de desapropriação das áreas legalizadas.

B) engajamento de jovens na luta pela reforma agrária.

C) escassez de zonas cultiváveis nas regiões contíguas.

D) tensão entre identidade coletiva e normatizações das nações limítrofes.

E) contradição entre sustento extrativista e desmatamento das florestas tropicais.

GABARITO

Meu aproveitamento

Propostos

Acertei ______ Errei ______

- 01. C
- 02. A
- 03. A
- 04. A
- 05. A
- 06. A
- 07. A
- 08. C
- 09. B
- 10. A

Seção Enem

Acertei ______ Errei ______

- 01. C
- 02. D

Total dos meus acertos: _____ de _____ . _______ %

A cultura e os meios de comunicação

A CONSTITUIÇÃO DA SOCIEDADE DE MASSAS

O conceito de sociedade de massa surge, no início do século XX, como fruto do crescente processo de industrialização que aconteceu nas sociedades modernas, a partir do final do século XVIII, com o advento da Revolução Industrial. Além do desenvolvimento dos transportes e do comércio, as sociedades modernas também se caracterizam pela difusão de ideais, como a liberdade e a igualdade, considerando-as valores universais.

O termo "massa" refere-se, especificamente, ao enfraquecimento dos laços que mantinham a coesão social nas sociedades tradicionais. A vida comunitária, os pesos das crenças religiosas sobre as ações dos indivíduos, entre outros fatores, foram substituídos por novas formas de sociabilidade, tendo como principal característica a vida nas grandes cidades marcadas pelo desenvolvimento capitalista.

Segundo Karl Marx, o modo de produção capitalista, em que os trabalhadores não são proprietários dos meios de produção e, assim, não se reconhecem no seu trabalho, é responsável por gerar o processo de alienação. A força de trabalho, fundadora da condição humana, é, no sistema capitalista, apenas mais uma mercadoria que é vendida aos burgueses pelo proletariado. A alienação ocorre quando o trabalho deixa de ser a força produtora da realidade humana e se torna uma mercadoria. Ao não se reconhecer em seu trabalho, o indivíduo deixa de reconhecer também a realidade em que vive. É nesse contexto, marcado pelo fato de as relações sociais serem permeadas pelas relações de produção capitalistas, que se desenvolve o individualismo, pois os laços de coesão entre os indivíduos se sustentam em torno das necessidades materiais criadas com o advento do capitalismo.

A constituição da sociedade de massas ocorre concomitantemente ao processo de consolidação do capitalismo e, sendo assim, todos os aspectos da existência humana se tornam passíveis de se transformarem em mercadorias. Inclusive o universo da cultura, que reúne características denotadoras da nossa diferença em relação aos outros seres vivos do planeta, torna-se mercadoria. Mas, como se dá o processo de mercantilização dos bens culturais em um contexto capitalista?

Como já vimos, a divisão social do trabalho, proposta pelo capitalismo, por meio do processo produtivo, aliena o indivíduo de sua condição. No momento em que o indivíduo não está diretamente envolvido com seu trabalho, ele passa a necessitar de alguma diversão, algo que lhe permita descansar. Portanto, as opções de lazer oferecidas a esses indivíduos tomam a forma de produtos pensados, justamente, para serem consumidos nesse período em que o indivíduo não se dedica ao trabalho. Desse modo, a lógica capitalista do consumo de bens se torna presente, inclusive, no momento em que o indivíduo não se dedica a um processo produtivo. É fácil perceber que o sistema capitalista deixa de ser apenas um modo de produção para se tornar uma forma de organização social, na medida em que transforma em mercadoria os aspectos subjetivos da existência humana.

Entretanto, por qual motivo a padronização dos bens culturais seria um problema tão grande nas sociedades modernas? A questão é que, se as formas e padrões culturais passam a ser produzidos, tendo em vista o mercado, há, então, uma diminuição da capacidade dos seres humanos de criarem e interpretarem os seus próprios símbolos.

Com o desenvolvimento dos meios de comunicação, a difusão de bens culturais ganhou contornos até então desconhecidos na história da humanidade. A velocidade com que as informações são dispostas ao público se torna cada vez maior. Esse processo teve início, mais especificamente, após a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), quando pesquisadores estadunidenses passaram a estudar o efeito da difusão de informações por meio do rádio e do cinema sobre a população.

A intenção dessas pesquisas, financiadas pelo governo dos EUA, era a de convencer a população dos Estados Unidos a apoiar a participação do país em conflitos armados. Para tanto, era necessário ter certeza de que os meios de comunicação seriam capazes de produzir esse convencimento nas massas. Nesse período, ganharam importância pesquisadores como Harold Lasswell, criador do termo "comunicação de massas", em 1927.

O crescimento cada vez mais amplo desses meios de comunicação foi capaz de torná-los um dos grandes centros de poder das sociedades modernas. Por esse motivo, a partir da década de 30, os Estados Unidos se valeram desse recurso e da propaganda para criar um consenso em relação à participação do país nos conflitos bélicos mundiais. Contudo, o desenvolvimento dos meios de comunicação e a crescente influência dos Estados Unidos no mundo geraram efeitos, no campo cultural, para além das fronteiras desse país.

Após a Segunda Guerra Mundial, ocorrida entre 1939 e 1945, o mundo ocidental conheceu uma nova ordem, baseada na polaridade política e econômica entre a URSS, potência socialista soviética, e os Estados Unidos, nação capitalista.

Essa polarização resultou em uma divisão cultural no ocidente: no bloco capitalista, desenvolveu-se a cultura de massa sob forte influência do mercado e comandada pelos Estados Unidos, enquanto no bloco socialista, a economia e a cultura se encontravam sob o domínio do Estado soviético e, em função do direcionamento político, alheio à indústria cultural.

Foi nesse contexto que, a partir da segunda metade do século XX, o mundo ocidental passou a se desenvolver sob a forte presença do modelo estadunidense conhecido como *American way of life*. De fato, tal modelo se baseava na relação entre consumo, liberdade individual e felicidade, resultando na estimulação do consumismo e da produção em larga escala.

Diretamente atrelado a esse fenômeno, o desenvolvimento dos meios de comunicação de massa serviu como uma alavanca para o consumo: o rádio, a televisão, a mídia impressa e a Internet se tornaram os principais canais de comunicação entre o mercado e os consumidores, nutrindo-se das relações de consumo para crescer e se impor como uma das mais influentes instituições socializadoras da contemporaneidade. O largo alcance das *mass media*, como a televisão, o rádio, o cinema e a Internet, faz desses meios poderosos instrumentos de divulgação e, por conseguinte, de disseminação de modelos econômicos, valores morais, padrões comportamentais e de ideias, exercendo forte influência sobre os indivíduos. E é justamente dessa influência que surge a cultura de massa.

A cultura de massa

Rubens Lima

Celulares, games *e livros de ficção são alguns elementos que formam a cultura de massa atualmente.*

Apesar de, em muitas ocasiões, os termos “cultura de massa” e “cultura popular” serem utilizados como sinônimos, permaneceremos adotando a distinção estabelecida no capítulo anterior, que considera a cultura de massa um fenômeno específico do contexto do capitalismo pós-industrial, marcado pela forte presença dos meios de comunicação de massa e dos efeitos da globalização, enquanto a cultura popular estaria, a princípio, mais relacionada à cultura “original” e espontânea de um dado grupo social.

Assim sendo, o conceito amplo de cultura de massas designa todo um conjunto de ideias, comportamentos, atitudes, imagens e outros fenômenos que integram o *mainstream* (a corrente principal e hegemônica) de uma dada cultura. Este se caracteriza pela produção em larga escala e pela consequente uniformização dos indivíduos, formando um público amplo, que tende à homogeneização e é fortemente influenciado pela mídia e pelo mercado.

De acordo com Edgar Morin:

> Cultura de massa, isto é, produzida segundo as normas maciças da fabricação industrial; propagada pelas técnicas de difusão maciça (que um estranho neologismo anglo--latino chama de *mass media*); destinando-se a uma massa social, isto é, um aglomerado gigantesco de indivíduos compreendidos aquém e além das estruturas internas da sociedade (classe, família, etc.).
>
> MORIN. Edgar. *Cultura de massas no século XX: o espírito do tempo*. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1975. [Fragmento]

A filósofa alemã Hannah Arendt, em seu livro *A crise da cultura* (1972), acusa o mercado e a mídia de se valerem do entretenimento como forma de dominação cultural que visa à alienação pelo lazer e incentiva o consumo. Nas sociedades de massas, os indivíduos tendem a ter acesso a conteúdos padronizados e ter os seus próprios gostos e opiniões domesticados e pasteurizados. Dessa forma, certos comportamentos construídos historicamente passam a ser vistos como naturais e necessários, transformando-se em socialmente aceitos e indiscutíveis. Um exemplo desses comportamentos está na figura do Papai Noel e na prática natalina de troca de presentes. Ainda que seja oriundo de antigas culturas na Europa, o Papai Noel moderno (barbudo, de roupas vermelhas, bonachão) é uma versão modificada dos mitos antigos de São Nicolau, estilizada pela publicidade da Coca-Cola no início do século XX, e que é responsável por alimentar o imaginário infantil e estimular práticas de consumismo. Uma vez consolidado pela publicidade ao longo do século XX, Papai Noel tornou-se o grande símbolo cultural do Natal no capitalismo, tão ou mais lembrado do que o próprio menino Jesus da tradição cristã-ocidental. A cultura de massa é, portanto, o maior efeito das sociedades globalizadas do capitalismo contemporâneo, voltadas para o consumo em larga escala e com forte presença dos meios de comunicação de massa.

TEORIA CRÍTICA DA INDÚSTRIA CULTURAL

Jeremy J. Shapiro / Creative Commons

Theodor Adorno e Max Horkheimer.

No ano de 1920, um grupo de pensadores das ciências humanas – Theodor Adorno, Max Horkheimer, Walter Benjamin e Herbert Marcuse – fundou o Instituto de Pesquisa Social vinculado à Universidade de Frankfurt, na Alemanha, com o intuito de produzir conhecimento sobre a nova realidade social que se construía, desde o final do século XIX, no contexto pós-Revolução Industrial e pós-revoluções burguesas.

O foco desse grupo se encontrava no estudo das sociedades advindas do capitalismo pós-industrial, fortemente marcadas pela presença dos meios de comunicação de massa e pelo prevalecimento da lógica do consumo. Em uma definição simples e direta, a indústria cultural consiste no processo capitalista de transformar a arte e a cultura em mercadorias. Logo, é também o termo utilizado para definir o modo de produzir cultura a partir da lógica de produção industrial. Dessa maneira, mediante a repetição de padrões, a indústria cultural visa à formação de uma estética, ou percepção comum, orientada para o consumismo. Portanto, o propósito de produção da arte passa a ser o lucro.

Adorno e Horkheimer, na obra *Dialética do esclarecimento* (1985), usaram o conceito "indústria cultural" para contrapor à noção de cultura de massas. Mas qual seria a diferença entre os dois termos? Para Adorno e Horkheimer, a chamada cultura de massa é pensada e produzida para o mercado – porém é apresentada como algo espontâneo –, como se fosse uma versão contemporânea da cultura popular, ainda que também seja uma mercadoria capitalista. Ao ser orientado para o mercado, todo o processo criativo que envolve a produção de uma obra de arte, por exemplo, perde-se em prol de uma produção mecanizada que conforma o gosto das pessoas.

A arte, ao ser transformada em mercadoria, perde três características essenciais: em vez de ser expressiva, torna-se uma simples mercadoria; em vez de ser criativa, passa a ser repetitiva; e, em vez de ser inovadora, torna- se reprodutiva. Obedientes à lógica do mercado, a arte e a cultura são massificadas e dissipam grande parte de seu valor humano, existencial e social. O potencial revolucionário, inerente à cultura popular, cede espaço para a repetição e para a estagnação, que serão recorrentes no comportamento passivo e resignado que é construído pelos meios de comunicação de massa.

Por esse motivo, Adorno e Horkheimer identificaram o surgimento de uma pseudo-arte: o *kitsch*. Este corresponde ao produto artístico – criado pela indústria cultural – voltado para o público considerado de elite ou de classe média que almeja um *status* cultural superior. Porém, o *kitsch* também é uma mercadoria, tanto quanto os produtos culturais considerados "populares" ou "de massa" voltados para as classes com menor poder aquisitivo. Ou seja, a indústria cultural produz a ilusão de uma divisão de fruição artística, pelo poder econômico, e, com isso, consegue atingir um público amplo e reproduzir as distinções de *status* e poder vigentes na sociedade.

O mesmo processo de mercantilização das obras de arte é efetuado pela indústria cultural em relação à cultura popular, ao substituir os vínculos espontâneos e profundos da cultura popular por um ideal homogêneo, superficial e rotativo de cultura submetido à transitoriedade e à instantaneidade da moda. As tendências representadas pela moda incluem comportamentos, ideias, opiniões, vestimentas, gestos, linguagens e até doutrinas, que se encontram submetidas a pressões econômicas.

Devemos levar em consideração que, para Adorno e Horkheimer, indústria cultural não é um sinônimo para meios de comunicação. A indústria cultural se refere a um processo que transforma e vulgariza a cultura, representando o domínio técnico sobre a natureza. Paralelamente, a técnica passa a ter domínio do homem à medida em que ultrapassa a esfera econômica e chega ao âmbito da cultura e da subjetividade.

Nesse sentido, é importante nos atermos ao conceito de ideologia. Esse conceito é proveniente da escola marxista de pensamento e significa, para Marx, a maneira pela qual as ideias passam a ser percebidas como elemento fundador da realidade social. Notemos que a ideologia, como um conceito marxiano, retoma a concepção idealista da história e, por isso, é objeto de crítica por parte de Karl Marx. Para Marx, ideologia seria uma falsa consciência da realidade.

No entanto, outros pensadores influenciados pelo pensamento de Karl Marx, sobretudo Lênin, passaram a ter uma outra definição para o conceito de ideologia. Para Lênin e estes pensadores, ideologia constituía qualquer forma de pensamento que ocultasse os reais interesses de uma determinada classe social. No sistema capitalista, a ideologia se presta a produzir um imaginário social que faz com que todos os conflitos de classes sejam ocultados. Desse modo, os interesses das classes dominantes são entendidos como os interesses de toda a sociedade. É sob essa condição que a ideologia cumpre sua função de conservar a dominação de classes, pois naturaliza as desigualdades sociais ao não evidenciar as razões históricas que a formaram. Assim, a ideologia se refere a uma consciência falsa e parcial da realidade social.

Portanto, podemos dizer que a indústria cultural traz consigo todos os elementos característicos do mundo industrial moderno e nele exerce um papel específico: o de portadora da ideologia dominante, a qual outorga sentido a todo o sistema. Há uma forte presença ideológica nos meios de comunicação de massa e nos conteúdos que são veiculados por eles: os *mass media* se encontram a serviço das elites econômicas capitalistas, que se beneficiam da formação de um público consumidor massificado, passivo e alienado.

Nesse contexto, devemos atentar para uma particularidade do pensamento de Adorno e Horkheimer: para eles, tanto os meios de comunicação quanto a produção cultural – veiculada por tais meios – servem para manipular a audiência, aliená-la e mantê-la subjugada dentro do sistema capitalista. Segundo esses pensadores:

> Filme e rádio se autodefinem como indústrias, e as cifras publicadas dos rendimentos de seus diretores gerais tiram qualquer dúvida sobre a necessidade social de seus produtos.
>
> HORKHEIMER, Max; ADORNO, Theodor. A indústria cultural: o iluminismo como mistificação das massas. In: LIMA, Luiz Costa (Org.). *Teoria da cultura de massa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990. p. 170. [Fragmento]

É importante salientar que, para Adorno, o ser humano, nessa indústria cultural, não passa de mero instrumento de trabalho e de consumo. Isto é, o indivíduo não é um sujeito, mas um objeto, cuja capacidade crítica se encontra atrofiada. O indivíduo, ao se ver alijado de sua capacidade crítica, torna-se propenso à influência ideológica dos meios de comunicação. Por exemplo, segundo Adorno, o nazismo se valeu da fragilidade subjetiva dos indivíduos para, a partir de uma intensa propaganda nos meios de comunicação, angariar o apoio dos cidadãos alemães ao regime.

Nessas condições, o indivíduo é tão bem manipulado e submetido a ideologias que até o seu lazer se torna uma extensão do seu trabalho, favorecendo a lógica capitalista e atendendo aos interesses dos grupos dominantes. A indústria cultural, que tem como guia a racionalidade técnica esclarecida, prepara as mentes para um esquematismo oferecido pela indústria da cultura. Assim funciona o clichê: seja no cinema, na televisão, na moda, no jornalismo, há esquemas prontos e disponíveis que podem ser usados sem qualquer comedimento.

A obediência a padrões predeterminados é uma das características centrais da indústria cultural. Facilmente, pode-se observar nos roteiros cinematográficos e nas novelas que: as tramas refletem uma visão extremamente superficial dos conflitos humanos, normalmente acentuando a ação sobre a reflexão, envolvendo dicotomias simplistas e maniqueístas, como “bem” e “mal”, “herói” e “bandido”, e se resolvendo em finais felizes que vendem uma imagem falsa de felicidade.

A explosão dos *reality shows*, como a franquia Big Brother (em clara alusão à obra distópica *1984*, do escritor indo-britânico George Orwell, que previa uma sociedade totalitária controlada por meio da técnica e da ideologia), consolida a noção de *Sociedade do Espetáculo*, criada pelo filósofo francês Guy Debord, em que a realidade ficcional veiculada pelos meios de comunicação passa a se sobrepor à realidade efetiva, organizando a vida psíquica dos indivíduos e a própria vida social em torno dos valores e da dinâmica ditados pela sociedade de consumo.

Contudo, para Adorno e Horkheimer, existe saída: a formação de indivíduos críticos e conscientes possuidores de ferramentas intelectuais para identificar e resistir à dominação. Isto é, pela educação e pela formação crítica, os indivíduos poderiam deixar de ser meros objetos do mercado e passar a assumir sua condição de sujeitos ativos na vida social. Todavia, os filósofos de Frankfurt sabiam que essa tarefa era, e ainda é, extremamente árdua, especialmente pelo fato dos meios de comunicação de massa responderem por grande parte do processo de socialização dos indivíduos nas sociedades contemporâneas.

Finalizando, a indústria cultural, então, seria uma espécie de sistema político e econômico com o intuito de produzir bens de cultura – filmes, livros, músicas – na qualidade de mercadorias e como estratégias de controle social. Logo, os filmes e músicas, por exemplo, são vendidos não como bens culturais ou artísticos, mas sim como produtos de consumo. Consequentemente, tais mercadorias manteriam os indivíduos alienados da realidade, em vez de auxiliarem na formação de cidadãos mais críticos.

Rubens Lima

INDÚSTRIA CULTURAL E MÍDIA NO BRASIL

No Brasil, a modernização dos meios de comunicação, a partir da década de 1930, durante o governo de Getúlio Vargas deu início também ao fenômeno da indústria cultural. Até esse período, a sociedade brasileira possuía uma economia marcadamente rural, em cujo meio permanecia parte significativa da população. A Revolução de 30, liderada pelo gaúcho Getúlio Vargas, fomentou uma série de iniciativas de modernização com a finalidade de aumentar a industrialização em solo nacional.

O Governo Vargas, classificado como populista, soube utilizar os meios de comunicação de massa a seu favor. O rádio foi utilizado como instrumento político, produzindo um discurso homogêneo e apelativo para a formação de uma identidade político-cultural brasileira, contribuindo, dessa maneira, para a formação de uma unidade nacional.

Esse quadro é considerado pelo sociólogo Florestan Fernandes como a “revolução burguesa brasileira”. Para Florestan, intensificou-se a mudança de um modelo oligárquico agrário para um cenário urbano-industrial, que começou a se mostrar voltado para o consumo e fortemente influenciado pelos meios de comunicação de massa. Durante o segundo Governo Vargas, a televisão foi desenvolvida no Brasil, no início da década de 1950. Por ser o aparelho de TV muito caro nesse período, dificultando o acesso das famílias, as empresas que exploravam o potencial das imagens transmitidas só foram se desenvolver cerca de uma década mais tarde.

Durante os anos 1950, a pioneira TV Tupi incorporava, em sua programação, o entretenimento fortemente inspirado nos padrões de vida e consumo estadunidenses, deixando entrever a forte influência recebida pelo Brasil dos EUA durante o jogo bipolar da Guerra Fria.

Foi somente com o governo de Juscelino Kubitschek, no final dos anos de 1950, que se pôde falar propriamente da formação de uma sociedade de massa brasileira. Com sua política desenvolvimentista, voltada para a implementação de indústrias de bens duráveis, como fábricas de automóveis e eletrodomésticos, JK contribuiu enormemente para um novo contexto nacional, em que a necessidade do consumo passou a ser imperativa em uma classe média crescente.

As atividades industriais e comerciais se diversificaram e se multiplicaram intensamente, a vida urbana se expandiu, formando uma classe média economicamente mais ativa, que obedecia ao modelo social e econômico importado dos EUA: o *American way of life*. A aquisição de produtos industrializados, como eletrodomésticos, passou a ser vista como uma revolução da vida privada, prometendo dias melhores para as famílias e para os trabalhadores.

A televisão se tornou o meio de comunicação mais influente no Brasil, na segunda metade do século XX, e grande parte desse sucesso estava ligado ao papel exercido pela Rede Globo de Televisão, fundada no início da Ditadura Militar, em 1965, pelo jornalista Roberto Marinho.

Atingindo, ainda na década de 1980, praticamente a totalidade dos lares brasileiros, a televisão se transformou no meio de comunicação mais universal do país. Esse imenso poder de acesso torna-se essencial para compreender a socialização do indivíduo e a formação sociocultural da nação, uma vez que o entretenimento básico da população passa a ser assistir a programas de auditório, filmes, novelas e programas esportivos. Além disso, a própria informação veiculada nos noticiários se encontra submetida à influência das pressões internas das empresas de comunicação e seus acionistas e clientes.

Outra questão importante se encontra na relação entre mídia e política no Brasil. Desde os governos de Getúlio Vargas, passando pelo período da Ditadura Militar e tendo continuidade na história recente, com o caso de Fernando Collor de Mello, a mídia vem exercendo um importantíssimo e controverso papel de formação (ou, mais apropriadamente: deformação) da opinião pública em favor de algum grupo político. É conhecido o fato de que o governo ditatorial extraiu grande proveito da exploração imagética da Copa do Mundo de 1970, vencida pelo Brasil no México. Também é conhecido o notório episódio da edição de imagem e textos durante um debate entre os candidatos à presidência da República Luís Inácio Lula da Silva e Fernando Collor de Mello, em 1989, quando uma grande emissora de televisão visivelmente beneficiou um dos candidatos, influenciando a opinião pública, o que interferiu no resultado das eleições.

Esse episódio foi denunciado pela rede pública inglesa BBC no documentário *Brazil: beyond citizen Kane* (Brasil: muito além do cidadão Kane), divulgado em 1993 e proibido de ser exibido em solo nacional por iniciativa de Roberto Marinho. Além disso, soma-se o fato de que os canais de comunicação no Brasil são, em sua maior parte, pertencentes a pequenos grupos privados que obtiveram, não raras as vezes, direitos de transmissão por intermédio de influência política, o que traz à tona a questão da influência econômica e do clientelismo sobre a programação e os conteúdos veiculados na mídia nacional.

Desde muito tempo, discutem-se no Brasil propostas de regulamentação da mídia, que visa normatizar e estabelecer marcos regulatórios para o exercício da comunicação em solo brasileiro. Assim, estariam garantidos os princípios e práticas que sejam favoráveis para a democracia e para a liberdade de comunicação, assegurando idoneidade, isenção e compromisso com a informação – o que nem sempre vemos em nossas telas.

Porém, a discussão sobre esse tema ainda será longa, porque uma parte considerável da população e dos grupos da grande mídia enxergam as iniciativas de regulamentação como formas de censura da liberdade de expressão. Contudo, a discussão sobre a qualidade da mídia e sobre a sua importância para a sociedade atual é mais do que urgente, haja vista sua permanente influência na construção e divulgação de ideias e comportamentos na contemporaneidade.

Há que se mencionar uma peculiaridade da cultura de massas no Brasil, desde os seus primórdios: considerando-se que o cinema – diferentemente do rádio – não havia sido priorizado pelo poder público (talvez por ter repercussões ideológicas menos imediatas), ele se tornou, desde sua maior profissionalização na década de 1930, um *medium* complementar – para não dizer parasitário – com relação ao rádio. Sua função era mostrar, tanto nas cidades maiores quanto nos rincões mais distantes do país, como era a aparência das pessoas, cujas vozes eram já bastante familiares aos ouvintes: o cinema mostrava como os artistas do rádio eram "de verdade". Naturalmente, a televisão eliminou a necessidade dessa sinergia entre o rádio e o cinema, e a transmissão em rede via satélite para todo país, iniciada pela TV Globo na década de 1970, lançou tanto o rádio quanto o cinema comerciais numa crise ainda mais profunda do que aquela em que eles já se encontravam desde o advento da televisão no Brasil, em 1950.

Essas informações, introduzidas quase aleatoriamente, já são suficientes para mostrar que a defasagem entre a consolidação da cultura de massas no Brasil, ainda que com um modelo bem próprio, foi de aproximadamente uma década e que, desde então, ela nunca parou de evoluir e de se adequar aos momentos político e tecnológico de suas congêneres nos países mais desenvolvidos. Um exemplo disso é o fato de que já há, desde alguns anos, transmissão de TV digital de alta definição nas capitais e grandes cidades do interior do país. Outro exemplo: considerando que também a Internet se tornou um *medium* importante da indústria cultural, é oportuno relembrar que o Brasil se encontra entre os países do mundo com maior número de conexões à *web* e perde para poucos outros em número de horas semanais de uso desse recurso. Por tudo isso, podemos dizer, sem medo de errar: *yes, we do have culture industry*.

DUARTE, Rodrigo.
A estética e a discussão sobre indústria cultural no Brasil.
Ideias, Campinas, v.3, n. 1(4),
p. 83-84, jan. / jun. 2012. [Fragmento]

OUTRA VISÃO SOBRE A MÍDIA: MARSHALL MCLUHAN E A ALDEIA GLOBAL

Marshall McLuhan.

O teórico canadense Marshall McLuhan (1911-1980) possuía uma visão divergente da defendida pelos teóricos da Teoria Crítica em relação aos meios de comunicação de massa. Em seus livros *O meio é a mensagem* (1967) e *Guerra e paz na aldeia global* (1970), McLuhan apresenta uma visão positiva da mídia e da própria indústria cultural, destacando suas importantes contribuições no século XX. As reflexões de McLuhan recaíam sobre os usos que os indivíduos fazem dos meios de comunicação e, consequentemente, como conseguem alterar o ambiente em que vivem por meio dessa interação. McLuhan entende que o surgimento de novas tecnologias de informação enseja também novas formas de pensamento e, por conseguinte, novas formas de organização social.

A perspectiva adotada por McLuhan nos faz pensar, portanto, que mudanças no universo simbólico causam mudanças não apenas nos aspectos culturais, como também políticos e sociais. Pensemos, por exemplo, no momento em que passou a ser possível o registro de documentos escritos. A partir desse momento, os seres humanos passaram a desenvolver uma cultura que tem por base o armazenamento de informações escritas, o que evidentemente causou efeitos nas relações interpessoais. Se, anteriormente, a oralidade era um fator preponderante para se estruturar uma sociedade, podemos supor que havia indivíduos encarregados de transmitir determinadas informações, e essa posição lhes conferia poder. Com o desenvolvimento da escrita, esses indivíduos perderam o seu poder, e novas relações entre os indivíduos e o conhecimento foram estabelecidas.

O desenvolvimento dos meios de comunicação e das tecnologias de informação também possui um aspecto transformador, especialmente no tempo e no espaço das sociedades contemporâneas. A possibilidade de se encurtar as distâncias espaciais e temporais através dos meios de comunicação recriou o mundo social sob a perspectiva de uma aldeia global. Para McLuhan, esse conceito representa um mundo interconectado onde os indivíduos coabitam um mesmo espaço, ainda que existam distâncias geográficas e diferenças culturais.

A aldeia global é um novo espaço de interação e sociabilidade. Atualmente, esse conceito ganha uma nova força, especialmente se pensarmos no conceito de ciberespaço proposto pelo teórico francês Pierre Lévy.

CIBERCULTURA

Pierre Lévy, sociólogo francês radicado no Canadá, tornou-se referência para pensar os impactos das tecnologias de comunicação ligadas à Internet sobre a organização da vida social e da cultura. Suas noções de cybercultura (ou cibercultura) e cyberespaço (ou ciberespaço) são fundamentais para compreender a contemporaneidade virtual. O ciberespaço se refere aos espaços de interação formados pelos computadores interconectados pela Internet e pela convergência das mídias digitais. O ciberespaço é onde se cria a chamada cibercultura, em que cada indivíduo ou grupo de indivíduos tem a possibilidade de ser também um emissor de conteúdo, o que lhe confere novas possibilidades de ação no mundo virtual.

Nas palavras do próprio sociólogo,

> o termo [ciberespaço] especifica não apenas a infraestrutura material da comunicação digital, mas também o universo oceânico de informação que ela abriga, assim como os seres humanos que navegam e alimentam esse universo. Quanto ao neologismo "cibercultura", especifica aqui o conjunto de técnicas (materiais e intelectuais), de práticas, de atitudes, de modos de pensamento e de valores que se desenvolvem juntamente com o crescimento do ciberespaço.
>
> LÉVY, Pierre. *Cibercultura*. São Paulo: Editora Golitora 34, 1999. p. 17. [Fragmento]

No entanto, Lévy, assim como McLuhan, havia preconizado a mudança de postura em relação ao meio de comunicação, que engendra novas formas de comunicação entre seres e também novas relações entre pessoas e o conhecimento. Cada vez mais imersos no ciberespaço, seria necessária uma reformulação das práticas sociais para comportar a nova dinâmica de relações, cada vez mais modificadas pelo ciberespaço.

> O que é preciso aprender não pode mais ser planejado nem precisamente definido com antecedência. [...] Devemos construir novos modelos do espaço dos conhecimentos. No lugar de representação em escalas lineares e paralelas, em pirâmides estruturadas em "níveis", organizadas pela noção de pré-requisitos e convergindo para saberes "superiores", a partir de agora devemos preferir a imagem em espaços de conhecimentos emergentes, abertos, contínuos, em fluxo, não lineares, se reorganizando de acordo com os objetivos ou os contextos, nos quais cada um ocupa posição singular e evolutiva.
>
> LÉVY, Pierre, 1999. p. 158.

As concepções de McLuhan e Lévy sobre os meios de comunicação encontraram eco nos recentes eventos envolvendo alguns países árabes nos anos de 2010 a 2012, no que está sendo conhecido como Primavera Árabe. Na Líbia, no Egito, na Tunísia e na Síria, para citar alguns exemplos, parte da população se apropriou da Internet e das redes sociais para difundir informações e organizar movimentos de protesto em oposição aos regimes ditatoriais que comandavam seus países. Esses eventos mostram como a Internet, um meio de comunicação de massa, desempenha um papel decisivo na configuração desses e de outros movimentos sociais e políticos do início do século XXI.

CONTRACULTURA E TRIBOS URBANAS

O termo "contracultura" se refere a um amplo espectro de tendências, correntes e manifestações culturais que, de alguma forma, representam uma reação e uma oposição à cultura de massa dominante nas sociedades ocidentais. Essa oposição ao *mainstream* faz com que as contraculturas sejam alocadas de forma marginal nas manifestações culturais, por isso não é raro a referência a elas como culturas *underground*.

Normalmente, associa-se o surgimento da contracultura à efervescência dos anos 1960, quando eclodem muitos movimentos juvenis de oposição à política econômica capitalista, às guerras (especialmente à Guerra do Vietnã), e contra a rígida moral conservadora de matriz cristã. Noções básicas da sociedade ocidental, como o trabalho, a disciplina, o patriotismo, passam a ser alvo de críticas e de atitudes críticas. Soma-se a isso o despontar de novas tendências de comportamento e de estilo contrárias à estética convencional, as quais passam a caracterizar subgrupos na ordem urbana, que são denotados por preferências musicais e de vestimentas identitárias.

É neste contexto que surgem os principais movimentos de contracultura: *hippie*, *punk* e *hip-hop*, assim como o Tropicalismo no Brasil, cada um associado a um grupo e a identidades ideológicas e estéticas específicas, mas comungando uma rejeição aos mesmos "inimigos". Como resumiu o sociólogo Carlos Alberto Pereira:

> De um lado, o termo "contracultura" pode se referir ao conjunto de movimentos de rebelião da juventude [...] que marcaram os anos 60: o movimento hippie, a música rock, uma certa movimentação nas universidades, viagens de mochila, drogas e assim por diante. [...] Trata-se, então, de um fenômeno datado e situado historicamente e que, embora muito próximo de nós, já faz parte do passado. [...] De outro lado, o mesmo termo pode também se referir a alguma coisa mais geral, mais abstrata, um certo espírito, um certo modo de contestação, de enfrentamento diante da ordem vigente, de caráter profundamente radical e bastante estranho às forças mais tradicionais de oposição a esta mesma ordem dominante. Um tipo de crítica anárquica – esta parece ser a palavra-chave – que, de certa maneira, "rompe com as regras do jogo" em termos de modo de se fazer oposição a uma determinada situação. [...] Uma contracultura, entendida assim, reaparece de tempos em tempos, em diferentes épocas e situações, e costuma ter um papel fortemente revigorador da crítica social.
>
> PEREIRA, Carlos Alberto M. *O que é contracultura*. São Paulo: Brasiliense, 1992. p. 20.

Muitos teóricos consideram que o auge das contraculturas ocorreu nas décadas de 1960 e 1970, época em que os movimentos possuíam caráter político e transformador. Nas décadas 1980 e 1990, no entanto, os movimentos de contracultura já teriam sido, em parte, incorporados pela lógica de mercado e passado a representar estereótipos juvenis explorados comercialmente pela Indústria Cultural. O sociólogo Michel Maffesoli observou que, ainda assim, as contraculturas continuavam a inspirar os grupos juvenis no fenômeno das **tribos urbanas**, cada vez mais recorrente nas metrópoles ocidentais. Para Maffesoli, as tribos urbanas continuariam sendo formas identitárias de organização coletiva, porém mais voltadas para uma atuação estética do que para a prática política.

No entanto, uma parte da identidade de muitos adolescentes tende a ser formada no interior desses grupos, que nascem em torno de interesses em comum, nutrindo um certo sentimento de pertença e de exclusivismo por parte de seus membros. Mesmo assim, a partir da década de 1990, percebe-se uma maior fluidez de participação entre tribos. Emos, *headbangers*, metaleiros, funkeiros, *skinheads* e *rappers* são exemplos dessas comunidades urbanas de grande importância para a formação da identidade juvenil.

A IDENTIDADE CULTURAL NA PÓS-MODERNIDADE

A partir da década de 1970, desenvolvem-se vários estudos sobre a cultura no cenário da pós-modernidade. **Stuart Hall** (1932-2014), sociólogo jamaicano, identificou que a formação da identidade cultural no período pós-moderno possui características bastante específicas e complexas em razão da multiplicidade de influências sobre o indivíduo. Cada vez mais urbano, o indivíduo é bombardeado por informações, imagens, valores, crenças, comportamentos e consumo. O cenário caótico e fragmentado da pós-modernidade produz uma crise de identidade cultural, afetando tanto os indivíduos quanto as sociedades em geral.

Em seu livro *A identidade cultural na pós-modernidade* (1992), Hall identifica que as sociedades do final do século XX têm sofrido uma mudança estrutural: as "paisagens culturais", antes sólidas e estáveis, como o gênero, a sexualidade, a etnia, a raça e a nacionalidade, passam a se fragmentar em inúmeras outras categorias sociais e culturais. Impactados por muitas influências controversas e contraditórias, as pessoas ficam divididas, periodicamente, entre os velhos e novos padrões.

Ao longo do século XX, diversas teorias colocaram em xeque a autonomia e a estabilidade da noção de sujeito, fundada no eu racional do Iluminismo. Em vez de sermos os autores conscientes e livres da história, nos vemos cada vez mais atrelados a forças inconscientes ou a poderes de ordem macrossocial (política, economia, mídia), que impossibilitam a livre-realização do eu.

Além disso, a globalização intensificou e acelerou a difusão de ideias e a interação entre culturas. Consequentemente, a partir do movimento acima explicitado, surge um **hibridismo cultural**, isto é, as culturas se misturam e se ressignificam, porém não de forma livre e espontânea, e sim segundo uma lógica de poder e dominação. Um dos riscos desse hibridismo está na submissão de culturas de povos com menor poder político-econômico e a consequente **homogeneização cultural**.

Essa homogeneização opera de forma desigual, logo, as culturas das nações industrializadas promovem uma "ocidentalização" que se impõe sobre os países periféricos. Isso pode resultar num fortalecimento de identidades locais (como reação defensiva contra os grupos dominantes) ou a produção de novas identidades híbridas (o que comumente tem se verificado). A história do Brasil é marcada por essas identidades híbridas, que surgiram e continuam a surgir do sincretismo advindo da confluência de diversas matrizes culturais (indígena, africana, europeia). Manifestações culturais como as festas de Congado, em Minas Gerais, possuem elementos tanto do cristianismo trazido com os portugueses quanto de rituais político-religiosos da região central da África, misturados, reelaborados, ressignificados em função do contexto próprio vivenciado pelos negros escravizados no Brasil.

Nesse cenário, as identidades nacionais se tornam cada vez mais deslocadas e fragilizadas, deixando de conceder suporte para a sustentação de projetos de unificação de um povo ou nação, sendo substituídas por projetos mercadológicos ou midiáticos. O indivíduo moderno, portanto, acaba por ter que construir sua própria identidade de forma fragmentada, instável e contraditória, imerso em um cenário cada vez mais complexo.

A publicidade, que é uma decorrência do conceito de propaganda, é também persuasiva, mas com objetivo comercial bem caracterizado. Portanto, a publicidade é definida como a arte de despertar no público o desejo de comprar, levando-o à ação. A publicidade é um conjunto de técnicas de ação coletivas, utilizadas no sentido de promover o lucro de uma atividade comercial, conquistando, aumentando ou mantendo clientes.

A propaganda [é a] expressão que abrange a divulgação do nome de pessoas (propaganda eleitoral ou profissional), de coisas à venda (mercadorias, imóveis, etc.) e também de ideias (propaganda dos evangelhos, do comunismo, do nazismo, etc.). Quando tem objetivos comerciais, chama-se preferencialmente "publicidade".

Segundo Eugênio Malanga (professor universitário e escritor), "A propaganda pode ser conceituada como: atividade que tende a influenciar o homem, com o objetivo religioso, político ou cívico. A propaganda, portanto, é a propagação de ideias, mas sem finalidade comercial.

Secretaria da Edução do Governo do Estado do Paraná. Disponível em: <http://www.sociologia.seed.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=345>. Acesso em: 03 set. 2018. [Fragmento]

"A INDÚSTRIA CULTURAL SOBREVIVE DO QUE É RECALCADO NA CAPACIDADE DE PERCEPÇÃO ESTÉTICA DAS PESSOAS", ANALISA FILÓSOFO DA UFMG.

Na primeira metade do século 20, nomes como Theodor W. Adorno e Max Horkheimer trataram de teorizar uma completa crítica às nefastas influências que o capitalismo passava a exercer sobre as relações entre o ser humano e a sua produção cultural. [...] o professor Rodrigo Duarte, do Departamento de Filosofia da Fafich [...] fala sobre [...] o funcionamento da indústria cultural como dispositivo de geração e manutenção de conformidade, as novidades advindas da tecnologia para a reflexão sobre a indústria cultural, os caminhos da arte diante da mercantilização da cultura.

Como surge a indústria cultural?

Quando o capitalismo monopolista surgiu, entre o fim do século XIX e o início do século XX, países que tinham tradição democrática como França, Inglaterra e, depois, Estados Unidos tiveram que desenvolver mecanismos para garantir que a dominação econômica advinda desse novo modelo econômico persistisse coexistindo com algum tipo de liberalismo político. A indústria cultural surgiu neste contexto, com o papel de facilitar essa convivência entre capitalismo não concorrencial na economia e liberalismo no âmbito político. De certa forma, a indústria cultural nasce com a tarefa sistêmica de salvar esse capitalismo. E ela sempre desempenhou bem esse papel. Desempenhou e até hoje desempenha. Na verdade, cada vez mais a indústria cultural pode ser considerada como a ponta de lança do capitalismo.

Como ela funciona, propriamente?

Uma indústria tem a tarefa de gerar lucro; dar retorno ao capital investido. Para gerar lucro, é preciso gerar conformidade: é a conformidade gerada hoje que garante o lucro de amanhã. Então a indústria cultural tem essa tarefa de gerar conformidade. Em última instância, assegurar o lucro de amanhã tem a ver com a manutenção do capitalismo tal como ele existe.

Como funciona essa geração de conformidade?

Desde seu surgimento, um dos principais trunfos da indústria cultural é a sua capacidade de estar próxima do público o suficiente para perscrutá-lo em relação às suas demandas latentes, potenciais: aquelas que são pouco conhecidas até por ele mesmo. A partir desse conhecimento, as principais agências da indústria cultural passam a oferecer respostas para essas demandas. No entanto, essas respostas são dadas não em conformidade com as questões e problemas que a sociedade está formulando, mas em acordo com as necessidades do capital. Neste aspecto, a indústria cultural não mudou praticamente nada desde Adorno e Horkheimer.

Poderia exemplificar?

Vou dar um exemplo dos primeiros anos da indústria cultural, em que essa sintonia com a demanda dos públicos era ainda bem artesanal. Estou pensando na época da fundação de Hollywood por aqueles já então magnatas – antigos pobres imigrantes judeus, oriundos do leste europeu, que aportaram nos Estados Unidos na virada do século XIX para o XX. Um deles, Samuel Goldwyn (fundador da Metro-Goldwyn-Mayer), quando lançava um filme, ia para o cinema assisti-lo de costas para a tela, observando pessoalmente cada reação do público. Suas percepções sobre o que havia funcionado e o que não havia funcionado no filme serviriam para balizar as próximas produções do seu estúdio. A partir de então, quando ele recebesse a proposta de uma nova produção, ele diria sim ou não para ela em função da percepção tida por ele da demanda. Certa vez, Adorno disse que os produtores mais argutos da indústria cultural eram "engenheiros de emoções". Eles já têm praticamente um catálogo de emoções e de efeitos que suscitem determinadas emoções. Daí eles criam ou supervisionam criações que levam em consideração esses catálogos. São os "criadores" da indústria cultural.

Desde a fundação de Hollywood, o mundo mudou demais. É de se imaginar que tais mudanças impactaram a indústria cultural nessa sua característica de perscrutar demandas latentes e ao mesmo tempo atendê-las em conformidade com as necessidades do capital...

A primeira proposta de crítica radical à indústria cultural, feita por Adorno e Horkheimer na *Dialética do Esclarecimento*, é da década de 1940, isto é, durante a Segunda Guerra Mundial. De lá para cá, houve mudanças geopolíticas muito importantes. [...] Por outro lado, houve também uma inimaginável evolução tecnológica nos meios de produção e difusão audiovisual. [...] Esses dispositivos tecnológicos modificaram, sim, a relação da indústria cultural com o seu público. A pergunta, neste sentido, seria: daquele primeiro modelo crítico estabelecido por Adorno e Horkheimer, o que poderia ser aproveitado para se abordar a indústria cultural atualmente? Conforme citei, o que a indústria cultural tem de essencial é uma apropriação de meios tecnológicos para garantir um tipo específico de dominação política e econômica que coexista com democracias liberais. Isso, a despeito das incríveis mudanças tecnológicas e geopolíticas que aconteceram, não mudou de lá para cá. Todas as mudanças foram sendo capitalizadas como mais um elemento para a apropriação das demandas do público.

Não parece surpreendente essa capacidade da indústria cultural de se adaptar a tantas mudanças tecnológicas e geopolíticas e conseguir continuar se apropriando das demandas do público?

O que ocorre é que o próprio capitalismo sempre foi bem-sucedido em se reinventar para continuar existindo. [...] Antes que o capitalismo acabasse, ele se reinventou. Ele se tornou monopolista, oligopolista. O capitalismo se adaptou ao surgimento de dois blocos de forte influência durante a Guerra Fria, se moldou à queda do muro de Berlim, se adaptou ao fim dessa bipolaridade, se reinventou com o surgimento da globalização econômica e, por tabela, política.

Com o advento da internet, despontou certa esperança de que ela, com a transição da passividade para a atividade, finalmente propiciasse uma emancipação dos sujeitos em relação a essa ingerência da indústria cultural nas demandas sociais por cultura. No entanto, pensadores já fazem hoje a reflexão de que nem mesmo a internet escapou de ser tragada pela indústria cultural...

Exatamente. Em vez de fomentar essa emancipação, a internet se configurou como um meio de tornar contínua essa pesquisa da indústria cultural em relação à demanda de seu público.

SOCIOLOGIA

Na verdade, por meio da tecnologia, a internet tornou essa pesquisa muito mais exata. Hoje, se você faz uma busca no Google, nos dias seguintes, senão no mesmo dia, você começa a receber publicidade relacionada ao que você estava procurando. Isso é exatamente o mecanismo que caracterizou a indústria cultural desde sempre: o de se manter próxima à demanda do seu público e de oferecer produtos que supram essas demandas em conformidade com os interesses do capital. O Google faz isso de um jeito totalmente diabólico e automatizado.

Como diferenciar, nos dias de hoje, obra de arte e mercadoria cultural?

Para Adorno e Horkheimer, formados no contexto de uma chamada alta cultura europeia, era muito clara a diferença entre uma obra de arte e uma mercadoria cultural – embora estas, claro, muitas vezes se valessem conteudisticamente das obras de arte. Mas elas tinham características muito específicas. Nesse sentido, a dupla usou o parâmetro dessa "grande obra de arte burguesa europeia" para balizar suas críticas às mercadorias culturais. De lá para cá, no entanto, as mercadorias culturais foram se sofisticando, deixando de ser tão vagabundas como eram a princípio. Em contrapartida, vários artistas entenderam que precisariam dialogar, de algum modo, com a produção mercantil no contexto da cultura. Isso tudo fez com que a diferenciação entre obra de arte e mercadoria cultural tenha se tornado mais problemática nos dias de hoje. Não que tenha deixado de existir. É que o limite entre uma coisa e outra é mais tênue. [...]

Quais seriam os critérios contemporâneos para fazer essa distinção?

Para o crítico, para o esteta, para o filósofo da arte, é preciso muito mais *feeling* que qualquer outra coisa. Para não se deixar enganar. Ele precisa ter uma espécie de "faro", porque há produções nos dois campos que estão muito próximas umas das outras.

Que exemplo pode dar?

Ocorre-me agora o caso do Romero Britto. Não conheço nenhum crítico de arte que seja sério e que considere o Romero Britto um grande artista; nem mesmo um "artista". Trata-se de alguém que aprendeu a fazer certo tipo de grafismo e que começou a produzir isso - ou a permitir a produção disso - em larga escala, em massa. E que ficou rico com isso. É uma produção que já está claramente colocada do lado da cultura de massa, da mercadoria cultural. Já a *pop art* reúne um tipo de expressão artística mais complexa, que poderia ser confundida com cultura de massa e que em algumas ocasiões até foi confundida; mas que não é cultura de massa. Isso é algo que o trabalho do Arthur Danto mostrou bem. Existe, sim, uma apropriação da *pop art* pela cultura de massa. Mas o Andy Warhol, por exemplo, é um artista muito mais profundo e muito mais sério do que a imagem que ele construiu para si próprio e buscou demonstrar. Nesse sentido, para se distinguir entre obra de arte e mercadoria cultural, é preciso perceber aqueles casos em que não há nada por trás do flerte que tal produção faz com a arte.

Disponível em: <https://www.ufmg.br/online/arquivos/034508>. Acesso em: 03 set. 2018.

PUBLICIDADE BRASILEIRA TEM VISÃO PREGUIÇOSA SOBRE A MULHER

Propagandas ainda são machistas e racistas, embora haja sinais de mudança, diz Carla Alzamora, diretora da agência Heads

Há quem diga que o mundo da publicidade está ficando chato e politicamente correto no Brasil, tamanho 'policiamento' sobre algumas mensagens emitidas por empresas na mídia e sobre ações de marketing. Mas como poderia ser diferente? A publicidade se acostumou a repetir padrões que já não fazem mais sentido para quem vive em pleno século XXI. Que o digam as marcas de cerveja que ainda estampam o clichê das mulheres com corpões esculpidos para garantir que aquela cerveja é melhor. Para Carla Alzamora, diretora de planejamento da agência Heads, "existe um lugar comum na publicidade onde contamos as mesmas histórias e usamos as mesmas referências, sem olhar para a realidade". No fundo, uma visão preguiçosa da realidade. Dessa forma, continuam a ser produzidas propagadas que abusam, por exemplo, do racismo e do machismo.

[...]

A publicidade, e o marketing de uma maneira geral, ainda insiste em padrões de comportamento diferentes para homens e mulheres, observa a diretora da HEADs. Enquanto a propaganda de barbeador mostra um homem como um super herói pronto para salvar o mundo, a propaganda de remédio para dor de cabeça exibe a mulher em situação limites, tentando dar conta de rotina dupla, prestes a ter um chilique.

Para piorar, há ainda a ditadura de um padrão de beleza. A presença de homens e mulheres brancos é excessiva, já que 53% da população brasileira que se declara negra, segundo o IBGE. "De acordo com 67% dos posts monitorados no Facebook, as mulheres são representadas como a Bruna Marquezine. No caso dos homens, 64% dos posts descrevem os homens como Justin Bieber", afirma Carla Alzamora, da Heads, agência que que desenvolveu o estudo TODXS? – Uma análise da representatividade na publicidade brasileira.

[...] A boa notícia é que já começa a ganhar destaque um movimento contrário, focado em dialogar com as mulheres. O conjunto de anúncios que ambicionam uma quebra de paradigma e focam no empoderamento feminino recebeu investimento de 12 milhões de reais [...]. Esse é um movimento novo e tão carente de informação, que muitas empresas têm buscado nas ONGs feministas um suporte para acertar em suas escolhas. É o caso da ONG Think Olga, que ficou conhecida a partir da campanha Chega de Fiu Fiu, contra o assédio em locais públicos, e a campanha #Meuprimeiroassédio.

Para atender a demanda das empresas, a ONG decidiu ampliar suas ações e criou o Think Eva, um núcleo que planeja destacar para marcas e empresas a nova realidade das mulheres dos novos tempos. A Avon foi uma das empresas que procurou a ONG, interessada em utilizar o empoderamento feminino no discurso da marca no Brasil. “A Olga faz a mudança de fora para dentro e a Eva de dentro para fora”, explica Nana Lima, sócia do Think Olga. [...]

OLIVEIRA, Regiane. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2016/12/09/politica/1481316857_826950.html>. Acesso em: 03 set. 2018.

OS ANÚNCIOS ENTRAM NA SUA CABEÇA, EMBORA ÀS VEZES VOCÊ NÃO PERCEBA

A pesquisa neuronal e sensorial por trás da publicidade é cada vez mais sofisticada

Quantas vezes a expressão *edição limitada* na embalagem de algum produto acelera sua vontade de comprá-lo? Os produtos vendem mais se forem promovidos por pessoas atraentes? Um aroma pode fazer você sacar o cartão de crédito? Nada é casual: as técnicas utilizadas para saber o que atrai o consumidor são cada vez mais sofisticadas, mesmo que às vezes apelem para os instintos mais primitivos. “Para fazer pesquisa de mercado, antes eram usados os típicos questionários, e o entrevistado era confrontado pelo entrevistador. Agora se pode perguntar diretamente ao cérebro”, resume José Manuel Navarro, diretor do mestrado em Neuromarketing da Escola Superior de Comunicação Marketing (ESCO).

O neuromarketing é essa disciplina que explora as reações neuronais e sensoriais dos consumidores diante de determinados estímulos, lastreada pela certeza de que a grande maioria das nossas decisões de compra se baseia nas emoções. “São usadas técnicas neurofisiológicas aplicadas, como eletroencefalogramas, eletrocardiogramas, eletromiogramas – para detectar a atividade dos músculos –, ressonâncias magnéticas funcionais, sistemas de *eye-tracking* – para detectar onde o olhar se fixa – ou o estudo das respostas orgânicas da pele, como a sudorese”, comenta Navarro. “Queremos ver a influência real do que está sendo narrado e como está sendo narrado”.

“Existem até encefalogramas portáteis, espécies de capacetes que vão registrando a atividade cerebral enquanto o indivíduo está comprando”, diz Francis Blasco, coordenadora acadêmica do mestrado em Neuromarketing e Comportamento do Consumidor da Universidade Complutense de Madri. “Estamos tentando entender o padrão neuronal da compra”, acrescenta. O objetivo? Conhecer as preferências dos compradores (muitas das quais eles nem têm consciência) para ajudar as empresas a aperfeiçoar seus processos de comunicação e produção, dizem os especialistas da área. Querem olhar dentro de nossos cérebros para vender mais.

Por que nos deixamos convencer?

Pedro Bermejo, neurologista e presidente da Associação Espanhola de Neuroeconomia (Asocene), explica que, cada vez que tomamos uma decisão, “duas partes de nossos cérebros podem ser ativadas, a do sim e a do não”. Em função de qual das duas tendências prevaleça sobre a outra, estaremos mais ou menos inclinados a gastar dinheiro naquilo que um vendedor, um anúncio ou um político nos oferece. “Coloca-se o consumidor num aparelho de ressonância magnética e começa-se a vender os produtos. Pode-se saber o que dirá três ou quatro segundos antes que ele responda, porque o cérebro denuncia”, afirma o cientista. [...]

Podemos fazer algo para evitar que outros tomem as decisões por nós? “Precisamos nos informar: a única maneira para nos defendermos é ter conhecimento e tomar as decisões com tempo. O conselho: nunca compre na correria”, conclui Bermejo.

FEMMINE, Laura. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2015/07/06/economia/1436181514_967391.html>. Acesso em: 03 set. 2018.

EXERCÍCIOS PROPOSTOS

01. (Unesp–2018) A mídia é estética porque o seu poder de convencimento, a sua força de verdade e autoridade, passa por categorias do entendimento humano que estão pautadas na sensibilidade, e não na racionalidade. A mídia nos influencia por imagens, e não por argumentos. Se a propaganda de um carro nos promete o dom da liberdade absoluta e não o entrega, a propaganda política não vai ser mais cuidadosa na entrega de suas promessas simbólicas, mesmo porque ela se alimenta das mesmas categorias de discurso messiânico que a religião, outra grande área de venda de castelos no ar.

FIANCO, F. *O desespero de pensar a política na sociedade do espetáculo*. Disponível em: <http://revistacult.uol.com.br, 11.01.2017> (Adaptação).

Considerando o texto, a integração entre os meios de comunicação de massa e o universo da política apresenta como implicação

A) a redução da discussão política aos padrões da propaganda e do *marketing*.

B) a ampliação concreta dos horizontes de liberdade na sociedade de massas.

C) o fortalecimento das instituições democráticas e dos direitos de cidadania.

D) o apelo a recursos intelectuais superiores de interpretação da realidade.

E) a mobilização de recursos simbólicos ampliadores da racionalidade.

02. (UEG-GO–2016) Para alguns sociólogos e filósofos, a cultura possuiria um valor intrínseco e poderia nos ajudar não apenas na fruição de nossa sensibilidade, mas nos levar a uma nova compreensão da realidade e de nosso ser e estar no mundo. Com a indústria cultural verifica-se que a cultura

A) recupera seu valor simbólico, contribuindo para uma nova compreensão da realidade e para a emancipação humana.

B) perde sua força simbólica e crítica, transformando-se em mero entretenimento que elimina a reflexão crítica.

C) perde seu valor de mercado para tornar-se, graças à tecnologia, um entretenimento acessível a toda a população.

D) deixa de ser um produto de elite e passa a ser acessível a todos os cidadãos, contribuindo com sua autonomia.

E) torna-se mais sofisticada, na medida em que os meios de criação cultural passam a ser submetidos ao desenvolvimento tecnológico.

03. (UFU-MG) Leia e interprete o texto a seguir, bem como as afirmações apresentadas.

A indústria cultural e os meios de comunicação de massa penetram em todas as esferas da vida social, no meio urbano ou rural, na vida profissional, nas atividades religiosas, no lazer, na educação, na participação política. Tais meios de comunicação não só transmitem informações, não só apregoam mensagens. Eles também difundem maneiras de se comportar, propõem estilos de vida, modos de organizar a vida cotidiana, de arrumar a casa, de se vestir, maneiras de falar e de escrever, de sonhar, de sofrer, de pensar, de lutar, de amar.

SANTOS, José Luiz dos. *O que é cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1983. p. 69. Coleção Primeiros Passos, 110.

I. A indústria cultural define-se por uma forma específica de produção simbólica, essa produção é caracterizada por grandes inversões de capital em meios de produção tecnicamente sofisticados, por trabalhadores especializados, por oferta de bens e serviços diversificados, representando parte da produção cultural dominante nas sociedades atuais.

II. A indústria cultural define-se por aprisionar os sujeitos sociais dominantes da produção cultural nas sociedades contemporâneas. É responsável pelo aparecimento do homem unidimensional e das massas alienadas, que não têm qualquer identidade cultural, por realizarem-se, unicamente, na sociedade de consumo.

III. A indústria cultural e os meios de comunicação de massa são poderosos, pois controlam, de forma absoluta, todos os conteúdos das mensagens que emitem, padronizam definitivamente os sistemas simbólicos de todos os sujeitos sociais, homogeneizando e unificando a cultura global.

IV. A indústria cultural e os meios de comunicação de massa são parte e propriedade autônoma do poder de Estado. São instrumentos de dominação carismática, individual e irracional para controlar os conflitos sociais, sendo impossível pensar seus produtos como parte da arte e da cultura das sociedades atuais.

Marque a alternativa correta que apresenta a(s) afirmação(ões) teoricamente adequada(s) ao sentido do texto.

A) I e IV são adequadas.

B) Apenas II é adequada.

C) I e II são adequadas.

D) Apenas I é adequada.

04. P992 (UEM-PR) A cada minuto que passa, novas pessoas passam a acessar a Internet, novos computadores são interconectados, novas informações são injetadas na rede. Quanto mais o ciberespaço se amplia, mais ele se torna "universal", e menos o mundo informacional se torna totalizável. O universo da cibercultura não possui nem centro nem linha diretriz. É vazio, sem conteúdo particular. Ou antes, ele os aceita todos, pois se concentra em colocar em contato um ponto qualquer com qualquer outro, seja qual for a carga semântica das entidades relacionadas.

LÉVY, P. *Cibercultura*. São Paulo: Editora. 34, 1999. p. 113.

Considerando as recentes contribuições da sociologia da comunicação sobre o tema da cultura midiática e o trecho citado, assinale o que for correto.

01. O ciberespaço suprime as particularidades culturais e as desigualdades sociais, ao organizar de modo imparcial as informações que são distribuídas em um nível planetário.

02. A Internet é responsável pelos atuais problemas educacionais, pois aliena os estudantes ao torná-los receptores passivos de informações fragmentadas e imprecisas sobre a vida social.

04. O conceito de cibercultura pode ser utilizado para descrever o aparecimento de novos modos de ser e de pensar que produzem mudanças cognitivas e sociais por meio da interação virtual.

08. Ainda que inserida na indústria cultural, a Internet tem o potencial de democratizar o acesso ao conhecimento por meio da criação de novos espaços de produção, troca e difusão de informações.

16. O ciberespaço representa uma mudança tecnológica e não cultural, pois altera os modos de organizar e distribuir a informação e não os modos de produção do conhecimento.

Soma (   )

05. (UFPA) As novas tecnologias da informação e comunicação tornaram-se uma realidade nas relações sociais contemporâneas e contribuem para a maior integração das pessoas neste início do século XXI.

Sobre as alterações nas práticas culturais decorrentes dessas novas tecnologias informacionais, é correto afirmar:

A) As pessoas deixaram de contatar as redes sociais já consolidadas e as substituíram por encontros presenciais realizados por meio da rede mundial de computadores.

B) As dinâmicas das culturas vinculadas à virtualidade dos meios de comunicação consolidam a cultura popular em detrimento da cultura de massa e da indústria cultural.

C) A violência urbana impede que sejam ampliadas as redes e grupos sociais tradicionalmente vinculados ao capitalismo, o que intensifica o uso convencional dos serviços dos correios.

D) A educação e a religião estão apartadas do processo de utilização de mídias eletrônicas, e isso causou o afastamento das pessoas das lutas por causas sociais mais amplas.

E) As novas tecnologias de informação e comunicação têm sido utilizadas nas ações coletivas de pessoas envolvidas com as demandas dos movimentos sociais.

06. 8O3Y

(Unesp–2014) Os *reality shows* são hoje para a classe mais abastada e intelectualizada da sociedade o que as novelas eram assim que se popularizaram como produto de cultura massificada: sinônimo de mau gosto. Com uma maior aceitação das novelas na esfera dos críticos da mídia, o *reality show* segue agora como gênero televisivo mundial, transmitido em horário nobre, e principal símbolo da perda de qualidade do conteúdo televisivo na sociedade pós-moderna. Os *reality shows* personificam as novas formas de identificação dos sujeitos nas sociedades pós-modernas. Programas como o BBB são movidos pelas engrenagens de uma sociedade exibicionista e consumista, que se mantém vendendo ao mesmo tempo a proposta de que cada um pode sair do anonimato e conquistar facilmente fama e dinheiro.

SOUSA, Sávia Lorena B. C. de. *O* reality show *como objeto de reflexão cultural*. Disponível em: <observatoriodaimprensa.com.br>.

Sobre a relação entre os meios de comunicação de massa e o público consumidor, é correto afirmar que

A) a qualidade da programação da tv não é condicionada pelas demandas e desejos dos consumidores culturais.

B) o *reality show* é uma mercadoria cultural relacionada com processos emocionais de seu público.

C) os critérios estéticos independem do nível de autonomia intelectual dos consumidores.

D) no caso dos *reality shows*, a televisão estimula a capacidade de fruição estética do público consumidor.

E) os programadores priorizam aspectos formativos relegando o entretenimento a uma condição secundária.

07. (Unioeste-PR) No período de 1960 a 1980, identifica-se um movimento cultural que foi chamado de contracultura. A este respeito podemos dizer que

A) foi um movimento cultural contrário às novas normas vigentes na sociedade, inserido dentro das transformações sociais acontecidas no período que se segue ao pós-guerra, no qual ocorreu a recuperação socioeconômica e a estabilidade política.

B) tinha como valores a elaboração de alternativas ao poder, novas formas de segregação, uma nova musicalidade.

C) buscava a retomada e disseminação dos valores permanentes da sociedade americana, anteriormente abandonados.

D) vivências de grupos urbanos e movimentos como hippies, punks, carismáticos, pagodeiros, skins, sertanejos, sociedades alternativas, etc., são exemplos de experiências vividas em adesão à contracultura e repúdio aos padrões sociais vigentes.

E) não podemos falar de um movimento contracultural, pois na realidade ele nunca existiu.

08. (UEL-PR) Os pensadores da Escola de Frankfurt, especialmente Theodor Adorno e Max Horkheimer, são críticos da mentalidade que identifica o progresso técnico-científico com o progresso da humanidade. Para eles, a ideologia da indústria cultural submete as artes à servidão das regras do mercado capitalista.

Com base nos conhecimentos sobre as críticas de Adorno e Horkheimer à indústria cultural, assinale a afirmativa correta.

A) A indústria cultural proporcionou a democratização das artes eruditas, tornando as obras raras e caras acessíveis à maioria das pessoas.

B) Sob os efeitos da massificação pela indústria e consumo culturais, as artes tendem a ganhar força simbólica e expressividade.

C) A indústria cultural fomentou os aspectos críticos, inovadores e polêmicos das artes.

D) O progresso técnico-científico pode ser entendido como um meio que a indústria cultural usa para formar indivíduos críticos.

E) A expressão "indústria cultural" indica uma cultura baseada na ideia e na prática do consumo de produtos culturais fabricados em série.

09. (UEM-PR–2018) Observe a foto a seguir:

O termo Tropicália nasce como nome da obra de Hélio Oiticica exposta na mostra Nova Objetividade Brasileira, realizada no Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro – MAM/RJ, em abril de 1967. A obra pode ser descrita como um ambiente labiríntico, com plantas, areia, araras, poemas-objetos, capas de Parangolé e um aparelho de televisão.

Disponível em: <http://obviousmag.org/my_cup_of_tea/2015/03/arte-brasileira---antropagia-cultural-e-o-movimento-tropicalista.html>.

O homônimo da arte apresentada por esse artista plástico foi o movimento musical, que tinha como uma de suas características a

A) valorização de uma sociedade sem classes.

B) revolução armada como forma de romper os estigmas sociais.

C) defesa de uma sociedade burguesa, calcada no modernismo reacionário.

D) contracultura, o rompimento das barreiras comportamentais da sociedade.

E) forte influência da música erudita, apresentando um nacionalismo exacerbado.

10. (Unesp–2014) Não somente os tipos das canções de sucesso, os astros, as novelas ressurgem ciclicamente como invariantes fixos, mas o conteúdo específico do espetáculo só varia na aparência. O fracasso temporário do herói, que ele sabe suportar como bom esportista que é; a boa palmada que a namorada recebe da mão forte do astro, são, como todos os detalhes, clichês prontos para serem empregados arbitrariamente aqui e ali e completamente definidos pela finalidade que lhes cabe no esquema. Desde o começo do filme já se sabe como ele termina, quem é recompensado, e, ao escutar a música ligeira, o ouvido treinado é perfeitamente capaz, desde os primeiros compassos, de adivinhar o desenvolvimento do tema e sente-se feliz quando ele tem lugar como previsto. O número médio de palavras é algo em que não se pode mexer. Sua produção é administrada por especialistas, e sua pequena diversidade permite reparti-las facilmente no escritório.

ADORNO, Theodor W.; HORKHEIMER, Max.
A indústria cultural como mistificação das massas.
In: *Dialética do esclarecimento*. 1947 (Adaptação).

O tema abordado pelo texto refere-se

A) ao conteúdo intelectualmente complexo das produções culturais de massa.
B) à hegemonia da cultura americana nos meios de comunicação de massa.
C) ao monopólio da informação e da cultura por ministérios estatais.
D) ao aspecto positivo da democratização da cultura na sociedade de consumo.
E) aos procedimentos de transformação da cultura em meio de entretenimento.

SEÇÃO ENEM

01. 5GPS (Enem–2016) Hoje, a indústria cultural assumiu a herança civilizatória da democracia de pioneiros e empresários, que tampouco desenvolvera uma fineza de sentido para os desvios espirituais. Todos são livres para dançar e para se divertir, do mesmo modo que, desde a neutralização histórica da religião, são livres para entrar em qualquer uma das inúmeras seitas. Mas a liberdade de escolha da ideologia, que reflete sempre a coerção econômica, revela-se em todos os setores como a liberdade de escolher o que é sempre a mesma coisa.

ADORNO, T; HORKHEIMER, M. *Dialética do esclarecimento*: fragmentos filosóficos. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

A liberdade de escolha na civilização ocidental, de acordo com a análise do texto, é um(a)

A) legado social.
B) patrimônio político.
C) produto da moralidade.
D) conquista da humanidade.
E) ilusão da contemporaneidade.

02. 64LF (Enem–2016) Não estou mais pensando como costumava pensar. Percebo isso de modo mais acentuado quando estou lendo. Mergulhar num livro, ou num longo artigo, costumava ser fácil. Isso raramente ocorre atualmente. Agora minha atenção começa a divagar depois de duas ou três páginas. Creio que sei o que está acontecendo. Por mais de uma década venho passando mais tempo on-line, procurando e surfando e algumas vezes acrescentando informação à grande biblioteca da internet. A internet tem sido uma dádiva para um escritor como eu. Pesquisas que antes exigiam dias de procura em jornais ou na biblioteca agora podem ser feitas em minutos. Como disse o teórico da comunicação Marshall McLuhan nos anos 60, a mídia não é apenas um canal passivo para o tráfego de informação. Ela fornece a matéria, mas também molda o processo de pensamento. E o que a *net* parece fazer é pulverizar minha capacidade de concentração e contemplação.

CARR, N. *Is Google making us stupid?*
Disponível em: <http://www.theatlantic.com>.
Acesso em: 17 fev. 2013 (Adaptação).

Em relação à internet, a perspectiva defendida pelo autor ressalta um paradoxo que se caracteriza por

A) associar uma experiência superficial à abundância de informações.
B) condicionar uma capacidade individual à desorganização da rede.
C) agregar uma tendência contemporânea à aceleração do tempo.
D) aproximar uma mídia inovadora à passividade da recepção.
E) equiparar uma ferramenta digital à tecnologia analógica.

GABARITO

Meu aproveitamento

Propostos

Acertei ______ Errei ______

- 01. A
- 02. B
- 03. D
- 04. Soma 12
- 05. E
- 06. B
- 07. A
- 08. E
- 09. D
- 10. E

Seção Enem

Acertei ______ Errei ______

- 01. E
- 02. A

Total dos meus acertos: _____ de _____ . _______ %